

APARECIDA VAZ DA SILVA BAHLS

**O VERDE NA METRÓPOLE:
A EVOLUÇÃO DAS PRAÇAS E JARDINS EM CURITIBA
(1885-1916)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre. Curso de
Pós-Graduação em História, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal
do Paraná.

Orientadora: Prof.^ª Dr.^ª Maria Luiza Andreatza.

Co-orientador: Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira

CURITIBA

1998

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cultural de Curitiba, sem a qual este trabalho não poderia ter se concretizado, em especial à Professora Oksana Boruszenko, Diretora do Patrimônio Histórico-Cultural. Aos professores Etelvina Maria de Castro Trindade, Magnus Roberto de Mello Pereira e Maria Luiza Andreazza, pela orientação e apoio. Aos funcionários dos arquivos pesquisados: Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória e, especialmente, a Helena Soares, do Museu Paranaense. A meus pais, pelo incentivo, e aos parentes e amigos: Aarão, Adão, Afonso, André, Antony, Edward, Fernanda, Gabriel, Gisele, Isabel, Marcelo e Solange. Com amor, ao meu marido Allan, pela compreensão, apoio e auxílio nos momentos difíceis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
PARTE I – A CIDADE E O VERDE	09
1 O VERDE NO SURGIMENTO DO URBANISMO MODERNO	10
1.1 A FÁBRICA E A CIDADE	11
1.2 A CIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA ERA INDUSTRIAL	14
1.3. MORAR NA CIDADE INDUSTRIAL	17
1.4 O PODER PÚBLICO E OS PROBLEMAS URBANOS	21
1.5 AS NOVAS CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS	30
1.6 O VERDE NA METRÓPOLE	37
2 O VERDE E O DESENVOLVIMENTO DO URBANISMO NO BRASIL	49
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BRASIL OITOCENTISTA	51
2.2 O PODER PÚBLICO E OS PROBLEMAS URBANOS	56
2.3 A INFLUÊNCIA EUROPEIA NAS REMODELAÇÕES URBANÍSTICAS	61
2.4 OS JARDINS BOTÂNICOS NO BRASIL	68
2.5 DE JARDIM BOTÂNICO A PASSEIO PÚBLICO	71
2.6 O USO DOS JARDINS	77
PARTE II – O VERDE EM CURITIBA	81
3 CURITIBA E SEU DESENVOLVIMENTO URBANO	82
3.1 A ACANHADA CURITIBA SE DESENVOLVE	83
3.2 A AÇÃO ADMINISTRATIVA E OS PROBLEMAS URBANOS	93
3.3 A INTERVENÇÃO DOS ENGENHEIROS	103
4 PASSEIO PÚBLICO: MONUMENTO À NATUREZA EM CURITIBA	111
4.1 A INAUGURAÇÃO	113
4.2 OBRAS E ORNAMENTOS	116
4.3 AO PASSEIO!!	132

5 AS PRAÇAS NA URBANIZAÇÃO DE CURITIBA	150
5.1 CONSTRUINDO A PRAÇA: O <i>VERDE</i> E A FORMA	150
5.2 NOVOS ESPAÇOS, NOVOS USOS	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
ANEXOS	216
FONTES CONSULTADAS	219
BIBLIOGRAFIA	223

INTRODUÇÃO

A historiografia contemporânea muito tem se preocupado com o papel da vegetação e das áreas verdes dentro da cidade. O tema, cada vez mais, estimula o aparecimento de novos trabalhos e reflexões acerca da importância desses espaços para o desenvolvimento urbano e suas implicações no estabelecimento de novas formas de relações sociais.

O presente estudo procura colocar-se nesta perspectiva, ao abordar os principais logradouros públicos de Curitiba, desde o final do período oitocentista, até as primeiras décadas do presente século, buscando investigar sua formação e preservação, identificar o papel das políticas públicas na sua configuração e as relações de sociabilidade desenvolvidas nesses espaços. Em parte, este estudo é resultado de meu trabalho como pesquisadora na Fundação Cultural de Curitiba, o que me coloca em permanente contato com as fontes relacionadas ao tema. Além do que, busca ele dar continuidade à minha monografia de graduação, elaborada no curso de História, da Universidade Federal do Paraná, monografia concluída em 1989 e que versava sobre o Passeio Público.

O período focado começa com a administração provincial de Alfredo D'Escagnolle Taunay, incentivador da construção do Passeio Público, iniciada em 1886. Nessa época, o poder das autoridades municipais era muito limitado, principalmente devido à escassez de recursos para a realização de obras públicas. Assim, cabia ao governo provincial, as decisões mais importantes em relação aos melhoramentos a serem executados no meio urbano. O recorte cronológico estende-se desde 1885 até 1916, ao encerrar-se a segunda gestão do prefeito Cândido de Abreu.

Sob o regime republicano, a municipalidade ganhou mais autonomia, podendo atuar com maior eficácia sobre a cidade. Com isso, esse prefeito pôde realizar várias obras, entre as quais a remodelação dos logradouros públicos de Curitiba. As principais fontes em que se apoiou o presente trabalho foram documentos oficiais (atas, relatórios) da época, material iconográfico (fotografias, mapas e plantas), além da imprensa periódica da época, farta em notícias referentes aos eventos festivos e às formas de relacionamentos sociais que se desenvolviam nesses locais.¹

Todavia, antes de chegar à Curitiba da virada do século, foi preciso percorrer um longo caminho, através da bibliografia, de forma a apreender o processo mais geral de revalorização do *verde* na cidade. Este ocorre em resposta aos problemas urbanos gerados pelo primeiro surto industrial europeu do século XVIII, iniciado na Inglaterra.

Poluição, adensamento populacional, atmosfera insalubre e propagação de doenças foram alguns dos males que marcaram este período, contribuindo para a deterioração do espaço citadino e despertando a atenção das autoridades, médicos e higienistas. A partir de 1870, a cidade passou a ser encarada como um “mal patológico”, a ser curado. A preocupação com a higiene tornou-se a tônica daquele momento, requisitando a intervenção estatal que, até então, mantinha-se apática, deixando os serviços públicos entregues aos especuladores. Desta forma, o Estado passou a interferir na implantação de redes de esgotos, na canalização de água, na valorização e na introdução de áreas verdes, bem como na criação de jardins, marcando a segunda metade do século XIX, como um período de reformas urbanísticas nas grandes capitais, do mundo.

A legislação sanitária, iniciada na Inglaterra, e propagada para os demais países do planeta, atingiu toda a área urbana, regulamentando as edificações que deveriam ser amplas e arejadas, e visando proporcionar uma melhoria nas condições de moradia e de trabalho, da população.

Paralelamente às preocupações higiênicas, o poder público também demonstrou interesse na melhoria estética da cidade, buscando encontrá-la nas propostas dos modelos da “cidade ideal”, criados pelos socialistas utópicos, em fins do século XVIII. Estes, projetavam o meio urbano, amplo e arejado, e a valorização das áreas livres. Assim sendo, diversas cidades foram reestruturadas, adotando-se medidas que visavam a amplidão e beleza dos espaços, por meio do alargamento de ruas e da criação de parques e praças. Dentre todas as reformas urbanísticas realizadas, as mais significativas foram as modificações implementadas por Haussmann, na capital francesa, a partir de 1853, cujo modelo serviu de base para a reformulação urbana de várias cidades do mundo (Lyon, Bruxelas, Ringstrasse de Viena).

O gosto pelo *verde*, que já vinha desde o século XVI, na Europa, desenvolveu na população, o hábito de cultivar árvores e flores. Os jardins representavam ambientes harmoniosos, belos, silenciosos, na verdade, a antítese da cidade cujo barulho das fábricas e contaminação orgânica das águas e do ar, impediam a existência de uma vida tranqüila e saudável. A vegetação, que fora banida da área urbana, passou a integrá-la, através da criação de praças e parques. O cultivo de plantas permitiu a comercialização de sementes e mudas de diversas espécies, sendo que, muitas espécies exóticas foram trazidas das colônias para as metrópoles, para fins medicinais e ornamentais. No século XIX, os jardins urbanos eram considerados instrumentos eficazes para combater o

¹ Na reprodução das fontes optou-se por atualizar a escrita, procurando tornar a leitura mais fluente.

congestionamento e a desordem das grandes cidades, embelezar o ambiente e servir de área de recreação para a população, além de suas funções sanitárias e higiênicas. Estas novas idéias paisagísticas difundiram-se pelo mundo. (Central Park, em 1858; reforma do antigo Passeio Público do Rio, em 1862; em Curitiba, projeto não concretizado, de criação de um Passeio Público, em 1857).

Dentre os grandes defensores dos espaços livres, destacamos o arquiteto austríaco, Camillo Sitte, o qual elaborou, em 1889, sua teoria da cidade ideal, privilegiando as áreas reservadas aos parques e praças. Sitte definiu a função dos parques (verde sanitário e verde decorativo), e dedicou especial atenção às praças, preocupando-se em descrever sua finalidade, elaboração e interligação com os demais elementos que compunham o quadro urbano (edifícios, monumentos). As idéias de Sitte, seguidas ou não, contribuíram para a difusão da valorização das praças e parques, por todo o mundo.

No Brasil, o culto à natureza deu-se com a instalação de hortos botânicos a partir do século XVIII. O objetivo era aclimatar plantas exóticas, na colônia, provenientes da África ou da Ásia, bem como desenvolver a produção de um conhecimento científico sobre a flora brasileira. Com isso, Portugal esperava competir com as especiarias cultivadas no Oriente, além de encontrar novas espécies economicamente interessantes. O primeiro horto a ser implantado foi o de Belém, em 1798, seguido pelos de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. No entanto, muitas destas tentativas acabaram por não se concretizar. As dificuldades eram inúmeras, desde terrenos impróprios e ausência de pessoal qualificado para o trabalho, até o próprio desinteresse das diferentes administrações que se seguiram à implantação dos jardins.

Enquanto a criação dos hortos botânicos tinha como objetivo desenvolver estudos sobre a vegetação brasileira, com o intuito de comercialização, o surgimento dos passeios públicos esteve ligado à implantação das idéias salubristas, voltadas ao lazer da população urbana. Antes mesmo da idealização do Jardim Botânico de Belém, em fins do século XVIII, o Brasil já possuía seu primeiro jardim público. O Passeio Público do Rio de Janeiro, construído entre 1779 e 1783, nasceu imbuído dos princípios europeus vigentes, visando sanear e embelezar um terreno pantanoso e insalubre, além de oferecer entretenimento à população.

A natureza continuou infiltrando-se na cidade. No final do século XIX, os largos existentes foram substituídos pelas praças arborizadas, e as ruas e parques eram reconhecidos como “pulmões urbanos”. As alamedas passaram a destacar-se no panorama urbano brasileiro. Cada vez mais, os jardins afirmavam-se como significativos instrumentos de prevenção dos problemas citadinos, além de tornarem-se uma opção de lazer à população. Contudo, isso só se concretizou a partir da metade do século passado, quando as elites locais passaram a frequentar os espaços ajardinados com mais assiduidade, pois até então, essas áreas ficavam desertas, na maior parte do tempo. Este fato despertou a atenção dos viajantes que aqui estiveram, uma vez que, em seus países de origem, era usual o hábito de ver e ser visto transitando pelas alamedas dos jardins públicos.

Esta nova percepção do *verde*, juntamente com as influências urbanísticas que os técnicos brasileiros recebiam do continente europeu, em especial das idéias haussmannianas, resultou na remodelação de diversas cidades brasileiras que padeciam

dos mesmos problemas urbanos enfrentados pelas européias, ainda que estes fossem de origem adversa.

Da mesma forma, o poder público teve que intervir. A título de exemplaridade, citamos as reformas ocorridas no Rio de Janeiro, em 1903, sob a direção do então Prefeito Francisco Pereira Passos. O engenheiro realizou uma completa remodelação urbanística, auxiliado por Oswaldo Cruz, encarregado da reforma sanitária. Entre 1905 e 1910, foi executado o plano de expansão de Santos, idealizado por Saturnino de Brito e, em 1911, realizaram-se as intervenções projetadas para o espaço urbano paulista, redigida por Victor da Silva Freire. As transformações operadas nestas três cidades mostram a adoção das propostas de Haussmann, Camillo Sitte e outros urbanistas europeus, pelos engenheiros brasileiros, que primavam por amplas avenidas arborizadas e áreas livres.

Estas alterações urbanas vinham sendo acompanhadas pelos curitibanos, que ansiavam por uma remodelação na capital paranaense. No entanto, o crescimento urbano de Curitiba ganhou impulso após a instalação da Província do Paraná, em 1853, e caracterizou-se pelo seu caráter preventivo diante dos problemas urbanos. Este fator pode ser evidenciado através da fala das autoridades provinciais, e mesmo da atuação da Câmara.

A população, especialmente a elite local, ansiosa por atingir o status de cidade progressista, viu seu desejo alcançado com a expansão da economia ervateira, nas duas últimas décadas do século XIX. Também nesse período, o desenvolvimento de uma política imigratória contribuiu para o povoamento dos arredores da capital e a divulgação de novas técnicas na área construtiva, utilizadas em obras como a construção

da Estrada da Graciosa, bem como na construção de edificações significativas para a cidade (Catedral, Farmácia Stellfeld, Santa Casa).

O desenvolvimento econômico, resultado da afirmação da classe ervateira em Curitiba, despertou o afã pelo progresso, dando um novo sentido ao meio citadino. O importante para os industriais, comerciantes, era que a cidade abrigasse elementos condizentes com o espírito modernista da época. Além dos serviços básicos, que eram insatisfatórios, aspirava-se por lugares de entretenimento, que fossem aprazíveis e propícios ao lazer curitibano. A sociedade *flanêur* necessitava de praças, parques e bulevares para realizar seu *footing*. Dentro deste princípio, a construção do Passeio Público de Curitiba, em 1886, durante a administração provincial de Alfredo Taunay, constituiu-se na sacralização da natureza dentro do espaço urbano, bem como uma obra representativa do progresso da capital paranaense. Entretanto, assim como ocorreu com os passeios de outras regiões do país, o de Curitiba também atravessou períodos de abandono, não só por parte do poder público, como também da população, fato perceptível principalmente a partir da evolução urbana das praças que passaram a dividir com o jardim público, as preferências de seus frequentadores.

A idéia de conservar largos e praças como áreas de saneamento da população e futuros locais ajardinados e arborizados como pontos de recreio, também fortaleceu-se na administração Taunay. Destes, sobressaiu-se a Praça Tiradentes pela posição central que sempre ocupou no quadro urbano, sendo uma das primeiras a receber a atenção das autoridades. Mas aos poucos as demais foram sendo alvos de reformas, que culminariam na gestão do prefeito Cândido de Abreu, iniciada em 1913. Nos três anos de sua administração, as praças e o Passeio Público, passaram por sensíveis alterações,

recebendo ajardinamento ao estilo dos parques ingleses, como a Praça Carlos Gomes e diversas obras de ornamentos (chafarizes, estátuas, relógio da Praça Osório).

Paralelamente às melhorias implementadas, as praças sempre tiveram utilidade para a população. Inicialmente, enquanto nada mais eram do que simples descampados, serviam de pasto para o gado. Sendo de grandes proporções, estes logradouros tinham certas finalidades que lhes eram próprias. A Praça Rui Barbosa caracterizou-se como praça militar; a Praça Zacarias, como ponto de encontro dos que iam abastecer-se da água de seu chafariz; as praças Osório e Santos Andrade recebiam muitos circos. Esta última, também abrigou as interessantes e pitorescas touradas; a Praça Municipal, atual Generoso Marques, notabilizou-se como ponto comercial realizado no Mercado que ali existia. A Praça Tiradentes congregava festas cívicas, religiosas além de servir de palco para os protestos da população fosse contra o alto custo de vida ou contra as atitudes governamentais.

O Passeio Público, principalmente nos primeiros anos de funcionamento, era assiduamente freqüentado. Fosse para assistir as bandas, competições de regatas, festas cívicas e beneficentes, ou ara um simples passeio em suas aléias ajardinadas.

Contudo, caso fôssemos considerar um dos usos mais marcantes dos logradouros públicos destacaríamos as apresentações das bandas musicais, sacralizadas nos coretos, e que atraíam centenas de populares, permitindo a mistura de classes e desenvolvendo o gosto pelo footing. Desenvolvia-se, assim, a Curitiba flanêur, que se acreditava aspirando ares de progresso e civilidade.

PARTE I

A CIDADE E O *VERDE*

O século XIX foi antes de tudo
consciente da função higiênica
e sanitária dos espaços livres.
Lewis Mumford

CAPÍTULO I

O VERDE NO SURGIMENTO DO URBANISMO MODERNO

As brutais transformações provocadas pela Revolução Industrial em algumas cidades européias do século XVIII são responsáveis pela criação de uma *lenda negra* da cidade, que perdura até nossos dias. Excesso de população, construções apinhadas, poluição industrial e problemas sanitários formavam o quadro de mazelas ambientais denunciadas por autores como Charles Dickens em “Tempos Difíceis”, obra que é uma das matrizes dessa lenda. Para Lewis Mumford, todas as cidades possuíam as características do modelo de Dickens, algumas de forma mais acentuada que outras.¹

Quando se leva em conta a influência nociva do processo industrial sobre a qualidade do ambiente, não se pode deixar de levar em consideração a maneira abrupta com que o mesmo foi introduzido nas cidades, impossibilitando qualquer forma racional de ordenamento. Ademais, como destaca Richard Sennett, ao tratar do crescimento do meio urbano no século XIX, o maior aumento populacional ocorreu nas capitais, como Londres e Paris, cidades que não possuíam indústrias de grande porte.² Assim, para Sennett, os problemas urbanos da época, mais do que causados pela indústria, são antes resultado de uma explosão demográfica decorrente dos avanços da medicina e da concentração do comércio nas grandes metrópoles.³

¹ MUMFORD, Lewis. **A cidade na história** : suas origens, transformações e perspectivas. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991. p.484.

² SENNETT, Richard. **O declínio do homem público** : as tiranias da intimidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. p.166.

³ *Ibid*, p. 167-169.

A despeito das controvérsias que envolvem a questão, o crescimento urbano iniciado nas cidades europeias atravessou continentes e atingiu todo o planeta. Com ele, apareceram os problemas urbanos. Para Mumford, crítico ferrenho da industrialização, esta revelou-se a grande força propulsora do desenvolvimento do século XIX, desenvolvimento este que se deu às custas da criação do ambiente mais insalubre e impróprio para viver.⁴ Controvérsias à parte, verificamos que a progressiva decomposição e supressão da natureza no Oitocento foi conferindo ao meio citadino um ar desolado e sombrio, à medida que os espaços abertos iam sendo asfixiados pelas construções e pela poluição. A indústria, mesmo sendo insipiente em algumas cidades, participou, direta ou indiretamente, para a perturbação do meio urbano. Em contraposição, no final do século XIX, intensificou-se um movimento de reforma nestas áreas. Valores considerados ultrapassados foram revistos, e a natureza, revalorizada, passou a ser a peça-chave no desenvolvimento desse novo espírito empreendedor. O *verde* transformou-se em símbolo de higiene, beleza e purificação.

1.1. A FÁBRICA E A CIDADE

Durante o século XVIII, a indústria ainda era relativamente descentralizada em oficinas, dispersa em aldeias e cidades que serviam de mercado para sua produção. No século XIX, a industrialização afirmou-se como processo desencadeador de alterações e inovações técnicas. As fábricas eram, por excelência, os locais de aplicação das invenções de maquinário, transformando-se em núcleos da cidade industrial. A partir da

⁴MUMFORD, op. cit., p. 484.

utilização de tais máquinas, as indústrias passaram a concentrar-se em determinadas áreas urbanas. Os locais mais adequados e de melhor situação geográfica eram escolhidos para a implantação das fábricas, demonstrando a posição privilegiada que ocupavam dentro do sistema fabril. As indústrias que, como as algodoceiras, necessitavam grande quantidade de água em seus processos de produção, tinham preferência para se estabelecerem perto dos rios. Também não existiu a preocupação em limitar o espaço para sua construção, sendo a livre competição o fator determinante para definir a localização fabril. Nas circunvizinhanças das fábricas, construíam-se as casas dos operários que vinham em busca de uma vida melhor, e acabavam estabelecendo-se junto às usinas siderúrgicas, fábricas de tintas, gasômetros ou cortes ferroviários.⁵

Após 1830, a ampliação da rede ferroviária trouxe um incremento na fabricação de tecidos, metais e alimentos. Com a ferrovia, os produtos manufaturados passaram a ser comercializados também fora da região de origem.⁶ O gelo ia de Boston a Calcutá, o chá era transportado da China para a Irlanda e as mercadorias de algodão e de couro, saíam do interior da Inglaterra para o mundo. Nessa época, a paisagem europeia começou, efetivamente, a ser modificada. O traçado da estrada de ferro cortava relevos e vegetações, derrubava florestas e delineava cidades. Com a formação de uma nova rede de transportes e o desenvolvimento comercial, as áreas urbanas tiveram um crescimento assombroso.⁷

⁵ Ibid, p. 498.

⁶ Ibid, p. 489.

⁷ No final do século XVIII, Londres tinha um milhão de habitantes. Em 1841, este número havia crescido para 2.235.000. (BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa : Presença, 1981. p. 20)

Na segunda metade do século XIX, o processo de mineração estendeu-se a diversas cidades industriais, formando uma rede de articulações que, juntamente com as fábricas, promoveram alterações no meio urbano, a começar pelo aumento populacional, gênese dos cortiços. Também surgiu uma nova estrutura social. A pequena indústria deu lugar à classe média; a grande indústria fez surgir a burguesia e a classe operária, ricos capitalistas e pobres operários.⁸ Com a crescente imigração para as grandes cidades, um contingente excessivo de trabalhadores não qualificados teve que sujeitar-se a qualquer tipo de emprego. Na primeira metade do século XIX, a maior parte desses imigrantes eram jovens e solteiros. Após 1850, este contingente foi engrossado pelas famílias inteiras que começaram a deslocar-se também para as cidades.⁹ Dessa forma, a concorrência, base do sistema capitalista, representou uma grande aliada para a industrialização, subjugando os operários e fortalecendo os grandes industriais.

A relação que se estabeleceu entre a industrialização e a nova sociedade que se formou trouxe à tona os elementos contraditórios que a compunham. Se, de um lado, houve desenvolvimento da economia, houve, de outro, a degradação física do espaço urbano, assim como a deterioração social de seus habitantes. Com a expansão industrial controlada pela iniciativa privada, coube aos banqueiros, industriais e inventores mecânicos definir as características das novas cidades.¹⁰ Para facilitar o acesso dos

⁸ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto : Afrontamento, 1975, p. 52.

⁹ SENNETT, op. cit., p. 169.

¹⁰ Na segunda metade do século XIX, as indústrias francesas fixaram-se distantes de Paris, devido ao alto custo de sua terras. (SENNETT, 1988, p. 173)

consumidores às diversas lojas de departamento, por exemplo, foram criados, na década de 1860, os grandes bulevares, que permitiam à população apreciar as mercadorias que lhe eram ofertadas.¹¹

1.2. A CIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA ERA INDUSTRIAL

Com o desenvolvimento dos transportes, sobretudo das estradas de ferro, ocorreu uma alteração no traçado das cidades européias, fragmentando-se a área urbana. As ruas e avenidas desconexas passaram a distribuir-se aleatoriamente entre as fábricas e as ferrovias. A ausência de planejamento ou mesmo de uma regulamentação municipal fez com que o próprio serpentear das estradas de ferro definisse os limites da cidade. Nas áreas centrais, reservaram-se espaços para os pátios ferroviários que, instalados em campo aberto, acabavam por suprimir as poucas áreas livres existentes. Pelo desperdício de espaço que causavam, as ferrovias, assim como as fábricas, obrigavam a cidade a expandir-se para fora dos limites do quadro urbano.¹²

A ferrovia trouxe a locomotiva e, junto com ela, trouxe também poeira, ruído e fumaça, poluindo o ambiente. A contaminação também provinha da produção do gás artificial de iluminação, dentre outros gases espalhados pelo ar; da fábrica que expelia fumaça, fuligem e cinzas, infectando, com resíduos industriais, os rios, que transformavam-se em esgotos a céu aberto. Além disso, a falta de estrutura das cidades fez com que os centros urbanos se tornassem meras concentrações de fábricas e cortiços reunidos sob uma atmosfera inóspita.

¹¹ Ibid., p. 181.

¹² MUMFORD, op. cit., p. 499.

Segundo Mumford, em 1900, as cidades tinham se transformado em locais de destruição e desordem. Contraditoriamente, o que se via eram áreas urbanas muito prósperas economicamente, mas sem atender as necessidades básicas para a sobrevivência, como ar, luz e higiene, qualidades estas existentes em abundância, no campo. Porém, para outros autores, como Engels, deve-se levar em conta o surgimento de alguns benefícios, como o desenvolvimento do comércio e a queda de preços.¹³ Os melhoramentos de que se ressentia Mumford só foram introduzidos nas cidades em fins do século XIX. Encanamentos de água e equipamentos sanitários, apareceram quando a situação urbana já se encontrava em alto grau de deterioração, e ainda assim eram mal-executados e mal distribuídos territorialmente. Não existia nenhum tipo de planejamento que obtivesse limites à desintegração física dos grandes centros urbanos. Por conseguinte, como planejar uma cidade, onde imperava o caos e a desordem?¹⁴

As ruas tornaram-se estreitas demais para o crescente fluxo de veículos e pedestres, e para atividades ao ar livre. Nesses mesmos espaços, restos de comida eram jogados e ali permaneciam até que alguém os retirasse para usar como adubo. Os hábitos rurais da população, que criava animais em sua casa, contribuíam para agravar o alto grau de insalubridade urbana. A padronização dos quarteirões cortados por ruas escuras, becos sujos, sem espaços livres para diversão e jardins, dava à cidade industrial o aspecto de uma cidade amorfa, feia e desorganizada.¹⁵ Para atender o inchaço populacional, a

¹³ ENGELS, op. cit., p. 37.

¹⁴ MUMFORD, op. cit., p. 490.

¹⁵ De acordo com a Comissão de Saúde das Cidades, em 1842, na Inglaterra, somente a cidade de Preston possuía parque público. (MUMFORD, 1991, p. 501)

maior parte das construções era feita às pressas, sem o rigor adequado, e com materiais de baixa qualidade. Apesar disso, os edifícios cresceram velozmente, em dimensões e quantidade e com o tempo, as cidades foram cobertas de concreto.¹⁶

Os bairros foram sendo setorizados, conforme as categorias sociais e, naqueles ocupados pelas classes mais favorecidas, apareceram grandes lojas, hotéis, cafés, prédios para alugar. As residências dos mais abastados eram construídas segundo princípios de discriminação social: os quartos para empregados ficavam no porão, enquanto os cômodos arejados e envidraçados eram ocupados pelos proprietários. Para a classe média, foram construídos apartamentos com fundos para pátios sem ventilação.¹⁷ Com o passar do tempo, a construção dos bairros operários (que até então não tinha planejamento algum) passou a apresentar um rudimentar ordenamento, através de intervalos, onde localizavam-se as moradas, servindo também para separar duas ruas entre si.

As classes de maior poder aquisitivo, com a expansão do quadro urbano, deixaram o centro para os pobres e imigrantes, e retiraram-se para a nova área circundante da cidade: a periferia. Essa região era um território livre, onde proliferavam as iniciativas independentes: bairros de luxo, bairros operários, depósitos que, pouco a pouco, foram compactando-se, desordenadamente. Ali, elementos heterogêneos mesclavam-se, tanto arquitetônica, quanto socialmente. As diferentes classes sociais

¹⁶ Além dos materiais comuns, como pedra, tijolos, telhas e madeira, passaram a ser utilizados o ferro-gusa, vidro e mais tarde o concreto. (BENEVOLO. **História da arquitetura moderna**. São Paulo : Perspectiva, 1994. p. 35)

¹⁷ MUMFORD. op. cit., p. 502.

segregaram-se em bairros próprios, isolando-se e denunciando o *status* dos proprietários. O deslocamento populacional para essas áreas também nos dá uma mostra do caos urbano oitocentista e a procura pela tranquilidade da natureza, a fim de escapar aos agudos efeitos da indústria e da superpopulação. Com a transferência para os arredores dos grandes núcleos habitacionais, buscava-se conservar a ligação com o campo. A habitação com jardim, antes privilégio da nobreza, ficou ao alcance dos ricos e médios burgueses. Quanto às camadas pobres, a especulação imobiliária forçou a moradia nos locais mais inadequados, em áreas muito distantes das zonas verdes.¹⁸

1.3. MORAR NA CIDADE INDUSTRIAL

A segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, foi marcada por um intenso crescimento populacional, devido principalmente à diminuição da taxa de mortalidade, neste período. Para T. S. Ashton, as causas desta queda estariam associadas à melhoria das condições de vida da população inglesa, através dos avanços na medicina, do aumento do número de hospitais, da distribuição mais adequada dos depósitos de lixo, bem como a difusão de cuidados com o asseio corporal, com o maior uso do sabão e roupas de algodão. A alimentação foi enriquecida, aumentando o consumo de verduras, carnes e novos cereais, como o trigo. Durante a industrialização, porém, muitos destes hábitos foram abandonados, não só por questões econômicas, mas também pelo despreparo das cidades, em absorver rapidamente as mudanças advindas do industrialismo.¹⁹

¹⁸ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo : Perspectiva, 1983. p. 565

¹⁹ ASHTON, T. S. Industrial Revolution. Apud BENEVOLO, Leonardo. **As origens** p. 13.

A população mundial aumentava rapidamente, e as populações urbanas cresciam numa velocidade ainda maior. Isso porque, ainda neste período, diversos avanços técnicos movimentaram o comércio em expansão, os quais, articulados com uma nova e ágil rede de transportes, propiciaram o aumento da produção industrial, que passou a exigir mão-de-obra mais numerosa. Atraída pelo trabalho fabril, a população do meio rural deslocou-se para as grandes cidades, que já estavam em processo de industrialização. Teve, assim, início uma intensa redistribuição territorial. A Inglaterra, por exemplo, além de receber um número significativo de imigrantes, teve muitas famílias dos distritos agrícolas do Sul transferindo-se para os distritos mineiros do Norte e do Centro do país.²⁰

Depois de 1815, os efeitos da industrialização tornaram-se visíveis na superpopulação e no maior grau de urbanização e na insalubridade das áreas urbanas. Aqueles que chegavam às cidades instalavam-se nas áreas disponíveis dos bairros antigos, ou iam para a periferia, formando bairros novos. Das moradias em casas isoladas nos campos, tiveram que adaptar-se à superlotação dos bairros urbanos.

As habitações dos operários eram casas antigas, amiúde transformadas em alojamentos de aluguel, onde cada quarto era alugado para uma família. Ou então utilizava-se um tipo de construção padrão, porém de material bem inferior ao das primeiras. Na Inglaterra, as *cottages*, como eram conhecidas, tinham geralmente dois andares, e eram construídas de tijolos, de forma irregular, e enfileiradas. Possuíam três ou quatro divisões e uma cozinha. Outras eram unidas fundo com fundo, fazendo com

²⁰ BENEVOLO, Leonardo. *As origens....* p. 18.

que alguns quartos não chegassem a receber luz e ventilação. Posteriormente, surgiram as casas construídas em grande quantidade. Eram três fileiras, sendo as do meio as mais prejudicadas.²¹ Aquelas que ficavam nas fachadas, tinham porta e pequeno pátio. Atrás, em ruelas fechadas, ficavam as casas de aluguel mais barato. Não havia espaços abertos, com exceção das passagens entre as casas.

O alto custo e a escassez de habitações obrigavam as famílias recém-chegadas a morar em quartos alugados, amontoando-se em aposentos minúsculos, nos porões das casas, ou em moradias abandonadas, que acabavam por transformar-se em hospedarias, com até vinte pessoas ocupando o mesmo cômodo. Aqueles que não possuíam casa sujeitavam-se a pernoitar em dormitórios, dividindo o leito com outras pessoas. Não raro, passavam a noite nos parques. Em todas as situações, prevalecia o número excessivo de pessoas nas habitações coletivas, condição generalizada após 1835. As classes economicamente mais favorecidas, no entanto, também foram afetadas pelos problemas urbanos. Em relação às habitações: “... *as moradias de classe superior eram, mais freqüentemente do que se imagina, intoleráveis supercortiços.*”²² Na cidade, mesmo empresários e industriais ressentiam-se da falta de espaço, de casas mais adequadas e limpas. Tanto que, quando o centro urbano transformou-se em um amontoado de casas e de pessoas, transferiram-se para a periferia, estabelecendo-se em *villas* mais bem estruturadas. Iniciava-se o processo que Sennett denominou de *isolamento mútuo*. Ainda que por motivos diferentes, tanto em Paris como na Inglaterra, as classes sociais começaram a segregar-se. No caso inglês, grandes terrenos que

²¹ ENGELS. op. cit., p. 99.

²² MUMFORD. op. cit., p. 503.

estavam sendo anexados a Londres, no século XIX, foram utilizados para a construção de moradias que pertenceriam a pessoas do mesmo grupo social.²³

Os problemas enfrentados pelas sociedades européias reproduziram-se além-mar. Em 1834, um levantamento referente às condições de higiene novaiorquinas salientava o mau estado das residências urbanas e seu excesso de moradores. Após 1850, o número de habitantes urbanos em termos mundiais multiplicou-se por dez, piorando a situação das grandes cidades. Entretanto, apesar da confusa e péssima situação das construções, certos autores concordam em que esses locais de moradias poderiam não ser piores do que as habitações do campo. Para Benevolo, na cidade, as casas eram de tijolos, e apesar de os quartos serem pequenos, não existiam máquinas domésticas que atravancassem o caminho ou que pudessem criar poeira. Além disso, segundo ele, deve-se levar em conta as melhorias obtidas para a população, com a queda da mortalidade infantil, durante este período, o aumento do nível de vida e a criação de uma nova mentalidade, que passou a criticar as condições de habitabilidade que, havia um século, eram incondicionalmente aceitas.²⁴ Entretanto, o próprio autor concorda que as mesmas carências higiênicas toleradas no campo tornavam-se insuportáveis no meio urbano, devido à proximidade e ao excesso de habitantes. Ademais, estes melhoramentos mencionados por Benevolo, não impediram que a superlotação e degradação persistisse no ambiente urbano.

²³ SENNETT. *op. cit.*, p. 172-173.

²⁴ BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura...* p. 60.

Como resultado da insalubridade, os parasitas e as doenças proliferaram de modo incontrolável. Piolhos e percevejos disseminavam-se pela população e as paredes escuras e úmidas das casas eram focos de bactérias. Assim, de que modo manter limpos o corpo e a habitação se nem água suficiente existia? Além do que, o descuido com a higiene atingia toda a população. A falta de sol e de água potável e as demais necessidades desenvolviam nas pessoas, uma debilidade crônica sem distinção de classe.

Se a vida doméstica era difícil, no trabalho, as condições eram ainda piores. O excesso de mão-de-obra levou à concorrência entre os trabalhadores, beneficiando os industriais. Os operários especializados, comparados com o restante dos trabalhadores, viviam em melhores condições, pois tinham um salário mais alto, ainda que modesto. Contudo, em períodos de crise, nem mesmo eles escapavam da miséria. Em muitos casos, os trabalhadores eram obrigados a alugar as *cottages* pertencentes aos seus patrões, para que pudessem trabalhar em sua fábrica. Fora do ambiente de trabalho, eram perseguidos pelo incessante bater do martelo, pelo barulho das máquinas, pelo apito da locomotiva, que invadia suas casas.

A grande desorganização dos centros urbanos nesse período, e principalmente a propagação de doenças de risco, como a cólera, despertou a atenção de autoridades, médicos e higienistas. A partir de 1870, a cidade passou a ser encarada como um “mal patológico”, a ser curado.

1.4. O PODER PÚBLICO E OS PROBLEMAS URBANOS

Com a industrialização, tornaram-se inaceitáveis as antigas formas de controle público aplicadas pelo regime absolutista do século XVIII (impostos, franquias,

regulamentações de comércio). Havia certo receio, por parte dos industriais, em relação à cobrança de impostos. Com isso, os empresários, pela livre competição do sistema capitalista, procuravam reduzir ao máximo as tarefas do governo. Assim sendo, a cidade liberal se sobrepôs ao poder do Estado e assumiu as características impostas pela iniciativa privada.

Aos empresários cabiam as mais diversas responsabilidades, desde a determinação do local de construção das fábricas e das casas para os operários, até melhoramentos na infra-estrutura urbana, como garantir o suprimento de água e coleta de lixo.²⁵ A maior parte das estradas, pontes, canais e portos também eram mantidos por particulares, ficando a cargo das administrações locais a vigilância sobre eles. Ainda assim, as instituições públicas existentes, responsáveis pelas melhorias urbanas (pavimentação, iluminação, abastecimento), estavam totalmente desacreditadas e fora do novo contexto industrial. Tanto que, desde o século XVIII, tornara-se hábito menosprezar os serviços públicos.

Após 1830, o aumento descontrolado da insalubridade culminou com as constantes epidemias de cólera, que marcaram a história da medicina da Europa e Ásia. A partir daí, desenvolveu-se a idéia da cidade como um organismo doentio, necessitando de cuidados médicos. Há séculos, acreditava-se que tanto o ar como a água eram agentes de propagação de maus odores e emanações infecciosas, conhecidas como *miasmas*. Sua inalação obstruía a circulação sanguínea, causando doenças como escorbuto e gangrena.

²⁵ MUMFORD. op. cit., p. 491.

Com base nessas noções, médicos, higienistas e biólogos procuravam meios capazes de impedir a disseminação das doenças, auxiliados pelo avanço da química. A estratégia passou a ser eliminação da doença de forma permanente. *“A invenção da questão urbana, o triunfo da concepção funcional da “cidade-máquina” incitam a uma “toalete topográfica”, indissociável da “toalete social”, que a limpeza de ruas e a instalação dos locais de confinamento atestam”*.²⁶

Apesar de a teoria dos miasmas estar incorreta, fato comprovado por Pasteur, na década de 1870, através da teoria dos micróbios, o resultado foi uma clarificação do meio citadino, provocando uma maior circulação do ar e da água, dentro das cidades. Os espaços tornaram-se mais amplos e arejados: ruas, casas, escolas e hospitais deveriam ser bem iluminados e ventilados. A preocupação com a higiene passou a ser a tônica do momento, através da difusão de certos cuidados de ordem prática, pois *“aconselha-se a privatização dos banheiros, a instalação de redes de esgotos que afastem as imundícies para longe da cidade, a canalização de água, todo um sistema de serviços públicos de higiene, e valoriza-se a introdução de áreas verdes, a criação de jardins na cidade ou a decoração das casas com flores e plantas”*.²⁷

Em vista disso, na segunda metade do século XIX, a cidade tornou-se alvo de movimentos reformistas. A municipalidade foi obrigada a intervir mais eficazmente, abandonando a apatia administrativa na qual estava envolta. Em parceria com particulares, ou mesmo isoladamente, o poder público regulamentava e executava obras,

²⁶ CORBIN, Alain. *Saberes e odores* : o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 119.

²⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar* : a utopia da cidade disciplinar – Brasil : 1890-1913. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. p. 170.

procurando realizar um ordenamento territorial. Quanto maior o investimento, maior também o papel exercido pela figura estatal, uma vez que esta possuía maior poder e mais facilidades financeiras, que os grupos privados.

Através do desenvolvimento de novas técnicas sanitárias, essenciais para conter as epidemias e demais doenças que povoavam o universo industrial, criou-se uma nova mentalidade, baseada na interligação das atividades desempenhadas pelos vários setores que compunham a organização administrativa da cidade. Diferentemente do século anterior, quando os médicos mais reconheciam a existência de uma “patologia urbana”, do que propriamente procuravam curá-la, o século XIX cedeu espaço para a adoção de medidas efetivas, e muitas vezes preventivas, de saneamento, representando uma nova lógica de salubridade.

A partir disso, a legislação sanitária estabeleceu a base que visava atingir toda a área urbana, influenciando as demais regulamentações que regiam as cidades. Algumas foram revistas, como a lei de expropriação, que passou a ser utilizada em obras públicas de embelezamento e limpeza do espaço. Governantes perceberam que não bastaria definir a localização das fábricas e das estradas de ferro, mas melhorar a alimentação, as condições de moradia e de trabalho, da população.

Esta situação, delineada inicialmente na Inglaterra, repetiu-se igualmente em outros países, à medida que iam se industrializando, sendo que as autoridades administrativas e eclesiásticas, além dos defensores de diferentes regimes governamentais, ansiavam por soluções. Em 1840, na França, Frégier, funcionário da prefeitura do Sena, organizou um plano de construções públicas para classes baixas. No

mesmo ano, houve o primeiro inquérito documentado sobre as condições de vida dos operários, realizado por Vilermé. Em 1842, foi a vez da Ordem de São Vicente de Paula, de promover um estudo sobre as condições dos alojamentos do operariado de Lille. Três anos depois, foram publicados os “Annales de la Charité”, tratando da situação dos bairros operários franceses.²⁸

Na Inglaterra, pela lei de 9 de agosto de 1844, foram aprovados os requisitos higiênicos mínimos para alojamentos de aluguel, para Londres e seus arredores. A partir de julho de 1846, as habitações não poderiam ser subterrâneas. E, nesse mesmo ano, criaram-se balneários e lavanderias públicos, na capital inglesa. Dois anos mais tarde, começa a afirmar-se o novo conceito de controle público, do abastecimento de água, esgoto, drenagens, limpeza urbana e pavimentação.²⁹

O Parlamento inglês deu prosseguimento a suas regulamentações, através da lei de 31 de agosto de 1848, quando foi criado o *General Board of Health*. A associação nomeava inspetores para conduzir inquéritos locais, quando solicitado por pelo menos 1/10 dos habitantes.³⁰ Cada distrito era composto por funcionários e representantes dos proprietários e contribuintes. Estas associações detinham diversos poderes: regular o sistema de esgotos; cuidar da limpeza urbana, da remoção de lixo e de pocilgas. Também responsabilizavam-se pela regulamentação dos matadouros; das casas de aluguel (asseio, ventilação), da pavimentação e manutenção de ruas, da criação, manutenção e definição de espaços melhores para passeios e jardins, da contribuição com a iniciativa privada

²⁸ BENEVOLO, Leonardo. *As origens ...* p. 106.

²⁹ *Ibid.*, p. 98-99.

³⁰ *Ibid.*, p. 100.

para empreendimentos dessa natureza, do abastecimento de água e da sepultura para os mortos. Os proprietários eram regulados pelos *Boards* e obrigados a permitir que estes inspecionassem seus edifícios.

No entanto, o novo posicionamento do poder público inglês pós-1848 que iria marcar as reformas das principais cidades, buscava uma união com o capital privado, e respeitava os direitos dos especuladores imobiliários, procurando entrar em acordo com eles. Em 1850, após mais uma epidemia de cólera em território francês, foi aprovada a lei proposta pelos irmãos Anatole e Armand de Melun. Esta procurava disciplinar os alojamentos de aluguel e dependia da ação das Comunas para “*investigar e indicar as medidas indispensáveis ao arranjo dos alojamentos e dependências insalubres...*”³¹ O artigo mais importante tratava da expropriação, reconhecendo que a insalubridade poderia resultar de causas “externas e permanentes” e que, se necessário, a Comuna poderia adquirir o conjunto de propriedades existentes no território a ser trabalhado.³² Esta medida serviu de base para as futuras reformas de Haussmann, juntamente com outra promulgada em 23 de Maio de 1852, que permitia a expropriação não apenas pela lei, mas através de uma deliberação do poder executivo.

Paralelamente às iniciativas européias, os americanos também procuravam desenvolver medidas higiênicas que diminuíssem o problema de insalubridade. Em 1867, foi aprovada a lei que regulamentava as casas de aluguel. Vinte anos depois, foi criada a

³¹ *Ibid.*, p. 108.

³² *Ibid.*, p. 108.

Secretaria da Higiene. No início do século XX, surgiu uma nova lei sobre as casas de aluguel, ainda mais rigorosa que a anterior, demonstrando que o problema persistia.³³

Observamos que na Inglaterra, até meados do século XIX, a presença médica continuava ocupando posição relevante no desenvolvimento desta nova percepção urbana. Contudo, as exigências criadas pelas novas propostas das leis sanitárias punham em evidência a atuação de outro profissional: o engenheiro. Cabia a ele solucionar os problemas detectados pela área médica, de forma prática, por meio da execução de obras de melhorias. Desse modo, desenvolveram-se sistemas de esgotos, de coleta de lixo, trabalhos de drenagem, havendo uma reestruturação do espaço urbano, a começar pela moradia: *“O habitável então não tem mais limites naturais e sim limites técnicos, econômicos e políticos”*.³⁴ Era a natureza subjugando-se ao poder do homem.

O Estado, gerenciador das alterações urbanas, tinha múltiplas funções: coordenava os setores e órgãos do sistema sanitário, procurava reduzir os gastos com aparelhos de saneamento e, ainda, impor normas de higiene aos proprietários e construtores.³⁵ Os primeiros urbanistas, entretanto, tiveram que enfrentar diversos obstáculos, como a oposição dos donos de cortiços e das companhias de serviços urbanos e de empresários, e, além disso, não podiam indispor-se com a burguesia, se quisessem que seus trabalhos fossem adiante. Esta atitude, no entanto, gerava uma

³³ A lei baseava-se em simples regulamentos que estabeleciam os padrões mínimos para os edifícios, mas que não previam nenhuma intervenção direta do governo. (BENEVOLO, **História da arquitetura...**1976. p. 223).

³⁴ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço & Debates – Cidade e História**. São Paulo, 1981, n.34. p. 43.

³⁵ Ibid, p. 45.

delicada e ambígua relação, obrigando esses profissionais, a desviarem seus planos, muitas vezes de acordo com os gostos da elite.³⁶

Ao mesmo tempo em que assumiu a questão sanitária das cidades, o poder público começou a demonstrar preocupações estéticas, através da criação de diferentes leis que interferiam na disposição das edificações, procurando unificá-las. As medidas dos prédios foram limitadas em relação às áreas livres e prédios contíguos, e as fachadas tornaram-se suficientes para delinear o traçado urbano. As construções que ficavam de frente para as chamadas “ruas-corredor”, na França, serviam para fins comerciais, com as lojas localizando-se no térreo, e os escritórios e domicílios, nos andares mais altos. Na periferia, com o predomínio das residências, as edificações eram construídas afastadas das ruas.³⁷ Porém, apesar da criação de inúmeras leis e decretos, apenas no final do século XIX as habitações dos trabalhadores receberam melhorias efetivas: encanamento de ferro, iluminação, fogão a gás, rede de distribuição de água coletiva e água corrente.³⁸ No continente americano, as autoridades públicas dos Estados Unidos intervieram diretamente na área de construções só após a Primeira Guerra Mundial, procurando regular e limitar a especulação imobiliária, praticada de modo abusivo pela iniciativa privada.

³⁶ TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação** : gênese do Urbanismo Moderno. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996. p. 36-37.

³⁷ BENEVOLO. **História da cidade**. p. 574.

³⁸ MUMFORD, op. cit., p. 504.

De uma forma geral, a cidade industrial transformou-se em ambiente opressivo e superpovoado. O medo do contágio, devido às constantes epidemias, especialmente a de cólera, que marcaram a segunda metade do século XIX, na Europa, foi mais que suficiente para provocar uma reação das camadas abastadas da sociedade. Nesse quadro, desenvolveu-se a medicalização das cidades, aliada à afirmação do poder estatal, enquanto elemento direcionador da configuração urbana.

Ingleses, franceses, entre outros, organizaram suas comissões de inquérito e leis de ordenamento urbano, destacando-se a lei de expropriação, que serviu de modelo para outros países. Com isso, a municipalidade assumiu um papel de órgão gerenciador da cidade, procurando, através de medidas de salubridade, exercer o controle sobre seus habitantes. Entretanto, se de um lado estes foram beneficiados, não se pode esquecer que houve perda de liberdade e supressão de direitos.

O reconhecimento da importância de uma política de obras públicas aproximou alguns estados europeus das teorias idealizadas pelos socialistas utópicos, que imaginavam comunidades industriais modernas baseadas na solidariedade humana, com industriais benevolentes e fábricas em lugares idílicos. As primeiras iniciativas neste sentido estavam cercadas de sentimentalismos e de um conceito altamente nostálgico de retorno à natureza. O *verde* estaria disperso em lugares que iam desde jardins, hortas e pomares, ao redor das casas, até os parques e campos que circundariam as cidades.

1.5. AS NOVAS CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS

A partir da segunda metade do século XVIII, as grandes alterações demográficas, econômicas e sociais por que passaram a Europa e a América levaram a uma reavaliação dos programas de ordenamento urbano vigentes. As antigas malhas viárias demonstravam-se insuficientes para conter os milhares de pessoas e edificações que tomaram conta das cidades. Os novos programas urbanos desenvolvidos no período levavam em conta esta realidade e passaram a adotar arruamentos mais largos e retilíneos. Todavia, esses programas não se afastavam dos tratados urbanísticos renascentistas e barrocos.

Lisboa, destruída por um terremoto em 1755, foi uma das primeiras cidades européias a passar por uma completa reestruturação. Após a catástrofe, pensou-se em abandonar o antigo sítio onde ela se localizava e fundar uma nova cidade em suas proximidades. Acabou prevalecendo a proposta de reconstruí-la no mesmo local onde se encontrava. Para isso, foi feita uma espécie de concurso entre projetos encomendados a seis diferentes equipes de profissionais. Em todos os planos apresentados, predominava a retícula ortogonal, modo de organização acentuado no projeto vencedor de autoria do arquiteto Eugénio dos Santos. De certo modo, o traçado reticular procurava representar a nova ordem que o despotismo iluminado do Marquês de Pombal pretendia impor a Portugal.³⁹ O projeto da nova Lisboa pombalina dava continuidade à tradição portuguesa de esterilidade urbana e não previa nenhum espaço ajardinado. Contudo, um Passeio Público foi acrescentado posteriormente aos planos de reconstrução.

³⁹ Sobre a reconstrução de Lisboa por Pombal ver: FRANÇA, José-Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitetura**. Lisboa : ICALP, 1981.

Em 1791, o arquiteto francês Pierre L'Enfant projetou Washington, cidade criada para ser capital dos Estados Unidos. Seu plano baseava-se em uma rede viária orientada segundo os planos cardeais que se cortavam em ângulos retos. Sobrepostas à retícula distribuíam-se grandes *avenues* que, das praças principais, seguiam para diferentes direções da cidade. Os grandes entroncamentos viários deveriam ser marcados por monumentos, típico princípio barroco. A principal característica deste plano era a amplidão monumental dos espaços.

No início do século XIX, a rapidez do crescimento de Nova Iorque, fez surgir a necessidade de um plano de urbanização. A municipalidade, sem recursos, deixou a tarefa a cargo do Estado, que finalizou o projeto em 1811. O plano estabelecia a divisão ortogonal da rede viária, em doze *avenues*, denominadas por letras e dispostas no sentido norte-sul, e cento e cinquenta e cinco *streets*, reconhecidas por números, no sentido leste-oeste. A amplidão dos espaços também estava presente, com *avenues* de vinte quilômetros de extensão e *streets*, de cinco quilômetros. Este plano garantiu a expansão da cidade, até o final do século XIX, e sua importância reside no fato de ser o *“primeiro exemplo... de uma previsão unitária para controlar a expansão de uma cidade moderna deste tamanho, quando na Europa o mesmo problema ainda está longe de ter chegado a esse ponto de maturidade”*.⁴⁰

Outro ponto interessante do plano era a ausência de praças e outras áreas abertas. A falta de espaços livres, contudo, emprestou um caráter diferenciado e peculiar a Nova Iorque. As intermináveis retas privilegiavam a passagem de carroças, cavalos,

⁴⁰ BENEVOLO. *História da cidade*. p. 220.

enquanto privava-se a população de áreas para lazer e diversão, demonstrando uma clara prioridade de interesses. Apesar de suas falhas, o plano novaiorquino foi implementado na íntegra.⁴¹

Na Europa da segunda metade do século XIX, o tecido urbano tendeu a tornar-se pouco mais que um misto de pessoas e edificações, entremeado por ruas e estradas de ferro, dispostos desarmoniosamente. A implantação de uma rigorosa política higienista, desenvolvida nessa fase, foi imprescindível para que os espaços urbanos assumissem uma nova feição que os libertasse dos problemas causados pela industrialização. A meta da salubridade tomou o rumo do belo, sinônimo de limpeza, espaço e contato com a natureza. Na verdade, a antítese de tudo o que se vivenciava naquele momento. A partir desses três elementos, as principais áreas urbanas européias foram revistas e reordenadas, destacando-se nessa reorganização, a cidade de Paris.

Até a transformação urbanística da capital francesa, iniciada na década de 1850, o urbanismo na França, e mesmo na Europa, apresentava-se tímido, com atitudes comedidas no centro e crescimento descontínuo de loteamentos periféricos, comandados por empresas especulativas. Napoleão III, no entanto, soube utilizar-se da urbanística, tornando-a importante instrumento de poder, que, aliado ao projeto de embelezamento urbano, remodelou completamente o ambiente parisiense.⁴² Para executar as reformas, foi escolhido o Barão Haussmann, nomeado prefeito do Sena. Haussmann, por sua vez, cercou-se de bons colaboradores e iniciou seus trabalhos em 1853. Este fato, além da confiança que o imperador nele depositava, fez com que ficasse dezessete anos à frente

⁴¹ Essa ausência de espaços livres foi compensada, em 1858, com a criação do Central Park.

⁴² BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. p. 92.

da direção das obras. Os propósitos de Napoleão III e Haussmann eram: *“fazer desaparecer a imagem da cidade antiga, velha e insalubre, facilitar a circulação multiplicando as ligações entre as diferentes partes da cidade, assegurar a valorização dos monumentos colocando-os no eixo de uma perspectiva, possibilitar a manutenção da ordem em caso de rebelião”*.⁴³ Pode-se dizer que, com Haussmann, pela primeira vez, definiu-se um plano de urbanização em larga escala, que obedecia à nova ordem econômica.

Certas condições apresentaram-se extremamente favoráveis para a implantação destas idéias. A união entre o poder de Napoleão III e a competência de Haussmann e de seus técnicos, apoiados pelas leis sanitárias e de expropriação, permitiu o desenvolvimento de um programa urbanístico arrojado e inovador, para a época. A principal realização de Haussmann foi a criação de um novo sistema de circulação, pondo em prática uma rede de grandes artérias que cortavam a cidade, dando-lhe um aspecto moderno. Os traçados foram concebidos globalmente, com diversos entroncamentos e prolongamentos, justapondo à antiga forma da cidade um novo complexo de ruas largas e retilíneas. Estas permitiam a comunicação entre os principais locais urbanos e as estações ferroviárias, facilitando o trânsito. Os monumentos mais importantes foram conservados, entretanto, isolada e desproporcionalmente, em relação às construções que os circundavam.⁴⁴

⁴³ HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas : Papyrus, 1990. p. 113.

⁴⁴ BENEVOLO. **História da arquitetura ...** p. 98.

Desenvolveram-se os serviços secundários como escolas, hospitais, quartéis e prisões e, principalmente, os parques públicos. As instalações da cidade velha, como os equipamentos hidráulicos, foram renovadas, assim como a iluminação, sistema de transportes, que foi deixado sob a direção de uma única empresa (*Compagnie Générale de Omnibus*). A falta de moradia para as classes baixas e a emergência de uma ação estatal para a melhoria das condições de vida desta faixa da população, passaram a integrar a prática política e gerenciadora do governo.⁴⁵

Por outro lado, estrategicamente, grandes obras eliminaram os bairros superpovoados e insalubres do centro da cidade. Com as mudanças realizadas em Paris, as grandes vias conferiram ao meio citadino uma falsa imagem: a ilusão de homogeneidade, tanto nos bairros aristocráticos, quanto nos populares. Contudo, os pobres foram expulsos do núcleo urbano, e os imóveis ao longo das vias, ocupados pela burguesia. Mesmo apresentando este aspecto negativo, deve-se reconhecer certos benefícios recebidos pela população, através do incremento de uma série de equipamentos públicos, como rede de esgotos, distribuição de água e gás, iluminação e mercados cobertos, dentre muitos outros.

Apesar do embelezamento e suntuosidade das obras (além do retorno financeiro, advindo com o crescimento da arrecadação fiscal local e o crescimento das atividades econômicas) a atuação de Haussmann não escapou a críticas. Os mais sensíveis à preservação da Paris antiga, teceram-lhe críticas ferozes. Reprovaram o que Victor Hugo denominava de “massacre da velha Paris”.

⁴⁵ Ibid, p.98.

As modificações executadas na capital francesa serviram de modelo para a reurbanização de outras cidades da Europa e dos demais continentes. Ainda na França, alguns centros urbanos também sofreram modificações que a acompanhavam. O prefeito de Lyon, no período de 1853 a 1864, procurou reproduzir as obras parisienses, porém em menor escala. Nas demais cidades francesas, as ruas retilíneas cortando bairros antigos multiplicaram-se, bem como as demolições, casos de Montpellier, em 1865, e de Toulouse, três anos depois.

Ultrapassando as fronteiras da França, as reformas disseminaram-se pela Europa. Em Bruxelas, houve a remodelação da parte baixa da cidade, a canalização do rio Sena e a abertura, sobre ele, de uma extensa rua reta ligando duas estações ferroviárias. Também influenciadas pelas obras de Haussmann, as cidades italianas foram, igualmente, marcadas pelo traçado retilíneo. Destacavam-se as obras realizadas em Florença, onde houve a tentativa de adequar os métodos utilizados em Paris. A maior preocupação era desenvolver um plano de ampliação da cidade, elaborado por Giuseppe Poggi, o que ocorreu entre 1864 e 1877. Dez anos depois, o centro da cidade também foi reorganizado.

Em Viena realizaram-se diversas obras de interesse público, como a canalização do rio Danúbio e a criação de um sistema de abastecimento de água mais avançado. Na capital austríaca, a obra mais conhecida foi a Ringstrasse, um anel viário iniciado em 1857. Para sua construção, aproveitou-se um terreno livre entre a cidade medieval e a periferia barroca, resultante da demolição das antigas muralhas. Ao longo desse anel foi disposto um conjunto de edifícios públicos e prédios residenciais monumentais, que superaram em termos visuais qualquer obra do século XIX, inclusive as de Paris. O

objetivo de tanta suntuosidade e grandeza das obras vienenses poderia ser assim resumido: *“O termo mais comumente empregado para descrever o grande programa dos anos 1860 não era “renovação” nem “redesenvolvimento”, e sim “embelezamento da imagem da cidade”*.⁴⁶

Em 1860, já eram visíveis as influências das obras de Haussmann nas Américas. Na Cidade do México, sob ordens do Imperador Maximiliano, foi criado o Passo da Reforma, semelhante aos Champs-Élysées. No final do século XIX, começariam a afirmar-se nos Estados Unidos certos padrões urbanísticos que tinham proximidades com o que fora desenvolvido por Haussmann mas que guardavam certas peculiaridades próprias do maior desenvolvimento tecnológico americano. Chicago foi palco de uma intensa reconstrução entre 1880 e 1900, logo após ter sido destruída por um incêndio. Desse modo, desenvolveu-se um avançado centro de negócios, com escritórios, lojas e hotéis, com a utilização de novos materiais de construção, além de invenções técnicas, como elevadores elétricos. Também surgiram os edifícios altos, de estrutura metálica e concreto armado, coisa que na Europa só aconteceria na metade deste século. Em 1900, com a antiga quadriculação da cidade de Chicago superada, foi criado o plano de ordenamento e expansão elaborado por Burnham e Bennet, engenheiros da Escola de Chicago, estabelecendo a abertura de diagonais, que se sobrepunham às extensas ruas retilíneas já existentes. Outra característica das cidades americanas, que também pode ser observada em Chicago, são as cidades-satélites. A primeira a ser fundada foi Pullmann City.

⁴⁶ SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle : política e cultura*. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. p. 45.

As transformações sofridas pelas cidades no mundo ocidental, durante o século XIX, propiciaram uma revisão de valores e pensamentos, por parte das autoridades, especialistas e pessoas influentes da época, resultando em uma nova concepção urbana. Impulsionada pelo desejo de salubridade, a sociedade sentiu que, além da reorganização dos espaços urbanos, havia necessidades que incluíam ar puro, o *verde*, as áreas descongestionadas. Dentro desta nova perspectiva, os parques e praças representavam instrumentos significativos para alcançar esse fim.

1.6. O *VERDE* NA METRÓPOLE

Desde a virada do século XVIII para o XIX, os modelos de cidade ideal propostos por socialistas utópicos, como FOURIER e OWEN (que dispensavam grande atenção aos espaços livres como áreas para recreação e embelezamento das cidades), demonstravam a crescente importância dada a esses espaços. Desde então, urbanistas pertencentes a diferentes linhas de pensamento passaram a valorizar a presença do *verde* nos ambientes urbanos. Na França, Proudhon já deixava clara essa posição, quando dizia: “*Precisamos transformar a França num vasto jardim, mesclado de pequenos bosques*”.⁴⁷

Desde o século XVI, as idéias sobre a natureza passaram por grandes transformações alterando a relação entre as pessoas e o *verde*. A vegetação, que anteriormente provocava certo receio, passou a ser encarada de forma positiva. Durante o século XVII, disseminou-se o gosto pelo ar livre, e os europeus começaram a passar

⁴⁷ Choay, FRANÇOISE. **O urbanismo** : utopias e realidades – uma antologia. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 1997. p. 8-9.

temporadas no campo. Em Lisboa, por exemplo, difundiram-se as quintas de recreio na periferia da cidade.⁴⁸ Outra forma de manifestação dessa nova sensibilidade foi a difusão do hábito de viagens ou mesmo dos passeios nos arredores das cidades, nos quais buscava-se respirar ar puro e observar paisagens.

O crescimento desmesurado das cidades, deixando aflorar seus problemas urbanos, também favoreceu a busca de soluções em um mundo que lhe era o oposto. Cada vez mais, desenvolvia-se o hábito de cultivar flores e árvores. Os jardins representavam ambientes harmoniosos, belos, silenciosos, ou seja, a antítese da cidade cujo barulho de suas fábricas e contaminação orgânica das águas e do ar, impediam a existência de uma vida tranqüila e saudável.

Esta transformação do meio urbano também refletiu-se nas praças. No período medieval, a “*vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática*”.⁴⁹ Esses espaços fechados serviam para a comercialização de produtos e manifestações públicas, como a organização de espetáculos ou discursos. À medida que se tornaram mais belas e organizadas urbanisticamente, as praças passaram a ser freqüentadas pelas classes mais abastadas, que também possuíam residências ao seu redor.

Outra sensível alteração, ocorrida nas cidades, foi trazer a vegetação para o seu interior, por meio da criação de praças, parques e outras áreas *verdes*. Entre 1630 e

⁴⁸ Para a difusão das quintas de recreio e dos jardins urbanos em Portugal e suas colônias ver: PEREIRA, Magnus R. M. **A forma e o podre** : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.

⁴⁹ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público** : jardins no Brasil – 1779-1911. Tese, 1994 (Doutorado). Universidade de São Paulo. p. 25.

1640, surgiu o Hyde Park, em Londres, usado para corrida de cavalos e velocistas. Frequentado pela população, foi privatizado na década seguinte, o que não impediu o acesso popular. Na capital inglesa, por exemplo, desde 1660, quando a área urbanizada ampliou-se, houve a difusão de um novo tipo de praça urbanizada expandida, com a introdução do padrão “*square*”. Esta modalidade de praça era um “*recinto ajardinado e cercado, embutido numa trama de ruas residenciais ostentando construções uniformes*”.⁵⁰ Ambulantes, mascates e outros tipos de mercadores eram elementos indesejáveis dentro das *squares* inglesas, que eram ambientes hierarquizados, cujo acesso era controlado por meio de portões, que regulavam a entrada de pessoas de igual nível social.⁵¹

Em 1670, em Paris, foi criado o *Champs Élysées*, inicialmente chamado de *Grand Cours*. Além destes, diversos outros passeios e jardins surgiram pela Europa, a partir do século XVII. Em Berlim, em 1647, foi criada a alameda arborizada *Unter den Linden*, que ligava a cidade a um parque de caça. Dublin possuiu o *Beuax Walk*. Amsterdã, em 1682, transformou um charco na *Niewe Plantage*. Em 1746, a cidade de Bordeaux recebeu o Jardim Royal; em Madri, foi construído o Paseo del Prado, em 1745. O Passeio Público de Lisboa começou a ser implantado em 1764.⁵²

Houve, também, uma revolução na jardinagem. Cultivar plantas transformou-se num prazer, beneficiando a comercialização de sementes e mudas de diversas espécies, que tornou-se um mercado lucrativo. Muitas plantas exóticas eram trazidas das colônias

⁵⁰ Ibid, p. 33.

⁵¹ Ibid, p. 33-34.

⁵² Ibid., p. 34.

para fins médicos e ornamentais. No final do século XVIII, eram organizadas expedições por colecionadores aristocráticos, alguns dos quais possuíam jardins com até 2.600 plantas. Com o tempo, essas expedições passaram a ser realizadas por corporações e vendedores.⁵³

Tais alterações no espaço das cidades colaboraram para a difusão de novas formas de sociabilidade. Os integrantes da elite desejavam ver e ser vistos, desfilando a pé ou de carruagem em determinadas horas, principalmente nas amenas noites de verão. Para isso, eram utilizados jardins, bulevares e praças.

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir as apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus praticantes – o “*plaisir de la promenade*”, tinha um palco magnífico nos jardins públicos.⁵⁴

O uso do espaço público pela porção elitizada da população acabou por instituir normas de comportamento, onde imperava o silêncio (as pessoas poderiam ficar sentadas ou passear, mas caladas), o bem vestir e novas regras de sociabilidade, como o gesto dos cavalheiros em erguer o chapéu ao desejar falar a uma senhora que lhe era desconhecida. Houve uma sensível perda da espontaneidade nestes espaços, dos quais os populares

⁵³ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural** : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1988. p. 271.

⁵⁴ SEGAWA, op., cit., p. 35.

foram afastados. Era possível demonstrar maior expressividade ao assistir-se um espetáculo, em um teatro ou estar dentro de um clube, do que durante um passeio em algum parque público, onde inicialmente, as pessoas se comportam como atores, para serem sociáveis umas com as outras.⁵⁵

No século XVIII, difundiu-se também o gosto pela jardinagem, especialmente na Inglaterra, tornando-se “uma obrigação moral plantar em qualquer área livre”. Os mais abastados dedicavam-se ao cultivo de árvores e ao paisagismo, enquanto a população em geral cultivava flores.⁵⁶ Difundiram-se os livros de jardinagem contendo endereços de viveiros particulares, vendedores de sementes, bem como livros com ilustrações de flores.

Durante o século XIX, todas essas práticas tiveram continuidade. Os jardins urbanos eram considerados instrumentos eficazes para combater o congestionamento e a desordem das grandes cidades, embelezar o ambiente e servir de área de recreação para a população. Além disso, acreditava-se que eles cumpriam importantes funções higiênicas e sanitárias.

Sob este prisma, merecem destaque os *grand travaux* do Barão Haussmann, realizados em Paris, nas décadas de 1850 e 1860. Os parques então existentes eram apenas aqueles construídos durante o Antigo Regime: o Jardim das Tulherias e os Champs-Élysées; o Campo de Marte e o Luxemburgo. Com as novas obras, a cidade ganhou inúmeras destas áreas, dispersas pelo espaço urbano. O Bois de Boulogne, uma

⁵⁵ SENNETT, op., cit., p.114.

⁵⁶ THOMAS, op., cit., p. 229-230.

antiga floresta próxima ao Sena, recebeu melhorias. Por estar perto dos Champs-Élysées, logo atraiu as classes elevadas parisienses, que adotava-o como ponto de encontro. Para as classes populares, foi reformado o Bois de Vincennes.⁵⁷ O modelo tradicional de parques franceses, baseado em formas geométricas, com árvores alinhadas e podadas, deu lugar ao dos parques ingleses, que procuravam recriar a natureza, reproduzindo o corrente romantismo das grutas, cascatas e caminhos sinuosos.

Estas novas idéias paisagísticas difundiram-se rapidamente pelo mundo. Em 1858, Nova Iorque, paupérrima em espaços livres, foi agraciada com a construção do *Central Park*. Seis anos mais tarde, Bruxelas ganhava o Bois de la Cambrea, sendo construída a *Avenue Louise*, especialmente, para ligá-lo à cidade. No Rio de Janeiro, o antigo Passeio Público da cidade sofreu uma completa reforma, concluída em 1862, para acolher o novo espírito dos jardins paisagísticos ingleses. Até em Curitiba pensou-se em criar um Passeio Público, em 1857, no entanto, o projeto não foi adiante. A cidade teve que esperar a década de 1880 para receber o seu jardim paisagista.

Um dos mais ardorosos defensores dos espaços livres foi o arquiteto Camillo Sitte, que elaborou sua teoria da cidade ideal, em 1889, privilegiando as áreas reservadas aos parques e praças. Sua palavras demonstram a importância crescente que estas áreas adquiriam na conceituação urbanística da época: “*Não há dúvidas quanto à importância de tais interrupções na grande massa de edifícios de apartamentos através da manutenção de amplos espaços abertos, essenciais para a saúde, mas não menos*

⁵⁷ BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura**. p. 100.

*importantes para o êxtase do espírito, que encontra repouso nestas paisagens naturais espalhadas em meio à cidade”.*⁵⁸

Certos urbanistas concordavam que os parques deveriam ser construídos dentro das cidades, mas não em número excessivo, para não prejudicar o traçado urbano e demais elementos que compunham estes espaços. O importante seria a qualidade, o encanto e acessibilidade a eles. Já os subúrbios deveriam tomar cuidado para conservar as áreas verdes existentes. Quando localizados longe das cidades, os parques eram considerados local de refúgio e freqüentados pela população, normalmente aos domingos e em dias de festa, devido à distância a ser percorrida. Aqueles que tinham condições mudavam-se para estes locais, para que pudessem ficar mais próximos da natureza. Isso foi possível graças ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, fazendo com que a população pudesse dispersar-se, longe do caos das grandes cidades, e mais perto do *verde*. A diminuição da jornada de trabalho e o incremento das profissões liberais proporcionaram mais horas de lazer, usufruídas nestes espaços. As áreas congestionadas cederiam espaço para a introdução de praças públicas e passeios para pedestres.

Para Sitte, o *verde* na metrópole teria duas funções às quais corresponderiam maneiras específicas de ordená-lo: o *verde sanitário*, livre da poeira e do barulho, deveria estar em um espaço interno, rodeado por edifícios. Poderia, também, ser aberto às ruas, em áreas de tráfego menos denso, circundadas por árvores, como era o caso das

⁵⁸ SITTE, Camillo. **A construção das cidades** : segundo seus princípios artísticos. 4. ed. São Paulo : Ática, 1992. p. 167.

villas e cottages. O *verde decorativo*, sempre que possível associado à água, estaria localizado em locais de grande circulação, pois era para ser visto, tendo um efeito puramente ilusório ao procurar criar um efeito de proximidade com a natureza.

Além de seu apreço pela vegetação, Sitte dispensava especial atenção às praças:

A praça, um confortável espaço fecha do, outrora dera expressão visual ao ideal de comunidade. A praça de tipo correto libertaria a alma do homem moderno da maldição da solidão e do medo ao vazio imenso e trepidante. O espaço anônimo, graças aos limites de uma praça, converter-se-iam num cenário humano, infinita riqueza urbana contida num pequeno local. Uma praça não é uma mera extensão de terra não-construída: para Sitte, é um espaço cercado por muros, como uma sala ao ar livre, teatro da vida em comum.⁵⁹

No sentimento nostálgico de Sitte, pelas formas urbanas do passado, a praça ocupava papel central. Por causa disso, preocupou-se em descrever minuciosamente a função, elaboração e interligação das praças com os demais elementos urbanos que a rodeavam. Segundo ele, as praças, que na Antiguidade eram o centro da vida pública, no final do século XIX tornaram-se meros estacionamentos para veículos. Faltava-lhes vida, animação. Os edifícios, devido ao caos espacial das cidades industriais, perderam qualquer tipo de relação artística com as praças, e mesmo a proporcionalidade. Para análise deste tipo de relação, Sitte prescrevia duas formas: as praças de largura e as de profundidade, dependendo da posição do seu observador. A forma quadrilátera de uma

⁵⁹ SCHORSKE, op. cit., p. 80-81.

praça raramente era utilizada. A largura das ruas era decisiva para o tamanho da mesma. Ruas estreitas deveriam comportar pequenas praças.

Camillo Sitte postulava certa hierarquia em relação a estes espaços: as praças principais das grandes cidades seriam maiores que das pequenas cidades; as principais praças de uma cidade seriam maiores que as demais; a dimensão das praças estaria proporcional à altura do edifício dominante.⁶⁰ Para que produzissem um efeito harmonioso, as praças deveriam ser fechadas, desembocando apenas uma única rua, em cada esquina. Poderiam ser circundadas por muralhas, com portas simples ou monumentais.

O *verde* também era requisitado nestes espaços, porém, em lugares apropriados. As árvores e folhagens ficariam nas bordas das praças, assim como os monumentos (a não ser que fosse um único monumento, que então ocuparia o centro da praça), fontes e estátuas. Contudo, a vegetação não deveria atrapalhar a visão da arquitetura; por isso, os perfis dos edifícios deveriam ser combinados com grupos de vegetais ali existentes. Outro elemento do espaço livre era a rua, fundamental na organização das cidades e que, ao assumir a uniformidade retilínea, ladeada por blocos de edifícios, transformou a cidade em um oceano de moradias, sem grandes alterações. A fim de interrompê-lo, a alameda, de concepção barroca, apesar de monótona, era imprescindível para qualquer metrópole. Sitte criticava a maneira como eram dispostas as árvores, sem proporção. Com a quantidade de árvores colocadas nas alamedas, poder-se-iam compor parques públicos, mais vantajosos para a saúde e livres do tráfego e poeira. O arquiteto também

⁶⁰ SITTE. op. cit., p. 60.

sugeria arborizar somente um dos lados das ruas, aquele que recebesse sol, a fim de valorizar os edifícios e evitar gastos.

Assim como a disposição das alamedas, os chamados *squares* não tinham fundamento. Um jardim público criado em um espaço aberto para todas as ruas ficaria exposto ao vento e à poeira, invadido por ruídos de toda espécie, ficando impróprio para repouso. Igualmente, como as praças, deveriam ser fechados, distanciando-se uns dos outros, ficando preferencialmente longe do barulho e das áreas populosas. A água significava importante elo com a natureza, na mesma proporção que a vegetação. Não somente pela questão estética, mas também pela necessidade sanitária, pois a área urbana precisava de jardins, fontes e espelhos d'água, importantes para purificar o ar.

A teoria defendida por Camillo Sitte, criada em um momento em que muitas redefinições estavam sendo feitas em termos urbanísticos, serviu para chamar a atenção para a perda dos antigos valores. Estes baseavam-se, principalmente, nas formas que traduziam a beleza e ostentação dos períodos barroco e medieval. Sitte, porém, recebeu severas críticas devido à maneira obsessiva com que se dedicava à estética e formas do passado, permanecendo alheio à evolução das cidades.

No final do século XIX, em resposta a tantas indagações e questionamentos a respeito dos papéis que as áreas livres desempenhavam na cidade, foram fundadas várias associações de grupos defensores dos jardins, para o cultivo de flores, assim como existia o interesse por palestras e conferências sobre o assunto. Em 1890, foi criada em Frankfurt uma sociedade cujo objetivo era embelezar a cidade. Nove anos mais tarde,

surgiu na Inglaterra a Associação das Garden-Cities, fundada pelo culturalista Ebenezer Howard.⁶¹

Na concepção de Howard, a cidade-jardim procurava associar as vantagens da cidade com as do campo. O espaço urbano, com 400 hectares, comportaria o comércio e a administração. Estaria dividido por bulevares e teria em seu centro um belo jardim. Ao redor deste, ficariam dispostos os edifícios públicos. A seguir, haveria faixas concêntricas (compostas sucessivamente, por um parque), zona residencial; uma larga avenida central (contendo escolas, igrejas e parques), a zona industrial e, finalmente, um cinturão agrícola. O projeto de Howard foi aplicado parcialmente nas cidades-jardins inglesas de Letchworth e Welwyn, mas, sem autonomia econômica, acabaram por transformar-se em cidades-dormitórios, próximas a Londres. Com o tempo, a idéia deturpou-se, e o nome cidade-jardim passou a designar subúrbios residenciais, com casas dispersas no *verde*. Na França, o termo cidade-jardim foi relacionado aos conjuntos habitacionais.

Ao final do século XIX, acompanhando uma revisão de valores sociais, mudaram os conceitos que orientavam a percepção da cidade. O gosto pela natureza e a defesa da saúde e da salubridade tornaram-se elementos direcionadores das mudanças de mentalidade do urbanismo. Contudo, para que modificações desse gênero fossem possível, foi preciso a ação de um saber técnico, apoiado pelo Estado, para que o mesmo normatizasse novas formas de agir. Leis foram criadas, grandes reformas foram postas em prática. A atuação de Haussmann foi decisiva, porquanto pôs em prática uma completa reestruturação urbana. Ainda que enfrentasse os problemas urbanos de maneira

⁶¹ CHOAY, op., cit., p. 219.

superficial, suas ações foram adotadas por diversas cidades. Junto com as soluções técnicas e administrativas assumidas em Paris, o novo paradigma urbanístico passou a valorizar a preservação e manutenção do *verde* na cidade. A arborização e a criação de jardins e passeios tornaram-se freqüentes. Aliando estética e higienização, buscava-se atingir a cidade ideal, como Owen e Fourier um século antes.

CAPÍTULO II

O VERDE NO DESENVOLVIMENTO DO URBANISMO NO BRASIL

No Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, a industrialização não pode ser responsabilizada pelos problemas urbanos. Durante o período colonial, as características agrícolas da economia fizeram com que a maior parte da população vivesse nas áreas rurais. Somente ao final do século XIX, algumas das principais cidades brasileiras começaram a ser atingidas por problemas urbanos semelhantes aos da Europa industrial. No entanto, as causas da degradação eram de outra ordem, relacionadas à crise no sistema escravista e às dificuldades dela decorrentes.

Após a Abolição, muitos ex-escravos migraram para as cidades, dando início a um processo de favelização. A falta de mão-de-obra no campo levou à implementação de uma política imigratória. Todavia, muitos dos imigrantes europeus trazidos para o Brasil acabaram por se fixar nas cidades, que não estavam preparadas para receber mais este fluxo populacional.

No período, houve também uma alteração dos valores em relação à cidade pois, até então, as famílias abastadas viviam no campo e era lá que concentrava-se o poder político. Um dos fatores que contribuiu para esta mudança foi a transferência desse poder (até então centrado nas mãos de uma elite agroexportadora, estabelecida no campo) para os grupos urbanos, como os militares, que assumiram o poder com o regime republicano. Outro foi a influência dos modelos europeus na representação do espaço urbano. “*As elites brasileiras procuravam as cidades, incrementando formas ‘civilizadas’ e europeizadas do viver urbano...*”¹ O desejo de assemelhar-se com as

¹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada : Santos 1870-1913. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação** : gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996. p. 313.

sociedades européias, também decorria das ligações comerciais que se estabeleceram entre o Brasil e a Europa, tomada como exemplo de progresso e prosperidade. Os governantes brasileiros tinham certa preocupação de criar uma agradável imagem do país, por meio de suas cidades, especialmente de sua capital. Temia-se que as freqüentes epidemias, que assolavam as principais áreas urbanas, prejudicassem as relações entre o Brasil e o mercado internacional, diminuindo a imigração e desestimulando a aplicação do capital estrangeiro no País.

Se estabelecermos uma comparação entre o desenvolvimento das cidades européias e brasileiras, do século XIX, guardadas as devidas diferenças, observaremos que, apesar de a origem dos problemas ter sido diversa, nossos centros urbanos encontravam-se igualmente despreparados para mudanças. A infra-estrutura das cidades, inadequada para conter um grande contingente populacional, geraria ambientes superpovoados e insalubres.

A expansão das cidades no mundo ocidental é o corolário da evolução da economia capitalista. Ainda que distintas, pode-se, em função desta origem comum, perceber, em todas elas, elementos característicos: a existência de uma mobilidade interna resultando num deslocamento incessante da população, a conseqüente necessidade de linhas de transporte coletivo, uma separação de funções que resulta num zoneamento social e de nacionalidades sem precedentes.²

² PIERRE, G. *La ville. Le fait urban a travers le monde*. Paris, 1915 Apud LANNA, 1996. p. 312.

2.1. AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BRASIL OITOCENTISTA

A situação das cidades brasileiras, no início do século XIX, era muito precária. Mesmo o Rio de Janeiro, então capital do Império, ressentia-se da falta de infraestrutura urbana, como calçamento, canalização de água, sistema de esgotos e iluminação. Com a independência política do País, em 1822, e a expansão da cafeicultura, a capital imperial tornou-se pólo de atração para milhares de pessoas que vinham à procura de emprego, dando início a uma explosão demográfica que revelaria todos os seus efeitos mais para o final do século.

Entre 1872 e 1890, a população urbana do Rio de Janeiro passou de 226.000 para 552.000 habitantes. Este crescimento significativo não só pôs às claras, como também acentuou ainda mais os problemas urbanos existentes. A valorização fundiária elevou o preço dos terrenos e dos aluguéis. Sem condições de obter melhor moradia, a classe pobre, composta em sua maioria por ex-excravos e libertos, condensou-se nas áreas centrais, instalando-se em cortiços ou nos morros da cidade. Além dos cortiços, as estalagens e casas de cômodo, que também serviam como moradia popular, eram igualmente insalubres.

Paralelamente ao Rio de Janeiro, outras cidades brasileiras, também se expandiam principalmente com a política imigratória desenvolvida, a partir de 1870, pelo governo, cujo intuito era substituir a mão-de-obra escrava. “*Neste sentido, a cidade se faz na transição da escravidão para o trabalho livre*”.³ A população na cidade de Santos, que teve seu número triplicado entre 1886 e 1890, era composta por imigrantes, nacionais e estrangeiros, em sua maioria portugueses e espanhóis. Estes vinham atendendo ao chamado de familiares, incentivados pela política imigratória

³ LANNA, op., cit., p. 313.

desenvolvida pelo Estado. Quase todos os trabalhadores compartilhavam as péssimas condições de moradia e salubridade do estuário, vivendo nos cortiços e nos morros. Entretanto, eles pouco se misturavam. Os cortiços respeitavam cor e nacionalidade; os grupos de convívio e solidariedade também. Os negros eram discriminados pelos imigrantes, que se relacionavam mais facilmente entre si.⁴

Apesar de haver distinção racial nas áreas habitacionais, promovida pelos próprios moradores dos cortiços santistas, ela inexistia nos locais de trabalho. Negros e brancos, brasileiros ou não, espalhavam-se pela cidade no dia-a-dia.

São Paulo, que em 1886 contava 47.000 habitantes, em 1900, possuía, 239.000. A exemplo do Rio e Santos, a cidade enfrentava problemas habitacionais, intensificados com a maciça entrada de estrangeiros atraídos pela propaganda do governo provincial, na segunda metade do século XIX. Muitos colonos abandonavam a intenção inicial de trabalhar em áreas agrícolas e iam para a capital, engrossando o número de trabalhadores urbanos.

Na capital paulista, uma forma alternativa de moradia foi a ocupação das margens das estradas. Nelas localizavam-se pequenos cortiços, cocheiras, hospedarias e casas de pau-a-pique onde viviam vendedores ambulantes, lavadeiras, condutores de veículos, que iam à capital vender seus produtos. A opção, algo imperiosa, da população mais pobre pelos cortiços em morros, mangues e margens de estradas demonstra que ela privilegiava a proximidade do local de trabalho em detrimento da qualidade da moradia.

A superlotação e imundície dos cortiços, sem ventilação nem luz, além da sujeira presente nas ruas da cidade, onde a própria população tinha o hábito de jogar lixo generalizaram o problema da insalubridade urbana. Os moradores dos cortiços,

⁴ Ibid., p. 320.

através dos jornais, manifestavam suas críticas ao estado dessas habitações. “*Os residentes queixavam-se da presença de animais que traziam doenças ou estragavam bens alheios, da falta do número adequado de instalações sanitárias, do mau cheiro, do barulho, das invasões da polícia e principalmente do preço dos aluguéis*”.⁵ Com o desenvolvimento das indústrias, no final do século XIX, e certas facilidades proporcionadas pelo governo, foram criadas vilas para os operários, as quais deveriam apresentar boas condições de higiene e ventilação.

A insalubridade agravou a proliferação de doenças, de forma mais intensa a partir de 1850. Há registros de febre amarela, varíola, peste bubônica e malária, que dizimaram boa parte da população carioca e santista. As explicações para a origem das mesmas eram bem variadas. Iam desde o clima muito quente, umidade do solo, existência de pântanos, o ar impuro favorecendo os miasmas, e assim por diante. “*As epidemias, o déficit habitacional dos serviços de abastecimento de água e esgoto, a precariedade dos transportes públicos, a dificuldade para a circulação no centro da cidade, a utilização das praias e ruas como depósito de lixo, compunham o quadro urbanístico do Rio de Janeiro*”.⁶

Santos, que já no início do século XIX possuía o mais importante porto da província de São Paulo, também padecia dos males que acompanhavam o seu desenvolvimento. A construção da ferrovia Santos - Jundiaí, que facilitou o acesso ao porto, contribuindo para a expansão da cafeicultura, gerou também congestionamento urbano e epidemias, que se beneficiavam da constante mobilidade populacional da

⁵ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer** : a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1995. p. 237.

⁶ PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso : algumas considerações a propósito da modernização do Distrito federal na virada do século. In: **Revista Brasileira de História – Cultura e cidades**. São Paulo : Marco Zero, v. 8, n. 8, 9, 1985. p. 152.

cidade santista. “*A cidade fedida e, nos meses de verão, mais insalubres, chegava a morrer metade de sua população*”.⁷

O crescimento das cidades e suas péssimas condições ambientais acabaram por provocar uma segmentação sócio-espacial, facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte. A classe alta carioca transferiu-se para os bairros da zona sul, enquanto a classe baixa deslocou-se para o subúrbio. Entre as zonas rurais do Rio, também houve uma diferenciação. As áreas mais próximas da cidade foram, pouco a pouco, transformadas em chácaras que, posteriormente, tornaram-se residências permanentes da elite.

De fato, a dificuldade de transporte favoreceu o adensamento populacional nas áreas centrais, originando os cortiços. As classes mais abastadas começaram a deslocar-se do centro para os subúrbios, favorecendo a expansão urbana, que se acentuou ainda mais com a criação da linha de bondes, depois da segunda metade do século XIX.

Transferindo-se para áreas menos insalubres, as classes média e alta moravam em casas espaçosas, com quintal e jardim, em sobrados com fachadas para a rua ou em palacetes, considerados a residência típica da elite. “*Grandiosos, geralmente com dois andares, eram afastados da rua por jardins ingleses ou franceses, decorados por estátuas e repuxos, com parque com árvores frutíferas nos fundos e cercados por uma imponente grade de ferro*”.⁸ Tais sobrados e palacetes eram decorados com objetos luxuosos, normalmente importados. Os porões podiam ser habitados, sendo utilizados como quartos para os empregados, que também alojavam-se em cômodos separados das casas, construídos nos fundos dos terrenos.

⁷ LANNA, op., cit., p. 316.

⁸ ARAÚJO, op., cit., p. 239.

É importante ressaltar que os bondes não só vieram a atender uma demanda já existente como, atendendo essa demanda, passaram a ter influência direta, não apenas sobre o padrão de ocupação de grande parte da cidade, como também sobre o padrão de acumulação do capital que aí circulava, tanto nacional como estrangeiro. O capital nacional, proveniente de grande parte dos lucros da aristocracia cafeeira, dos comerciantes e financistas, passou cada vez mais a ser aplicado em propriedades e imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bonde. O capital estrangeiro, por sua vez, teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões a respeito de quais áreas seriam servidas por bondes, além de ser responsável pela provisão de infra-estrutura urbana.

O centro do Rio de Janeiro era formado por ruas estreitas e mal-iluminadas, apresentando-se uma mescla de bondes de tração animal com vendedores ambulantes, que tomavam o espaço da rua. O sistema de abastecimento de água era altamente deficitário, obrigando os moradores a utilizarem-se dos chafarizes como solução alternativa. Nos arredores da cidade, predominava o uso de valas abertas, responsáveis pelo mau cheiro e insalubridade do lugar.⁹ Os poucos serviços realizados privilegiavam a classe alta carioca, e eram executados por empresas estrangeiras. A persistência dos problemas urbanos despertou no poder público uma ação mais consciente e prática em relação às principais cidades brasileiras.

⁹ Ibid., p. 288.

2.2. O PODER PÚBLICO E OS PROBLEMAS URBANOS

O primeiro impulso reformista que podemos observar no País iniciou em 1808, com a vinda da família real para o Brasil. Realizaram-se algumas melhorias no Rio de Janeiro, implementadas por Paulo Fernandes Viana, que foi encarregado da instalação da iluminação pública, pavimentação de ruas, construção de alguns edifícios suntuosos, procurando criar um aspecto mais agradável à Corte portuguesa.¹⁰ A partir da segunda década do Oitocento, carruagens, veículos movidos a tração animal e empresa de bondes foram, gradativamente, alterando a vida urbana carioca. Nessa época, também encontramos melhorias em Salvador, durante a administração do 8º Conde dos Arcos (1810-1818), quando este deu início à modernização da antiga capital colonial. Foram realizados melhoramentos no porto e no bairro comercial, construiu-se o Teatro São João e, em busca de embelezamento, criou-se o Passeio Público de Salvador.¹¹

Este processo de melhoramentos urbanos disseminou-se pelo país, atingindo diversas cidades. São Paulo, que por certo tempo teve sua posição de capital da província ameaçada pela cidade de Santos, conseguiu manter sua hegemonia política e comercial na região. Após a Independência, houve uma valorização dos serviços públicos, e foram definidas as atribuições que caberiam ao Governo da Província e às Câmaras Municipais, através do Regimento Interno destas últimas, pela Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, e por meio da Emenda Constitucional de 1834. Também foram criadas instâncias administrativas ligadas ao setor de obras públicas, como comissões, conselhos e inspetorias.

¹⁰ NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical** : sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo : Companhia das Letras, 1993. p. 44.

¹¹ FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna : 1850-1920. In: **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo : NERU (Núcleo de estudos regionais e urbanos), v. 11, n. 34, 1981. p. 94.

Caberia, portanto, ao Governo Provincial realizar obras relativas a edificações públicas, abastecimento, iluminação, rede viária, jardins e passeios públicos, entre outras obrigações. Quanto à Câmara, seria responsável pelo alinhamento, limpeza e iluminação de ruas; conservação de muros, edifícios, prisões, calçadas, aquedutos e chafarizes; arborização de vias públicas e demais obras de menor relevância, além de estabelecer normas de comportamento da população, através das Posturas Municipais. Como a municipalidade praticamente não tinha recursos financeiros para intervir no espaço urbano, durante o Império, a atuação do Governo Provincial era muito mais incisiva.

Simultaneamente à difusão de normas estatais voltadas às cidades, certos melhoramentos poderiam ser observados pelo país. Ocorreu um grande impulso na expansão territorial carioca, com o desenvolvimento dos transportes, iniciado com a inauguração da estrada de ferro D. Pedro II, em 1858, incrementando as áreas de ocupação do subúrbio. Na década seguinte, os bondes movidos a tração animal beneficiaram o desenvolvimento dos bairros das zonas norte e sul da cidade.

Em São Paulo, durante a gestão do Governador Provincial João Theodoro (1872–1875), foram executados diversos melhoramentos urbanos, como a realização de obras viárias, canalização de água potável, calçamento com paralelepípedos e a instalação de bondes. No entanto, a meta primordial do governo de João Theodoro era o embelezamento de São Paulo, razão pela qual foram arborizados vários largos e praças, ao estilo inglês, como as reformas de Haussmann. Também foram executados trabalhos de drenagem e saneamento, na capital paulista, a fim de conter as enchentes. Entretanto, as obras não atingiam todo o espaço urbano, fazendo com que certas áreas permanecessem sujas, servindo para o acúmulo de lixo e tornando-se um poderoso foco

infeccioso.

Em 1874, a administração imperial instituiu uma Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, que tinha como intuítos principais (que norteariam todo o processo de desenvolvimento posterior do Rio) a eliminação dos cortiços e a criação de uma imagem mais agradável da cidade. A acabrunhada fisionomia carioca deveria ser substituída por espaços amplos e belos. Fazia parte dessa comissão o engenheiro Francisco Pereira Passos, ao qual foi solicitado que *“esboçasse um anteprojeto e formasse uma equipe de colaboradores que comporiam uma comissão encarregada de traçar o primeiro plano abrangente para a reforma do Rio”*.¹² O projeto não chegou a ser implantado, sendo severamente criticado pelo imperador, que o acusou de tentar promover uma “haussmannização” na capital imperial. Tanto Pereira Passos, quanto Haussmann eram engenheiros. No entanto, enquanto o último realizou as obras com o objetivo de controlar a população e eternizar Napoleão III, Pereira Passos foi contratado para melhorar a imagem da cidade carioca e, assim, atrair imigrantes e investimentos.¹³ Todavia, as obras de reforma do Rio de Janeiro, que necessitavam de capital público e privado, foram rapidamente desarticuladas. Contudo, algumas mudanças foram feitas, principalmente em relação ao aformoseamento dos parques.

Visando melhorar a qualidade da habitação da classe trabalhadora, o Estado procurou, através de leis e decretos, incentivar a criação de vilas operárias. Foi o caso do decreto de 9 de dezembro de 1882, que estabelecia isenção de impostos alfandegários e concedia certos benefícios às indústrias que se dispusessem a construir casas para seus empregados. Nessa mesma década, ampliou-se a isenção de impostos

¹² NEEDELL, op., cit., p. 53.

¹³ DUDEQUE, Irã. **Cidades sem véus : doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba : Champagnat, 1995. p. 144.

sobre a importação de materiais de construção e de concessão de terras e edifícios. Assim sendo, diversas indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo organizaram suas vilas operárias, muitas contendo farmácia, escolas, creches. As vilas continham ainda jardins públicos para as horas de lazer, e as casas dispunham de luz elétrica e água encanada. Nesta fase, as fábricas afirmaram-se no panorama econômico nacional. Ao mesmo tempo em que se incentivava a construção de habitações mais salubres para a população, atacava-se rigidamente os cortiços. No ano de 1886, o Conselho Superior de Saúde Pública, lamentando a situação dos cortiços, sugeria ao Governo que seus moradores fossem retirados para fora da cidade, que tivessem acesso aos bondes e trens para vir à cidade e que os cortiços fossem substituídos por casas individuais, reforçando a necessidade das mencionadas construções populares. Naquele ano, quando João Alfredo Correia de Oliveira assumiu o Governo Provincial de São Paulo, tiveram prosseguimento os melhoramentos voltados para a questão da insalubridade. As obras limitavam-se a planos de interligação viária e obras de dessecação de várzeas, demonstrando a persistência da insalubridade no meio urbano.

As reformas também atingiram a cidade de Santos, ainda que de forma mais esparsa. As obras ocorriam, isoladamente, sem a existência de um plano urbanístico que interferisse globalmente na área santista. Em 1888, foram efetuadas modificações no porto, com a construção do primeiro trecho de cais. No ano seguinte, surgiu a primeira rede de esgotos, que receberia os detritos das casas e as águas da chuva de calçadas e telhados.

Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, os governos estadual e municipal ganharam novas atribuições. Com maior autonomia de ação, os municípios puderam organizar um setor de obras públicas, escapando da interferência

dos governos estaduais. No ano seguinte, foi criada em São Paulo a Intendência de Obras Municipais, que, quatro anos mais tarde, contava com uma Comissão de Melhoramentos. Seu objetivo era organizar um plano ou projeto geral da cidade, assumindo as tarefas de realização de obras, construções, retificações e embelezamento urbano. Cinco anos depois, o Código de Posturas da cidade e o Código Sanitário do Estado procuraram produzir mudanças no quadro urbano, regulando as construções, higienizando os cortiços.

Em 1893, a persistência do problema dos cortiços fez com que o então prefeito do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, se empenhasse na eliminação dessas habitações, acentuando ainda mais a separação espacial das classes sociais.

No início do século XX, os trabalhos de urbanização das cidades prosseguiram. Na capital paulista, o primeiro prefeito de São Paulo, Antônio Prado, que permaneceu à frente da Prefeitura até 1910, foi responsável pela implementação de obras que redefiniram a paisagem das praças e pela construção de importantes e requintadas edificações, como o Teatro Municipal. Para incrementar os serviços de iluminação e circulação, foram concedidos à companhia inglesa Ligth & Power os direitos de explorar os serviços de eletricidade e de bondes.

Não obstante as diversas tentativas da administração pública de melhorar as condições de vida no quadro urbano brasileiro, verifica-se a permanência de certos males. As habitações coletivas permaneceram, talvez como forma de resistência às tentativas coercitivas do poder público de determinar a vida das camadas pobres da população; ou simplesmente porque aos pobres faltavam os recursos necessários para encontrar um outro tipo de moradia. Residindo no centro, ao menos estavam próximos do local de trabalho.

2.3. A INFLUÊNCIA EUROPÉIA NAS REMODELAÇÕES URBANÍSTICAS

Rodrigues Alves, ao assumir a Presidência da República, em 1902, procurou pôr em prática suas promessas de campanha, fundamentadas no saneamento da capital. Para isso, nomeou como prefeito do Rio de Janeiro o engenheiro Francisco Pereira Passos (1903-1906), cuja responsabilidade era a de transformar urbanisticamente o então Distrito Federal, e chamou Oswaldo Cruz para realizar uma completa reforma sanitária, investindo sobre as habitações das classes baixas que deveriam ter banheiros e latrinas, e estariam sujeitas a vistorias por parte do público.

Oswaldo Cruz elaborou uma detalhada campanha sanitária, que atingia domicílios, logradouros e demais locais públicos, procurando evitar a propagação de doenças nesses espaços. Seus preceitos sanitários iam do estabelecimento de áreas próprias para a lavagem de roupas, divisão das casas, lugares para preparação de alimentos e criação de um reservatório de água protegido de insetos, até a vacinação obrigatória da população.

Ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, coube a tarefa de reformar o porto e abrir três avenidas na cidade. O então Ministro dos Transportes e Obras Públicas, Lauro Müller, entregou a direção das obras portuárias a dois colegas. Coube a Francisco Bicalho dirigir os trabalhos no porto, e a Paulo Frontin, a realização da Avenida Central, obra máxima do período. A Francisco Pereira Passos foi atribuída a tarefa de reformar todo o restante da cidade. Para tanto, buscou respaldo na legislação municipal. O propósito de Pereira Passos era impedir que *“dimensões da vida urbana - como o meio-ambiente, a segurança da população, o silêncio, a moral pública, a estética da cidade, a saúde pública - fossem afetadas negativamente pelo uso indevido*

que os moradores pudessem fazer de seus direitos individuais”.¹⁴

Dessa forma, diversas leis foram revistas e consolidadas. Vedava-se a entrada em locais públicos de pessoas descalças e mal trajadas, prescreveram-se cuidados com os jardins públicos, praças e arborização de logradouros. A apresentação da cidade também era normatizada pelas Posturas Municipais, que definiam desde a altura das casas, a pintura das mesmas e limpeza de imóveis.

A utilização do espaço foi regulamentada, aumentando o controle sobre o meio ambiente. Havia a preocupação em preservar as áreas verdes. A legislação também previa a arborização de jardins públicos e praças, a fim de tornar os logradouros espaços mais atraentes. Procurava-se ainda difundir o gosto pelos passeios ao ar livre, principalmente entre as classes populares.¹⁵

Pereira Passos também queria modificar certos costumes da população, ao proibir a criação de porcos dentro do limite urbano, a permanência de cães soltos pelas ruas e a falta de cuidado com a fachada das casas, medidas que já vinham sendo estipuladas desde o século XVIII, através das Posturas Municipais.

A Cidade Velha sofreu uma total reestruturação, a começar pelo sistema viário. As ruas foram alargadas e articuladas entre si, com a demolição de muitas casas, cortiços e prédios antigos. Outras foram abertas, ou receberam novo traçado. A parte norte do cais foi aterrada, e construiu-se uma grande avenida (atual Rodrigues Alves), que se comunicava com os bairros operários e industriais da Zona Norte, interligando-se com outras importantes vias, dentre as quais a Avenida Central.

Além disso, Pereira Passos executou inúmeras outras obras, de menor vulto mas

¹⁴ PECHMAN & FRITSCH, op., cit., p. 158.

¹⁵ Ibid., p. 187.

de igual importância.

Pavimentou ruas, construiu calçadas e asfaltou estradas, abriu o túnel do Leme [...], iniciou a avenida Atlântica, criou a avenida ligando os subúrbios do Flamengo e Botafogo, melhorou uma série de outras ruas, demoliu o decrépito mercado municipal que desfigurava o bairro da Glória, e ergueu outro perto das instalações portuárias e do movimento da Cidade Velha, embelezou locais como as praças Quinze de Novembro, Onze de Junho, Tiradentes, Glória, o Largo do Machado, o Passeio Público e o Campo de Santana.¹⁶

Pereira Passos pretendia criar um novo Rio de Janeiro, em moldes europeus. Desejando dotar a cidade de áreas belas e aprazíveis, os espaços livres tornaram-se peças-chave em seu projeto de reformas. Em vista disso, muitos destes locais receberam melhorias. No entanto, segundo alguns autores, a obra mais marcante daquele período foi a construção da Avenida Central. Apesar de ter sido concebida por Lauro Müller, foi planejada e realizada por Paulo Frontin. A avenida, iniciada em 29 de fevereiro de 1904, permitiu que o tráfego circulasse entre o porto e o centro da cidade, assim como facilitou o acesso à Zona Sul, através da avenida Beira-Mar. À intenção de Pereira Passos, em articular a avenida no sentido norte – sul, cortando a chamada Cidade Velha, prevaleceu a opinião de Frontin. Segundo ela, a ligação se faria no sentido leste – oeste da cidade, unindo as praças públicas em um mesmo eixo. As ruas já existentes seriam interceptadas por uma ampla avenida, rompendo seu traçado retilíneo apenas para desviar os possíveis obstáculos. Desse modo, a Cidade Velha seria ligada à Zona Sul, modificando o desenho urbano. Entretanto, para que este plano fosse colocado em prática, muitas edificações, sobretudo os cortiços, tiveram que ser demolidas, gerando

¹⁶ NEEDELL, op. cit., p.57.

grande polêmica.

Simbolizando a transformação da cidade, a Avenida Central foi inaugurada duas vezes. Primeiramente, em 7 de setembro de 1904, para comemorar o fim das demolições. E, em 15 de novembro do ano seguinte, quando tornou-se um monumento à República. Houve um interesse geral, tanto por parte da imprensa, como da população, que participou dos diversos eventos realizados durante as inaugurações.

Os prédios que compunham a paisagem em torno da Avenida ficaram prontos somente em 1910. Ladeada por belas e suntuosas construções, em um estilo arquitetônico semelhante ao de Paris, a paisagem ficou completa. Destacavam-se o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, dentre outras instituições. Estas edificações serviam para consolidar a idéia do bulevar, ou seja, a união de amplas avenidas arborizadas, com a beleza e requinte de magníficas construções. Apesar de representarem o progresso e a modernização do país, havia uma discrepância entre a rebuscada fachada das edificações e o restante da construção, simples e prática.

Se comparássemos as reformas de Paris com as do Rio de Janeiro, evidenciar-se-ia o espírito demolidor que norteou as obras, com a destruição de um sem número de casas, assim como a valorização da luminosidade e ventilação dos espaços. A influência de Haussmann esteve presente na utilização de avenidas para conduzir o tráfego da periferia para o centro, bem como na criação de rotas centrais e suburbanas, além de no uso do princípio das praças no cruzamento de importantes avenidas, como nas extremidades da atual Avenida Vieira Souto.¹⁷ Além disso, as obras empreendidas por Pereira Passos tinham a ver diretamente com sua formação francesa ou com seus

¹⁷ Ibid., p. 57.

projetos da década de 1870, quando fez parte da Comissão de Melhoramentos da cidade.

Certos autores empenhados em descrever o Rio de Janeiro, após a gestão Pereira Passos, ressaltaram a composição do novo quadro urbanístico, que o engenheiro havia criado.

O programa de obras intitulado “Embelezamento e Saneamento da Cidade” modificou drasticamente em quatro anos o espaço urbano insalubre de feição colonial. As ruas estreitas e sombrias deram lugar a uma metrópole de aparência moderna, com largas avenidas asfaltadas, bondes eletrificados, automóveis circulando, parques e jardins urbanizados e monumentos imponentes, além de resolver os problemas básicos de higiene e salubridade nas áreas centrais.¹⁸

A reforma urbanística implantada no Rio de Janeiro foi um exemplo de interferência estatal, segundo uma proposta ideológica que procurava afastar as classes baixas do núcleo urbano. Entretanto, a população de baixa renda, sem ter para onde ir, acabou se instalando nos diversos morros localizados na área central da capital carioca, gerando um novo problema habitacional e dando origem às favelas.¹⁹ Apesar de representarem o ideal de prosperidade ambicionado para aquele momento da história urbana carioca, as reformas implantadas por Pereira Passos causaram conflitos com empresários e proprietários de cortiços, além de prejuízo à população, que ficou sem moradia. Porém, tanto Pereira Passos, quanto Oswaldo Cruz salientavam a necessidade da construção de novas casas para esta população, responsabilidade que caberia ao governo e que não foi cumprida.

¹⁸ ARAÚJO, op., cit., p. 237.

¹⁹ ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Zahar, 1987. p. 63-66.

Outra significativa intervenção urbanística no Brasil, foi o plano de expansão de Santos, realizado pelo engenheiro Saturnino de Brito, entre 1905 e 1910. Tomando como premissas básicas determinadas exigências sanitárias, os canais de drenagem a céu aberto representaram os principais elementos de seu projeto urbanístico. Compostos de passeios laterais, pontes e passagens, eram ladeados por avenidas e calçadas arborizadas e significaram uma maneira avançada de intervir no espaço urbano.²⁰

Brito acreditava que nas cidades planas, como Santos, o traçado reto era o mais adequado, pois favorecia a instalação das obras municipais, como as de saneamento. Influenciado pelas idéias de Camillo Sitte, Brito defendia que a ação dos urbanistas sobre o crescimento da cidade dar-se-ia em três fases. Na primeira, que correspondia ao seu plano, o urbanista deveria preocupar-se em fazer com que a cidade fosse mais saudável e bela, e em desenvolver uma elaborada rede viária. Depois, deveria adaptar o desenho das ruas àquelas já existentes e em evitar longas ruas retas. A terceira corresponderia ao projeto de praças e jardins em cruzamentos ou extremidades das avenidas, especialmente o parque que seguia a orla marítima.

Através de seu plano, Saturnino de Brito introduziu, em Santos, diversas normas ditadas pelo urbanismo sanitário da época. A exigência de recuos dos prédios desejava obter mais iluminação e ventilação, além de promover um isolamento das edificações. Para maior salubridade destas, Brito concebeu os quarteirões atravessados por “*vielas sanitárias e ruas particulares, com ou sem parques interiores gramados e arborizados*”.²¹ Também foi o responsável pelo detalhamento dos elementos que

²⁰ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O plano de Saturnino para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. In: *Espaço & Debates* : Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo : NERU (Núcleo de estudos regionais e urbanos), v. 11, n. 34, 1981. p. 61.

²¹ *Ibid.*, p. 62.

compunham o meio urbano, como a largura das ruas, alinhamento e altura dos prédios, entre outras regulamentações incluídas nas leis urbanísticas. Preocupado em realizar obras permanentes, e que pudessem ser usufruídas pela posteridade, Brito criou jardins, largos e praças. Esses espaços deram lugar à difusão de novos hábitos entre a população santista. Além do *footing*, apareceram outras opções recreativas, como as visitas ao litoral, onde o clima mais ameno era propício para os convalescentes e os banhos de mar eram uma excelente diversão.²²

Por fim, em 1911, destacaram-se as intervenções projetadas para o espaço urbano paulista. Havia uma disputa entre a Prefeitura e o Governo a respeito de um projeto de melhorias no centro da cidade, da qual saiu-se vitoriosa a proposta da Diretoria de Obras Municipais. Esta proposta, redigida pelo engenheiro Victor da Silva Freire, buscou argumentos nos “modelos de estruturação das cidades européias”, para explicar o crescimento exagerado da capital paulista, seus problemas de circulação e integração viária. Com isso, Freire elaborou o primeiro plano de conjunto para a cidade, inserindo os fundamentos do urbanismo no Setor de Obras Públicas paulista. O plano apresentado por Freire continha uma visão globalizante da cidade, unindo os aspectos viário, estético e sanitário. Ao mesmo tempo em que criticava o urbanismo de Haussmann, defendia Camillo Sitte ao valorizar um urbanismo mais espontâneo, respeitando o relevo e os aspectos históricos da cidade.²³ Previa, também, o planejamento de novos bairros na periferia, com a implantação de parques e áreas verdes, ao estilo das *garden-cities*. A influência da Ringstrasse também estava presente. Freire propunha a construção de uma avenida circular, que contornaria o centro da

²² LANNA, op., cit., p. 317.

²³ SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. O setor de obras públicas do urbanismo na cidade de São Paulo. In: *Esnaco & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos*. n. 73-74.

cidade e que seria denominada de circuito exterior. No entanto, muito ligado às idéias urbanísticas européias, Freire não levou em conta a realidade de São Paulo e seus problemas sócio-econômicos. Contudo, seus preceitos repercutiram em urbanistas futuros, como Luís Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia.

As transformações operadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos mostram a adoção das propostas de Haussmann, Camillo Sitte e outros urbanistas europeus, pelos engenheiros brasileiros. A influência por eles exercida foi determinante para a nova configuração das principais cidades brasileiras de nosso século. Contudo, apesar das inovações implantadas, em todos os casos prevaleceu o poder das elites. Estes projetos procuravam banir de certas áreas da cidade, os de menor poder aquisitivo acentuando uma segregação sócio-espacial que, desde muito, manifestava-se nesses espaços.

2.4. OS JARDINS BOTÂNICOS NO BRASIL

Durante o século XVIII, a concorrência de outros países europeus, como Holanda e Inglaterra, levou Portugal a implantar uma política exploratória da vegetação colonial, baseada na instalação de hortos botânicos.²⁴ Pretendia-se aclimatar aqui plantas exóticas provenientes da África ou da Ásia, bem como desenvolver a produção de um conhecimento científico sobre a flora brasileira. Com isso, Portugal esperava competir com as especiarias cultivadas no Oriente, além de encontrar novas espécies economicamente interessantes.

²⁴ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público : jardins do Brasil. 1779 – 1911.** São Paulo, 1994. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. p. 98-99.

Uma Carta Régia de 4 de novembro de 1796, dirigida ao governador do Pará, deu início, oficialmente, ao processo de implantação de diversos jardins botânicos no Brasil, a começar por Belém. A escolha justificou-se pela posição estratégica que a capitania ocupava, tendo em vista estar próxima à floresta amazônica, de onde provinham as “drogas do sertão”. Além disso, diversas espécies vegetais exóticas já vinham sendo aclimatadas na Amazônia.

O sucesso do jardim belenense, instalado em 1798, motivou a metrópole a remeter à Colônia o Aviso Régio de 19 de novembro daquele ano, determinando que se promovessem iniciativas semelhantes nas Capitânicas de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.²⁵ Entretanto, muitas destas tentativas acabaram por não se concretizar. As dificuldades eram inúmeras, desde terrenos impróprios e ausência de pessoal qualificado para o trabalho, até o próprio desinteresse das diferentes administrações que se seguiram à implantação dos hortos. Devido a isso, as leis expedidas no final do século XVIII não foram imediatamente postas em prática. O horto de Salvador nem sequer chegou a ser implantado. Porém, os jardins botânicos que foram instalados em geral obedeciam a um padrão de ordenamento. Ficavam distantes do quadro urbano, pois requeriam grandes espaços, substituindo áreas pantanosas e insalubres, por um vegetação domesticada.

Após a chegada da família real ao Brasil, em 1808, teve prosseguimento a política de coleta de produtos coloniais exóticos. Ainda nesse período, por ordem de D. João VI, foi construído no Rio de Janeiro o Real Jardim Botânico.

A presença da Corte portuguesa, no entanto, não foi capaz de minimizar as dificuldades para a implantação e manutenção dos hortos. O de Pernambuco foi

²⁵ Ibid., p. 100.

efetivado somente em 1811, na cidade de Olinda. Os apontamentos deixados por Louis-François Tollenare, comerciante francês que residiu por certo tempo em Pernambuco, ilustram a visão que se tinha do logradouro, naquela época. Tollenare enaltecia o lugar enquanto “escola de aclimação das plantas exóticas”, destacando aquelas que achou mais interessantes, como “*a caneleira de Ceilão, o cravo e a noz moscada das Molucas, a pimenta de Malabar, a fruta-pão do Taiti, [...], a baunilha dos sertões e a salsaparrilha do Pará*”.²⁶ Sugeriu, ainda, que se cultivassem o chá e o anil, “que outrora deu aqui tão bons resultados”. Quanto ao terreno em que o Jardim Botânico fora instalado, era extremamente arenoso, com os fundos geralmente alagados.²⁷

A decadência desses espaços foi iminente, acelerada pela substituição de seus incentivadores na administração pública. Por volta de 1820, o jardim de Belém já mostrava sinais de abandono. Em 1825, foi inaugurado o jardim de Ouro Preto, mas as atividades ligadas à botânica somente desenvolveram-se dez anos mais tarde. Fernando Pereira de Vasconcelos, administrador do local, em relatório ao presidente da província, queixava-se dos problemas que enfrentava. O baixo salário e a falta de pessoal, obrigava-o a executar as mais diferentes tarefas. Ao final do século XIX, a sede do horto de Ouro Preto serviu como lazareto, para abrigar os doentes atingidos por doenças epidêmicas, caracterizando o desvio da função que deu origem ao logradouro.

O jardim botânico paulista, que ocupou o local onde inicialmente seria construído um quartel, também não foi bem sucedido. A área, obtida em 1799, já se encontrava ocupada no ano seguinte, uma vez que há relatos da realização de um

²⁶ TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais**. Recife : Governo do Estado de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura / Departameto de Cultura, 1978. p. 132.

²⁷ *Ibid.* p. 132.

mercado público em frente ao horto.²⁸ Em 1825, sem perder sua função de origem, o espaço foi aberto à população. Contudo, o descaso do poder público ficou evidente quando, cinco anos mais tarde, o Presidente da Província de São Paulo, Almeida Torres, qualificou o logradouro como “pasto para o gado”, por ter encontrado animais em seu interior. Para alguns, nem sequer merecia ser chamado de “jardim botânico”, pois a lide com plantas era ali quase inexistente, sendo que sua vegetação nada tinha de exótico. Por causa disso, em 1838, transformou-se em Jardim Público.

2.5. DE JARDIM BOTÂNICO A PASSEIO PÚBLICO

Enquanto a criação dos jardins botânicos tinha como objetivo desenvolver estudos sobre a vegetação brasileira, com intuito de comercialização, o surgimento dos passeios públicos esteve ligado à implantação das idéias salubristas, voltadas ao lazer da população urbana.

Antes mesmo da idealização do Jardim Botânico de Belém, em fins do século XVIII, o Brasil já possuía seu primeiro jardim público. O Passeio Público do Rio de Janeiro nasceu imbuído dos princípios europeus vigentes, visando sanear e embelezar um terreno pantanoso e insalubre, além de oferecer entretenimento à população.

Esse logradouro foi construído entre 1779 e 1783, por ordem do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Para a elaboração do seu projeto foi contratado o escultor e arquiteto Valentim da Fonseca e Silva. O local de sua implantação, denominado Lagoa do Boqueirão da Ajuda, na parte sul da cidade, precisou ser aterrado para a sua

²⁸ SEGAWA, op., cit., p. 115.

construção.²⁹

Uma das descrições mais detalhadas de que se dispõe, data de 1783, e é fornecida pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo. Segundo ele, o “*Passeio Público, no espaço que compreendia, representava um hexágono de lados irregulares. Tinha, porém, de frente, na rua do seu nome, cerca de oitenta e seis braças, e de fundo, do portão da entrada até o gradil do terraço, dando sobre o mar, setenta e quatro braças e sete palmos*”.³⁰ O Passeio era cercado por um muro alto, com exceção do lado para o mar. No muro, entre intervalos, ficavam dispostas janelas com grades de ferro. Seu interior era formado por diversas aléias, a começar por uma principal, que lhe dava acesso. Sobressaíam os mais diversos ornamentos, entre eles um coqueiro confeccionado em ferro. Para apreciar o espaço, foram instalados bancos e mesas de pedra.³¹ Um dos destaques do Passeio Público era o seu terraço, através do qual se podia vislumbrar a orla marítima. Para Segawa, o “*Passeio Público do Rio de Janeiro espelha o surgimento no século 18 de lugares especificamente desenhados, para a apreciação da paisagem marítima*”,³² muitos dos quais já existiam espalhados pela Europa.

Após a administração de seu fundador, o logradouro entrou em decadência. As autoridades que se seguiram não se mostraram preocupadas em conservá-lo, principalmente a partir de 1789, ano da Inconfidência Mineira, quando diversos movimentos agitaram a política do país. Em virtude disso, os espaços que favorecessem a concentração de pessoas e, portanto, a formação de uma possível revolta, não eram

²⁹ Ibid., p. 65.

³⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Zelio Valverde, [1942 ?]. p. 79.

³¹ Ibid., p. 80-81.

³² SEGAWA, op., cit., p. 82.

bem vistos pelos dirigentes da Colônia.

Em 1824, o religioso Frei Leandro foi nomeado para o cargo de inspetor do Passeio Público e do Real Jardim Botânico, criado anos antes. Sob sua direção, o Passeio recebeu obras de embelezamento e, como influência da repercussão da política de instalação dos hortos, ali eram ministradas aulas de Botânica, atraindo muitos frequentadores. Após a morte de Frei Leandro, o local recebeu algumas melhorias, como uma segunda reforma do terraço e a substituição dos pavilhões por dois torreões.

Mudanças mais significativas ocorreram em 1860. O governo assinou um contrato de remodelação do Passeio Público com o tabelião Francisco José Fialho, intermediário do paisagista Auguste François Marie Glaziou. O contrato estabelecia que a reforma deveria ser feita no prazo de um ano, além da obrigação de zelar pela sua conservação do local, por dez anos. O projeto de Glaziou inspirava-se nos jardins ingleses.³³ Glaziou inseriu no Brasil o chamado “jardim paisagista”, liberto das regras geométricas e da regularidade das alamedas retilíneas, impostas inicialmente por Valentim Fonseca e Silva. No projeto de reforma do Passeio do Rio de Janeiro, três pensamentos básicos predominaram:

[...] escolha de árvores e plantas formosas e raras, o cuidado de reunir no limitado recinto do jardim diversos encantos da natureza reproduzidos embora em ponto pequeno; e enfim, a observância esmerada das leis da perspectiva na disposição das árvores de modo que entre elas os olhos do observador vão espaiar-se ao longo e gozar ainda muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro.³⁴

³³ O jardim procurava dar a idéia de um espaço livre e agradável, livre das formas rígidas e perfeccionistas do geométrico jardim francês. Assim, destacavam-se curvas sinuosas, cascatas, lagos. Elementos mais propícios ao prazer.

³⁴ MACEDO, op. cit., p. 99.

Em 7 de setembro de 1862, o logradouro foi reaberto por D. Pedro II. A remodelação modificou o traçado original dos canteiros e permitiu a instalação de um botequim, um largo com mesas e cadeiras, cercado por um coreto para a exibição de bandas de música, e um chalé suíço, que servia de morada para o Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial, na época o próprio François Glaziou.

Além desse trabalho, Glaziou foi responsável pela transformação urbanística do Campo de Santana, também dentro do espaço urbano carioca. A remodelação foi realizada durante os anos de 1873 e 1880, tornando-o uma miniatura do Bois de Boulogne, implantado por Haussmann, em Paris. Repetindo-se o modelo inglês, o campo recebeu cascatas, grutas e caminhos ondulados.

Paralelamente às mudanças que se processaram no Passeio Público carioca, ocorreram reformas igualmente significativas em outros jardins brasileiros. O de São Paulo, também conhecido como Jardim da Luz, teve sua área reduzida, em 1860. Foram entregues 20 braças de suas terras à Companhia Inglesa, para que fosse construída a nova estação da estrada de ferro.³⁵ Com isso, a simetria do espaço foi prejudicada e houve uma diminuição do número de árvores que ali existiam. Nove anos depois, a administração pública reconstruiu as paredes do lago existente, cimentando toda a sua superfície. Também foram reformados pedestais e um tanque e ergueu-se o muro para impedir a entrada de animais e vândalos. O Presidente da Província, João Teodoro Xavier, procurando incentivar sua conservação e a frequência ao local, durante sua administração, na década de 1870, encomendou no Rio de Janeiro diversas mudas de

³⁵ BRUNO, Ermani Silva. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1953. v. 2. p. 535.

árvores e a instalação de quatro estátuas, representando as quatro estações do ano.³⁶ Até o final do século XIX, o Jardim foi alvo de cuidados por parte do poder público.

Salvador teve seu Passeio Público implantado durante a administração de D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, no período de 1810 e 1818. O local escolhido foi o mesmo que fora destinado, anos antes, para a construção de um Jardim Botânico, projeto que acabou por não se concretizar. Em homenagem à chegada da família real, Brito mandou erguer um obelisco, inaugurado em 1815.³⁷ Os relatos deixados pelos vários viajantes que passaram por Salvador elogiaram seu “bem traçado jardim público”. Eles chamavam a atenção para a sua iluminação, a beleza da vegetação, bem como para seu terraço de mármore. Entretanto, o abandono também atingiu o logradouro. Em 1914, o obelisco erigido pelo Conde dos Arcos foi retirado do local e instalado em uma praça e parte do seu terreno cedeu espaço para o Palácio do Governo.³⁸

A iniciativa de criação de hortos botânicos e passeios públicos, no Brasil, se em muitos casos foi um ato frustrado, como aconteceu com os hortos de Olinda e Ouro Preto, que desapareceram no tempo, em outros significou a difusão dos ideais europeus que propalavam a ação benéfica da vegetação. O surgimento destes espaços contribuiu para a expansão de áreas arborizadas no interior das cidades, antes inaceitáveis. Em meados do século XIX, a prática de criar praças e jardins urbanos tornou-se usual.

A partir de 1870, os paulistas viram aparecer jardins públicos em vários pontos da cidade. Inicialmente eram cercados por gradil, contendo quiosques, chalés e repuxos.

³⁶ BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo : Hucitec, 1984, v. 3. p. 995.

³⁷ SEGAWA, op., cit., p. 106.

³⁸ Ibid., p. 109.

Entretanto, o principal deles continuou a ser o Jardim da Luz, que, ao longo dos anos, recebeu novas plantas, estátuas e portões monumentais. No final do século XIX, talvez por influência norte-americana, os jardins abandonaram os gradis, e tornaram-se abertos, com canteiros trabalhados em novos estilos.³⁹

Os largos, precursores das praças, foram os espaços que tiveram alterações mais significativas dentro da cidade. Sua função inicial previa a contemplação das edificações importantes da cidade, mas eles foram arborizados, dando origem às praças, até então não previstas no tecido urbano.⁴⁰

Ao final do século XIX, ruas e parques arborizados eram reconhecidos como “pulmões urbanos”. A festa das árvores é um dos sintomas das mudanças culturais que ocorriam naquele momento.⁴¹ Difundiram-se livros incentivando a prática da horticultura e floricultura, contribuindo para a proliferação dos jardins públicos. Só no Rio de Janeiro, havia doze deles. Também as alamedas passaram a destacar-se no cenário urbano. Em Belém, o grande incentivador destes caminhos arborizados foi o superintendente e Senador do Pará, Antônio José de Lemos, que ficou por mais de dez anos na administração da cidade, a partir de 1898. Lemos executou inúmeros melhoramentos e expandiu a área urbana belenense, preocupando-se principalmente com a instalação de jardins urbanos.

Para Lemos, a necessidade de uma reestruturação urbana justificava-se, acima de tudo, pelo seu caráter preventivo. “*Prever é governar, como no-lo ensinam os mestres*

³⁹ BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo : Hucitec... p. 969.

⁴⁰ BASTOS, Sênia. **Na paulicéia por conta própria (1870-1886)**. São Paulo, [1996?]. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 39-40.

⁴¹ A festa do dia da árvore é uma tradição antiga. Nos tempos modernos deu-se à França o mérito de criação, no começo do século XIX. Nos Estados Unidos surgiu em 1872 e, no Brasil, foi comemorada, primeiramente, em 7 de junho de 1902, em Araras, São Paulo. Apud SEGAWA, 1994. p. 57.

*da política.*⁴² Com esse objetivo, foi organizado em Belém o Serviço de Bosques, Parques, Jardins e Hortos Municipais. Também foram reforçadas as arborizações em avenidas, praças, ruas e travessas. Por considerar as praças futuros parques, os canteiros foram concebidos de forma ampla para que, mais tarde, pudessem abrigar arbustos, ervas e outras plantas. Lemos orgulhava-se de seus jardins e praças serem abertos, sem grades, nem portas, e pelo respeito que os belenenses lhes tinham. Entretanto, ao que parece, a população não soube usufruir desses espaços, pois, apesar de todas as modificações introduzidas por Lemos, os jardins continuavam desertos.

2.6. O USO DOS JARDINS

Desde o final do século XVIII, quando começaram a ser implantados, até a metade do século XIX, os passeios públicos brasileiros foram marcados pelo abandono e pela ausência de freqüentadores. Os relatos dos viajantes estrangeiros evidenciam a falta de visitantes nesses locais, a não ser em breves momentos, quando ocorria algum evento de maior destaque. No início da década de 1840, apesar de terem sido construídos pavilhões nos jardins do Passeio Público do Rio de Janeiro e este ser dotado de iluminação a gás, não houve um aumento constante no número de visitantes. Aqueles que possuíam chácaras próximas aproveitavam as tardes de domingo para apreciar a música tocada pela banda militar no logradouro. No restante da semana, o espaço ficava deserto.

Na metade do século XIX, o naturalista Hermann Burmeister, em visita ao Rio de Janeiro, estranhou a falta de freqüentadores no Passeio Público. Ele esperava que “ao

⁴² MUNICIPIO (O) DE BELEM. 1903. Relatório apresentado ao Conselho municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos. Pará, Typographia de Alfredo Augusto Silva. 1904. p. 96-97. Apud SEGAWA. 1994. p. 161.

*escurecer, com a temperatura mais amena, pudesse encontrar, nos lugares de recreio e nas praças públicas, uma sociedade bem vestida a fazer seu passeio. Mas isso não acontece. O único lugar para divertimentos coletivos, o Passeio Público, encontra-se vazio todos os dias e todas as horas”.*⁴³

Essas impressões, registradas pelo viajante refletiam seu meio de origem, onde os jardins eram considerados lugares de contemplação e prazer e para onde afluía a elite da época. Todavia nas cidades de origem portuguesa a situação era completamente diversa.

Nas colônias [portuguesas], em especial no que se refere às mulheres das famílias enriquecidas, as suas pouco freqüentes aparições no espaço público eram marcadas por atitudes de não-movimento e não-exposição. Tratava-se de presenças ritualizadas em que as elites eram sempre carregadas por escravos, acompanhadas por um séquito de outros cativos que desempenhavam uma função principalmente suntuária. Eram hábitos próprios de sociedades movidas a trabalho escravo, na qual manifestações de vigor físico desqualificavam o autor perante seus pares.⁴⁴

Ou seja, não havia entre a elite da época, para quem os espaços ajardinados foram projetados, o hábito de andar a pé, exibindo sua condição social, através da indumentária e de gestos.

A alteração deste quadro só teve início na segunda metade do século XIX, quando em algumas cidades, as elites locais começaram a freqüentar os jardins públicos com mais assiduidade. Com a República, os governantes passaram a promover nesses

⁴³ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução por Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte / São Paulo : Itatiaia / Edusp, 1980. p. 63. Apud SEGAWA, 1994. p. 91.

⁴⁴ PEREIRA, Magnus. **A forma e o poder : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Paraná. p. 503-504.

logradouros uma série de eventos destinados a atrair não só a elite mas a população em geral.

Após uma grande remodelação do Passeio Público do Rio de Janeiro, durante a administração de Antônio da Silva Prado (1899-1910), o local voltou a ser freqüentado, com maior regularidade. Ele próprio, juntamente com sua família, ia aos domingos assistir aos concertos de música ali realizados. A difusão dos costumes de realizar passeios ao ar livre, para apreciar a paisagem e o embelezamento urbano, contribuiu para este novo tipo de comportamento. As reformas produzidas por Pereira Passos, no Rio de Janeiro e iniciadas em 1903, representaram momentos importantes para a consolidação do lazer urbano. *“Os piqueniques eram dos programas favoritos do Rio de Janeiro “civilizado”, onde podiam se reunir famílias, moças e rapazes da sociedade carioca. Eram promovidos pelos clubes ou feitos por iniciativa particular”*.⁴⁵ Era comum as associações beneficentes realizarem festas campestres para angariar fundos para alguma obra de caridade.

As apresentações de bandas e concertos davam um aspecto festivo ao ambiente, e geralmente eram realizadas em dias e horários predeterminados. *“Os bons músicos do Corpo Policial de Permanentes se podem ainda apreciar no Passeio Público, para onde corre muita gente nas quintas e domingos das 3 às 6 horas da tarde como antigamente”*.⁴⁶ O comentário de Henrique Raffard, ressaltando a presença de grande número de visitantes no Passeio Público nos finais de semana encontra eco no relato de Firmo Diniz: *“Nos domingos e quintas toca ali uma banda de música, é grande*

⁴⁵ ARAÚJO, op., cit., p. 330-331.

⁴⁶ RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na paulicéia*. São Paulo : Academia Paulista de Letras, 1977, v. 4. p. 21.

afluencia de povo, que se concentra, em sua maior parte, na aléia de árvores seculares perto da qual há dois coretos; o movimento de transeuntes aí não difere do que se dá nas ruas mais concorridas da cidade, em ocasiões de festa".⁴⁷ Alguns autores, analisando o Rio de Janeiro do início do século, nos apresentam alguns momentos em que o mesmo era o centro das atrações de lazer carioca. *"O Passeio Público era dos locais mais procurados, podendo-se fazer corridas de bicicletas, baile infantil onde as crianças poderiam brincar à vontade, sem receio de estragar ou abalar o espaço doméstico"*.⁴⁸

Ainda que isto não estivesse ocorrendo em todas as cidades brasileiras, e que apenas certos setores de elite estivessem presentes, finalmente os passeios públicos começaram a ser assumidos pela população brasileira.

⁴⁷ DINIZ, Firmo de Albuquerque. *Notas de viagem*. 2. ed. São Paulo : Governo do Estado, 1978. p. 75. Apud SEGAWA, 1994. p. 119.

⁴⁸ ARAÚJO, op., cit., p. 331.

PARTE II

O *VERDE* EM CURITIBA

A natureza desse lugar, foi vencida e humilhada pelo poder da atividade humana.

Dez. de Dezembro. Curitiba, 14 de ago. 1886.

A natureza, a paisagem, o jardim público, nada significam por si. São os humanos que vão qualificar essas imagens, objetos.

Hugo Segawa

CAPÍTULO III

CURITIBA E SEU DESENVOLVIMENTO URBANO

Para o historiador Romário Martins, Curitiba, até meados do século XIX, nada mais era do que “uma *insignificância, que de cidade só tinha o predicamento oficial*”.¹ Somente a partir de 1853, com a emancipação política do Paraná, a capital teve os primeiros indícios de mudanças, capazes de alterar seu modo e ritmo de desenvolvimento. A cidade passou a abrigar a corte provincial, que mostrava-se insatisfeita com a precariedade das condições urbanas. Paralelamente, a erva-mate consolidou-se como base da economia do Paraná, provocando sentimentos ufanistas, de avanço e progresso, nas camadas abastadas da população.

O desenvolvimento moroso da cidade, aliado à nova conjuntura, fez com que a administração pública tivesse a possibilidade de pôr em prática ações preventivas, envolvendo saneamento e calçamento. Desta forma, esperava-se evitar que, os mesmos problemas ocorridos nas grandes capitais brasileiras e européias (adensamento populacional, más condições de vida da população, insalubridade) se repetissem em Curitiba. O recém-instalado governo da província trouxe para a cidade diversos médicos sanitaristas e engenheiros, que procuravam dar um caráter técnico às obras públicas.²

Detentores do saber científico, os técnicos especializados interferiam nas leis e regulamentações estabelecidas pelo poder público, apresentando sugestões de melhorias

¹ MARTINS, Romario. **Curityba de outr'ora e de hoje**: edição comemorativa do centenario da Independência do Brasil. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, [1922?]. p. 167.

² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso** (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889). Curitiba : ed. da UFPR, 1996. p.103.

a serem feitas no quadro urbano (pontes, valas, drenagem de rios), desenvolvendo planos de ordenamento. Uma das diretrizes básicas era desenvolver o saneamento em Curitiba, promovendo o embelezamento pela arborização de ruas e praças, de acordo com os modelos urbanísticos europeus. Dentro deste princípio, o Passeio Público constituiu-se no exemplo maior da concretização desse ideal, durante o século XIX. Se as tentativas de evitar os problemas urbanos foram infrutíferas, ao menos representaram uma forma conciliadora de intervenção na área urbana, unindo o poder público e a iniciativa privada.

3.1. A ACANHADA CURITIBA SE DESENVOLVE

As leituras dos relatos que nos foram deixados pelos diversos viajantes que estiveram em Curitiba, especialmente na primeira metade do século XIX, nos mostram uma cidade pacata e acanhada, com poucos indícios de prosperidade. Apenas na metade seguinte, a cidade passou a apresentar sinais de desenvolvimento. O recenseamento realizado pelo Chefe de Polícia, Antonio Manoel Fernandes, constatou que a cidade (e arredores) possuía 5.819 almas.³ Segundo Romário Martins, dentro do quadro urbano distribuíam-se 308 casas, (52 estavam em construção).⁴

³ MARTINS, Romario. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba : Coleção Farol do Saber, 1995. p. 229.

⁴ Ibid., p. 231.

Em 1858, a capital do Paraná foi visitada pelo viajante Robert Avé-Lallemant, que registrou suas impressões sobre a Curitiba, desse período.

Naturalmente nela nada se encontra de grande ou grandioso. Em tudo, nas ruas e casas e mesmo nos homens, se reconhece uma dupla natureza. Uma é da velha Curitiba, quando ainda não era a capital de uma Província, mas um modesto lugar central, a Quinta comarca de São Paulo. Aí se vêem ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelo, cantos sujos e praças desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente decadência e atraso. Na segunda natureza, ao contrário, expressa-se decisiva regeneração, embora não apareça nenhum grandioso estilo Renascença. Desde a chegada do Presidente e do pessoal administrativo, Curitiba tem o seu palácio. Naturalmente é um rés-do-chão e tem aparência desprezível, modesta, mas é bonito e asseado.⁵

Dez anos após a instalação da província, o centro urbano de Curitiba começou a definir-se. A Praça da Matriz tinha 43 casas, além de duas em construção. Entretanto, o único sobrado era a Casa de Câmara e Cadeia.⁶ As demais edificações estavam dispersas nas imediações, pelas ruas da Assembléia (atual Dr. Muricy), do Comércio (atual Marechal Deodoro), Alegre (atual Rua Candido Lopes), do Rosário e Direita (atual Rua Treze de Maio).

Nessa época, o desenvolvimento urbano de Curitiba cristalizou-se através da arquitetura, que começou a modificar-se graças à influência das técnicas de construção alemã. Em 1863, tiveram início os trabalhos para a edificação da Farmácia Stellfeld,

⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1980. p. 273.

⁶ MARTINS, Romário. Curitiba: capital do Estado do Paraná. **Ilustração Paranaense**. Curitiba, 29 mar. 1930, v. 4, n. 3, n. p.

na Praça Tiradentes. A obra, em cuja empreitada participaram somente profissionais alemães, teve em Christian Strobel seu grande idealizador, responsável pela parte de carpintaria. Utilizando técnicas européias, a construção tinha o sótão habitável, e um corredor lateral permitindo o livre acesso aos fundos do terreno. Mas foram o seu relógio de sol e os elementos decorativos feitos sob as janelas e, principalmente, a escada em caracol interna, obra de Strobel,⁷ que chamavam atenção. O prédio da farmácia demorou onze meses para ficar pronto. Após concluída, a construção “sobressaía-se entre o acanhado casario da praça que, na época, ainda era utilizada como pasto”.⁸

Os imigrantes alemães também estariam presentes, a partir de 1870, na grande leva de europeus que adentrou os limites de Curitiba, incentivados pelo governo provincial. Diferentemente do território paulista, onde os imigrantes eram vistos como substitutos do trabalho escravo, no Paraná, vieram para povoar áreas pouco ocupadas e desenvolver a agricultura de subsistência. Deste modo, chegaram ao Paraná alemães, italianos e poloneses, e, em menor número, franceses, suíços, austríacos, ucranianos e ingleses, dando origem a um cinturão colonial em torno da cidade. Apesar da expectativa de que esses imigrantes se fixassem no meio rural, muitos deles vieram para Curitiba.

⁷ SUTIL, Marcelo Saldanha. **O espelho e a miragem: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século.** Curitiba, Dissertação (Mestrado), UFPR, 1996. p. 26-27.

⁸ Ibid., p. 25.

Ocorreu que, em sua ânsia povoadora, as autoridades provinciais instalaram muitos imigrantes em locais inacessíveis e carentes dos requisitos básicos para a fixação dessas pessoas. As colônias que não contavam com um mercado urbano próximo, que absorvesse a sua produção agrícola, acabaram por dissolver-se. Em outros casos, a qualidade da terra deixava a desejar ou não era própria para as culturas a que eles estavam acostumados. Entre os imigrantes com pretensões camponesas, vieram uns tantos que eram artesãos urbanos ou simplesmente proletários tentando voltar à vida rural, mas que não se adaptaram à realidade das colônias. Por todos esses motivos, muitos imigrantes acabaram por se instalar na periferia das cidades, onde reencontraram-se com seu destino histórico europeu.⁹

Com isso, vemos frustrados os planos iniciais do poder público, pois nem todos aqueles que vieram com a intenção de tornarem-se proprietários de terras no Sul do Brasil conseguiram ver seu sonho realizado, e tiveram que sujeitar-se aos serviços da cidade. Outros, contudo, por serem provenientes de regiões urbanas em seus países de origem, como os alemães, se transferiram prontamente para o núcleo de Curitiba, estabelecendo-se no comércio.¹⁰

Muitos desses imigrantes que se radicaram em Curitiba iriam instalar-se no ramo da construção civil. Uma parte serviu de mão-de-obra desqualificada, utilizada nas obras públicas conduzidas pelo governo da província, como a estrada da Graciosa. Outros, que tinham qualificação como mestres de obras, pedreiros e carpinteiros, transformaram-se em pequenos empreiteiros da construção civil. Além de difundirem novas técnicas construtivas e novos materiais, como o tijolo e a telha chata, eles

⁹ PEREIRA, op., cit., p. 132.

¹⁰ VÍTOR, Nestor. **A terra do futuro** (Impressões do Paraná). 2. ed. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. p. 70-71.

contribuíram para a europeização dos modelos arquitetônicos utilizados na cidade. Esses empreiteiros também assumiram certas obras públicas de maior vulto, as quais auxiliaram a mudar as feições urbanas de Curitiba, como a Santa Casa de Misericórdia e a Catedral.

Na mesma época, a elite ervateira começou a instalar seus palacetes nas imediações do Passeio Público. *“O desenvolvimento de tão aprazível cenário marcou, sobretudo, a passagem do atoleiro, que era o antigo Atalho da Glória – com as freqüentes cheias do rio Belém – para a elegante denominação francesa de Boulevard, na esteira das obras do passeio Público. Uma transformação motivada pela tendência da elite em abandonar o centro da cidade, deslocando-se para as regiões de velhas chácaras, que passaram a ter conotação residencial”*.¹¹ Assim como a região do Alto da Glória, o Batel transformou-se pela ocupação de residências da elite curitibana.

No centro da capital paranaense ocorreu uma onda de construção de sobrados, conduzida por proprietários de pequenas indústrias, profissionais liberais e comerciantes. Os modelos arquitetônicos empregados refletiam uma adesão dessas camadas urbanas ao ecletismo arquitetônico europeu. Ao lado dos sobrados, continuavam a ser construídas residências mais simples, com andar térreo, portas e janelas abrindo diretamente para a rua.

Um dos modismos arquitetônicos que se difundiram à época foram os chalés. Eles eram encontrados a *“dois passos do centro [...], de um vivo e alegre azul, ou de um verde-gaio”*.¹² Os chalés poderiam ser de madeira ou alvenaria e eram edificados por

¹¹ SUTIL, op., cit., p. 82.

¹² VÍTOR, op., cit., p. 75.

diferentes classes sociais, diferenciando-se através de detalhes em seu interior¹³. Contudo, intercalados com as novas edificações, estavam também os cortiços. Se havia progresso e prosperidade na capital paranaense, não era para todos. Aos pobres e desempregados eram reservadas as habitações coletivas insalubres. Em outros casos, através do ordenamento urbano, a população carente foi sendo expulsa do perímetro urbano.

A atuação dos poderes públicos ficava muito aquém das necessidades impostas pelo crescimento urbano. Boa parte da população vivia em áreas sem qualquer serviço básico de higiene e pavimentação. Nem mesmo regiões próximas à edificações importantes da capital escapavam desta situação. Tanto que, em 1892, Boaventura Clapp, possuidor de terrenos próximos às ruas da Liberdade (atual Barão do Rio Branco) e João Negrão, e desejando aformosá-los, requereu à Câmara Municipal “*o aterro e dessecamento dessa parte da rua, para que possa por ela transitar carroças, para condução de materiais, como também, a derrubada da mata que nela existe, na qual se poderiam ocultar não só feras, como criminosos, e isso, a menos de cem metros do Congresso, e próximo do Palácio do Governo?*”¹⁴

Contradições à parte, o otimismo era visível nos habitantes da virada do século. A intelectualidade da época, manifestava-se através de Sebastião Paraná.

¹³ SUTIL, op., cit., p. 95.

¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada em 15 fev. 1892.

Curitiba cresce incessantemente. A construção de prédios aumenta dia a dia, e se continuar assim, daqui a pouco tempo será um dos mais belos e atraentes centros de população do Sul do Brasil. É uma cidade moderna, de aspecto alegre e pitoresco. As suas principais ruas estão já calçadas a paralelepípedos, continuando o Governo Municipal a despender grande parte de suas rendas com este e outros melhoramentos importantes.¹⁵

Sebastião Paraná também ressaltava a importância da criação do Passeio Público e a implantação da linha de bondes que atendia os principais pontos da cidade. Contudo, chamava atenção para falta de água potável, de um sistema de esgoto e de iluminação mais eficiente. Entretanto, o ufanismo contagiou a população. Afinal, na virada do século, Curitiba era uma cidade dinâmica. Novas ruas eram abertas e construções eram erguidas, valorizando os terrenos. A Rua 15 de Novembro, que já se constituía na mais importante da cidade, foi nivelada. *“A cidade diversifica, ainda, espaços públicos com cafês e salas de espetáculo; parques e praças-suas novas opções em área de lazer. Nas ruas principais, agências bancárias e casas comerciais abrem suas portas; [...]”*¹⁶

No final de 1903, em virtude das comemorações do cinquentenário da emancipação política do Paraná, foi realizada, na Praça Eufrásio Correia, uma grande exposição de produtos paranaense agrícolas e manufaturados. Jornalistas de todo o País estiveram em Curitiba, para cobrir o evento.¹⁷ Dentre eles, o carioca Tobias Monteiro, que aproveitou para registrar suas impressões sobre a cidade. Segundo ele, muitas ruas eram calçadas, algumas com paralelepípedos e a *praça da catedral*, ajardinada. O centro

¹⁵ PARANÁ, Sebastião. **Chorografia do Parana**. Curitiba : Typ. da livraria Economica, 1899. p. 549.

¹⁶ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias : mulheres de Curitiba na Primeira República**. p. 19.

¹⁷ A REPUBLICA. Curitiba, 19 dez. de 1903. p.4.

e arredores eram iluminados a luz elétrica e atendidos por bondes. No entanto, o jornalista mostrava a precariedade dos serviços públicos. *“As ruas são largas, muito bem delineadas; mas as lâmpadas de iluminação são fracas e, colocadas de um só lado, deixam o outro na penumbra”*.¹⁸ Se tivesse observado melhor a cidade, o jornalista perceberia um ineficiente sistema de abastecimento de água e esgoto, inúmeras ruas centrais necessitando de calçamento e a proliferação de doenças, facilitada pela existência de pântanos espalhados por toda a região urbana e mesmo arredores. Estes problemas marcaram toda a história urbanística de Curitiba.

No entanto, muitos moradores, provavelmente pertencentes às camadas abastadas da população, desconheciam ou ignoravam estas dificuldades, procurando tornar pública sua admiração pelo progresso da cidade.

Nestes últimos tempos a nossa capital tem sido visitada por muitos viajantes ilustres, notadamente por pessoas que para aqui se encaminham trazidas pela curiosidade, aliás interessante, de ver o que seja uma cidade que se transforma. Curitiba, aos olhos desses turistas, tem se ostentado como uma cidade surgida a menos de duas dezenas de anos, tendo por fatores de progresso a introdução de elementos de ordem os mais vigorosos. [...] Em toda a extensão da cidade a mesma agitação febril existe ruindo casarias de mesquinho porte, e elevando as linhas novas de novos prédios de uma arquitetura leve e bela, que dá a Curitiba a risonha expressão que o visitante mal percebe de longe, [...] A velha cidade retundiu-se toda em novos moldes; e pelos contornos da esplanada deserta, se desdobram as alvas linhas de uma centena de ruas!...¹⁹

¹⁸ 1903 – Um relato sobre Curitiba. In: **Boletim do Arquivo do Paraná**. Curitiba, v. 11, n. 19, 1986. p. 33.

¹⁹ EBANO, Eleodoro. Curityba de hoje. **A Republica**. 14 mar. 1904. p. 1.

Curitiba, em 1906, tinha 77 ruas, 16 largos e praças, 6 travessas e 6 bulevares, denotando o crescimento da cidade.²⁰ Tanto que, nessa época, já se discutia a respeito da implantação de bondes movidos a eletricidade.²¹ Paralelamente aos problemas urbanos e às tentativas municipais de solucioná-los, a expansão da capital prosseguiria, atingindo seu auge na administração do Prefeito Cândido de Abreu (1913-1916). Por essa época, já era visível o adensamento populacional nos arredores da capital. Segundo Nestor Vitor, em breve as regiões da Água Verde, Portão, Cajuru, Batel, Ahu e Pilarzinho, estariam sendo confundidas com a cidade.²²

O poder público atuante sobre as questões urbanas de Curitiba, até meados do século XIX, era representado pela Câmara Municipal. Desprovida de recursos suficientes para fornecer serviços públicos à população, com exceção do abastecimento de água, a Câmara limitava-se a fiscalizar as obras que estavam sendo realizadas, cuja responsabilidade de execução cabia aos moradores da cidade. Além de supervisioná-las, o órgão público também prescrevia normas e regulamentos que voltados ao ordenamento do meio urbano, traduziam-se sob a forma de leis, regulamentos e posturas. As posturas municipais de 1829 pouco diferiam dos provimentos deixados pelo Ouvidor Pardinho, um século antes, pois, com pequenas modificações, os provimentos setecentistas mantiveram-se regulando o quadro urbano até, no mínimo, a Emancipação Política.²³

²⁰ ALMANACH do Paraná para 1906. Curitiba : Livraria Economica, [1905], nono anno. p. 158-160.

²¹ Os bondes elétricos foram instalados em Curitiba, em 1912, durante a gestão do prefeito João Antonio Xavier.

²² VÍTOR, op., cit., p. 143 -144.

²³ PEREIRA. op., cit., p. 98.

No pensamento da época, a concepção do espaço citadino baseava-se na distinção entre a cidade e o campo. Sendo assim, o meio urbano diferenciava-se do rural, através de ruas retas dispostas em “grade ortogonal”, quadras em “volumetria única” e as construções, segundo o padrão luso-brasileiro, uniformes e compactas.²⁴ Pensando em promover uma homogeneidade urbana, a Câmara Municipal pretendia acabar com as ruínas e áreas ociosas. Para isso, já existiam leis desde as posturas de 1829, que estipulavam prazos para aqueles que fossem edificar. As casas construídas nas principais ruas da cidade deveriam acompanhar a padronização dos edifícios que ali já estivessem, afastando as choupanas e pardieiros para fora do perímetro urbano. Com o passar do tempo, procurou-se padronizar também a altura, o alinhamento e as fachadas das construções. A fim de regular a expansão urbana, à medida que a cidade ia crescendo, a Câmara procurava demarcar as novas ruas, antes mesmo da instalação das casas.

Com a emancipação política do Paraná, em 1853, o governo provincial passou a colaborar com a Câmara, a fim de agilizar as reformas urbanas. Ademais, o desenvolvimento econômico, resultado da afirmação da classe ervateira no cenário da capital provincial, despertou um afã pelo progresso, além de dar um novo sentido ao meio citadino. Este transformou-se em espaço dos industriais, comerciantes do mate e funcionários públicos. O importante para essas novas camadas urbanas era que a cidade abrigasse os elementos condizentes com o espírito modernista que se inseriu naquele momento. Além dos serviços básicos, que eram insatisfatórios, ansiava-se por lugares

²⁴ Ibid., p. 98.

de entretenimento. Era o início da sociedade “*flâneur*” que necessitava de praças, largos e boulevares para realizar seu “*footing*”.²⁵

3.2. A ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS URBANOS

Uma das principais características das cidades de origem portuguesa era a total ausência de vegetação em seus espaços públicos. A cidade colonial que adentrou o século XIX, além de ser conformada pelo traçado quadricular, era caracterizada pela esterilidade. Isso porque ela se definia em oposição ao rural de forma tão cabal, que os vereadores rejeitavam qualquer presença vegetal na cidade. Lugar de árvore era no campo. Os senhores rurais que dominavam as câmaras trabalhavam com uma noção barroca de cidade, mas dela eliminaram a concepção de natureza desnaturada que lhe era própria. Nem a árvore barroca, podada em formas geométricas, era aceita, quanto mais a vegetação renaturalizante que seria adotada mais para o final do século. Mesmo as árvores privadas que extravasassem o âmbito do quintal de seus proprietários deveriam ser devidamente podadas, para não comprometer a esterilidade urbana.²⁶ Na cidade deveriam existir apenas atividades ligadas ao comércio e ao artesanato, sendo que os terrenos não deveriam ser muito grandes, para impedir a criação de animais como porcos e galinhas e a plantação de hortas. Aqueles que tivessem árvores em suas propriedades eram obrigados a podar os galhos, para que não interferissem na disposição urbana, que desprezava qualquer tipo de semelhança com o campo. Esta normatização impressa na legislação vigorou durante boa parte do século XIX.

²⁵ Ibid, p. 112.

²⁶ Ibid., p. 107.

Contudo, em 1875, a Câmara Municipal já destinava a quantia de dois contos de réis de sua verba orçamentária para a arborização de ruas e praças.²⁷

Apesar do desenvolvimento da capital paranaense, que se processou especialmente a partir das duas últimas décadas do século XIX, o meio citadino ainda ressentia-se de sérias deficiências em sua infra-estrutura. Uma das grandes dificuldades de Curitiba dizia respeito ao abastecimento de água. Ao longo da história de Curitiba encontramos jornais, ofícios à Câmara e atas repletos de reclamações a esse respeito. Em 1878, o Dr. Antônio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, ao analisar a salubridade da capital provincial, constatou a insuficiência de fontes de água potável. Segundo ele, havia apenas dois chafarizes para abastecer toda a população: o chafariz do Largo Zacarias, mais procurado, e o outro situado “*em uma praça [atual Praça 19 de Dezembro], que existe entre a rua do Riachuelo e a estrada da graciosa*”.²⁸ As ruas, sem calçamento e esburacadas faziam com que as águas estagnadas ameaçassem a saúde dos habitantes de Curitiba. Assim como a grande quantidade de pântanos.

Uma das principais tentativas de eliminação desses atoleiros foi a construção do Passeio Público de Curitiba, em 1886, durante a administração provincial de Alfredo D'Escragnolle Taunay (1885-1886).²⁹ O sucessor de Taunay na presidência provincial, do Paraná, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, chamava atenção para a importância do Passeio na reestruturação urbana da cidade.

²⁷ Ibid, p. 108.

²⁸ ALBUQUERQUE, A. C. P. C. Saude publica. **O DEZENOVE DE DEZEMBRO**. Curitiba, 19 dez. 1878. p. 2-3.

²⁹ Durante a fase provincial, o cargo de presidente era ocupado por políticos em trânsito para o parlamento nacional e para o ministério. Era raro o presidente demorar-se um ano diante da administração de uma província. (MARTINS, Romário. **História do Paraná**, 1995. p.419).

Tem-se compreendido por toda a parte que não há possibilidade de progresso e prosperidade pública, ali onde faltem as boas condições higiênicas, onde a saúde pública não esteja garantida. Uma das causas que mais têm contribuído para afastar do Império do Brasil as correntes de imigração estrangeira, corrente que espontaneamente se dirigem para outros países americanos, não tem sido senão o espanto e medo que lhes causa a febre amarela [...] No entanto, é justo observar que de anos a esta parte tem melhorado extraordinariamente o estado higiênico daquela grande Capital, graças ás medidas tomadas pelo governo e município. [...] Este exemplo nos demonstra, pois, que devemos ser previsores, e que, á medida que se desenvolve uma cidade, deve desenvolver-se o seu bom estado higiênico. Curitiba, felizmente, goza dum excelente clima que a preserva naturalmente de muitas moléstias de mau caráter. Porém, devemos ter presente, que, Curitiba é cidade que nasce agora, [...], á medida que cresce, devemos ir preservando-a dos males que descuidos higiênicos poderiam trazer[...]. Debaxo deste ponto de vista, nunca se levou á efeito em nossa Capital uma obra pública, que melhor correspondesse às necessidades higiênicas urgentemente reclamadas, do que a construção do nosso “Passeio Público”.³⁰

De fato, o Passeio Público, mais que uma obra estética, simbolizou o controle da natureza, pelo homem. Em Curitiba, medidas preventivas e saneadoras como esta buscavam pôr em prática ações preventivas para evitar os males que afligiam as grandes metrópoles. Mesmo assim, as freqüentes inundações dos rios que banhavam a cidade pioravam o quadro sanitário de Curitiba. Néstor Vítor, em suas memórias sobre a Curitiba do final do século XIX, destacou a enorme quantidade de sapos que invadiam as ruas e casas da cidade, fruto da existência de tais pântanos.³¹ A legendária quantidade de batráquios permaneceu na memória dos moradores. “Quando ameaçava chuva, a

³⁰ PALÁCIO DA PRESIDÊNCIA. Curitiba, 29 dez. 1887. p. 87-88.

³¹ VÍTOR, op., cit., p. 74.

cidade inteira coaxava! Infalível barômetro sonoro. Ao tombar a água, emergiam das tocas e punham-se a passear, rastejando ou aos pulinhos, pelas ruas, despreocupadamente”.³²

Contudo, a atuação da administração pública era limitada pela escassez de recursos, restando-lhe realizar obras de forma pontual, à medida que se fizessem necessárias. Tanto que, devido à seca que atingiu Curitiba em 1895, a prefeitura ordenou que poços fossem abertos nas diversas praças da cidade. Contudo, os aguadeiros ou pipeiros, assim chamados por transportarem água em pipas para depois vendê-las permaneciam horas a enchê-las nos chafarizes, prejudicando a livre distribuição de água aos habitantes, que acabavam tendo que comprá-la, pagando preços exorbitantes. Além disso, muitos tinham que buscar água em poços distantes, porque os chafarizes encontravam-se exauridos quando ali chegavam.³³ Aos problemas com as condições higiênicas de Curitiba, somava-se a dificuldade em transitar por suas ruas. Luiz Mercer, antigo morador da Capital ao recordar sua infância, em 1880, tinha como uma de suas lembranças mais marcantes as ruas sem calçamento, cobertas de lama ou pó: *“Muita ginástica era preciso uma pessoa praticar, para não se chafurdar ou pranchear na lama”*.³⁴ De fato a falta de pavimentação, assim como o abastecimento, foi um problema constante durante todo o século XIX, marcando também as primeiras décadas de nosso século. Contudo, a ausência de calçamentos não abrangia toda a área

³² BANDEIRA, Euclides. **Cronicas Locaes**. Curitiba : Typ. Da Escola de A. Artifices, 1941. p. 30.

³³ A REPUBLICA. Curitiba, 5 set. 1895. p.1.

³⁴ MERCER, Luiz Leopoldo. Última aventura no garimpo. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense**- Estante Paranaista n. 14. Historiadores do Paraná. Curitiba : Banco do Estado do Paraná, 1981. p. 547.

urbana. “As câmaras costumavam construir “cruzetas”, quadrados pavimentados que cobriam apenas a interseção de duas ruas, onde a lama costumava acumular-se. Todavia, segundo os moradores, isso era totalmente ineficiente, quando não contraproducente, pois as cruzetas apresavam as águas e transferiam o lamaçal para o meio das quadras”.³⁵

Em março de 1887, o fiscal Maurício de Almeida Torres Júnior tornou pública a regularização do serviço de limpeza das ruas, “por ordem dada pelo Sr. Presidente da Câmara, [foi] dividida a cidade em 3 seções, ficando também determinados os dias terças-feiras para a 3ª seção, quintas para a 1ª seção e sábado para a 2ª seção devendo estar limpa e varrida as frentes e calçadas das casas, muros e gradis de suas moradias, até as 10 horas da manhã”.³⁶ Os locais públicos, como o Passeio, também receberam trabalhos de limpeza.

O desrespeito às normas de higiene, aliado à precariedade das condições urbanas e a um significativo aumento populacional, resultou na manifestação de diversos surtos epidêmicos em Curitiba, a partir da segunda metade do século XIX, como a tuberculose, a disenteria, o tifo, a febre dengue e a varíola. Certas doenças foram trazidas pelos imigrantes, ou então adquiridas por eles aqui, uma vez que chegavam com o organismo debilitado, famintos, fracos e imundos. Outras, no entanto, eram disseminadas por nacionais. O impaludismo também proliferou em Curitiba, devido aos banhados existentes, afetando tanto os moradores dessas áreas, quanto aqueles que trabalhavam nesses locais: “... quando foi resolvido converter-se um vasto pântano silencioso ...ao

³⁵ PEREIRA, op., cit., p. 113-114.

³⁶ O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 2 mar. 1887. p. 3.

nordeste da cidade, em passeio público, abrindo-se canais, dando franco escoamento às águas do riacho Belém; quando foi decidido fazer-se certos aterros e que centenas de trabalhadores começaram a revolver a vasa, a remexer a terra, o elemento paludoso atacou...³⁷

A resistência da população às medidas profiláticas dificultava a ação médica, cujo objetivo era tomar medidas profiláticas a fim de evitar os surtos epidêmicos. Daí a necessidade da vacina obrigatória contra a varíola. No entanto, assim como em outras cidades, a vacinação encontrou resistência por parte da população. Muitos preferiam isolar-se em suas casas, a submeter-se à obrigatoriedade da vacina, acabando por falecer. Nos jornais da época, é possível encontrar relatos de vítimas da doença que se negavam ao tratamento.³⁸ Em outubro de 1889, vários poloneses que residiam na Rua Aquidaban (atual Emiliano Pernetá) foram contaminados com o vírus da varíola, por soldados provenientes do Rio de Janeiro. Mesmo com o isolamento das primeiras vítimas, foram atacadas 2.011 pessoas, não vacinadas. A maior parte das vítimas fatais era composta por crianças, quase todas filhas de poloneses.³⁹ Entretanto, os surtos epidêmicos não poderiam ser restringidos somente ao descaso da população. Frequentemente, os pobres não tinham condições de cumprir exigências médicas, como promover o isolamento dos doentes.

Em 1894, a Prefeitura Municipal de Curitiba, preocupada com a péssima situação sanitária de certas áreas da cidade, deu a seus moradores um prazo, até janeiro

³⁷ MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente** (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz, 1989. p. 222.

³⁸ O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 13 out. 1888. p.1.

³⁹ MARTINS, Wilson. op., cit., p. 220.

do ano seguinte, para construir fossas impermeáveis que servissem de depósito de águas servidas e materiais fecais. A região a ser saneada envolvia desde o Largo 15 de Novembro, antigo nome da Praça Eufrásio Correia, contornando a Rua João Negrão, Iguçu, Largos General Osório e 19 de Dezembro, até o Largo Thereza Christina.⁴⁰

Como medida preventiva, nas Inspetorias de Higiene eram distribuídos enxofre e alcatrão, assim como procedia-se às desinfecções nas habitações. Contudo, certos setores públicos colaboravam para a persistência do quadro insalubre. O higienista Trajano Reis não economizou críticas a outros serviços públicos, como o depósito do lixo perto da área urbana e a ausência de uma hospedaria para os imigrantes recém-chegados e que fosse situada fora da cidade.⁴¹ Este mesmo médico também alertava para a falta de higiene dos moradores, que chegavam a esconder seus animais (eram raros aqueles que não criassem porcos em seus quintais), durante a visita do fiscal de higiene. Outros, permitiam que seus prédios fossem ocupados por inquilinos sem inspeção sanitária prévia, prevista em lei. Além das casas, também eram fiscalizados estabelecimentos comerciais como açougues e padarias, bem como o processo de fabricação de alimentos e seu transporte.

Em 1900, de acordo com Sebastião Paraná, Curitiba possuía 3.100 prédios e, em todo o município, existiam 35.000 habitantes. Para uma cidade antes tida como pacata, esse aumento populacional foi significativo e deixou às claras os problemas urbanos que havia muito afligiam os habitantes. Água, saneamento, pavimentação, eis as insuficiências permanentes de Curitiba, desde o século XIX. *“Faltam-nos tudo: não*

⁴⁰ A REPUBLICA. Curitiba, 22 nov. 1894. p. 2-3.

⁴¹ RELATORIO apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado do Paraná pelo Inspetor Geral de Hygiene Dr. Trajano Joaquim dos Reis em 1 de Setembro de 1896. p. 13-35.

*temos água potável; não existem esgotos para os detritos de nossa já não pequena população; muitas ruas de grande trânsito exigem calçamento; o nosso passeio público, único logradouro que possuímos, está quase que abandonado; as nossas praças e vias mostram-se sujas e descuidadas; a limpeza pública não satisfaz[...]*⁴²

Devido ao crescimento espacial de Curitiba, em 1903 foi previsto o alargamento do quadro urbano. De acordo com o levantamento das Comissões do Quadro Urbano e Rocio, Legislação e Justiça, delimitou-se que a área urbana partiria do encontro das ruas Cruzeiro (atual Manoel Ribas) e Padre Agostinho e seguiria até a Desembargador Motta na junção com a Rua Xavier de Miranda (atual Carlos de Carvalho), indo em direção ao Batel para depois dirigir-se à região do Água Verde. Em seguida, estender-se-ia até a Marechal Floriano e Rua Chile. Contornando o quadro urbano, teríamos a Rua General Carneiro; boulevares Capanema e Floriano Peixoto e a Estrada da Graciosa.⁴³

Cada vez mais, as leis investiam sobre o meio urbano, obrigando os proprietários a levantarem muros na frente dos terrenos não edificadas. *“Causam efetivamente má impressão o aspecto verdadeiramente desolador que apresentam essas pequenas áreas de terra cercadas, assim, de sarrafos carunchosos e vetustos que feiamente contrastam com o bizarro feitio das habitações que amplamente se derramam pela nossa cosmopolita e fidalga Curitiba”*.⁴⁴

A imagem cosmopolita e requintada, que se queria afirmar, fez com que, em 1907, surgisse a proposta do estabelecimento da “Sociedade de Embelezamento de

⁴² DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 15 jun. 1900.

⁴³ ACTA da Sessão em 3 de Outubro de 1903. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba** - Sessões de 22 Setembro de 1903 a 11 de Julho de 1904. p. 9-10.

⁴⁴ A REPUBLICA. Curitiba, 7 abr. 1906. p.1.

Curitiba”. Dirigida pela elite curitibana, a sociedade estaria aberta a todas as classes sociais, tendo como objetivos desenvolver no espírito público o gosto pela higiene e pela arquitetura. Esta instituição também visava organizar exposições botânicas e, juntamente com o poder público, ajardinar praças e arborizar ruas.⁴⁵ Contudo, apesar dos desejos da Sociedade de Embelezamento, cortiços eram levantados diariamente, sem nenhuma preocupação estética ou sanitária. Preocupado, o Diretor do Serviço Sanitário do Paraná, Guilherme de Loyola, ao tecer comentários sobre as moradias da capital, considerava as visitas domiciliares sumamente importantes, a fim de se manter vigilância sobre a limpeza das casas e dos terrenos. Difundiam-se em Curitiba certos princípios adotados pelos higienistas europeus. “*Cercear o ar confinado e os odores de mofo no interior das peças das casas torna-se [...] a grande empresa higienista*”.⁴⁶

Durante a administração do Prefeito Cândido de Abreu (1913-1916), os prédios eram inspecionados pelo Serviço de Higiene Pública. O grande número de doenças que atacavam o aparelho digestivo, gerando um alto índice de mortalidade infantil, foi atribuído à má qualidade do leite. A legislação sanitária do leite de 1910, regulamentada em 1913, procurou regularizar a sua produção. Nesse ano e no seguinte, as práticas disciplinares em relação a esse produto desenvolveram-se, buscando supervisionar todo o método de produção do leite (desde a higiene do animal e seu habitat até a ordenha e o transporte).⁴⁷ A Comissão de Melhoramentos, criada por Cândido, transformou o

⁴⁵ Ibid., 7 fev. 1907. p. 1.

⁴⁶ CORBIN, Alain. **Saberes e odores** : o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 212.

⁴⁷ GANZ, Ana Maria & GANZ, Angela Maria. A questão do leite em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920). In: **IV Colóquio da produção científica dos estudantes de História**. Curitiba : Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1988. p. 6.

panorama de Curitiba. Com o Horto Municipal foi possível acondicionar as mudas de árvores que iriam arborizar ruas e praças da cidade, que receberam também diversos objetos ornamentais, vindos do exterior. Prosseguiu a expansão dos serviços de limpeza urbana e a canalização dos rios em vários trechos: *“está pronto o projeto de cobertura do Rio Ivo e sua canalização nas suas travessias ou percursos nas vias públicas entre a Praça Zacarias e a Avenida Sete de Setembro, [...] e na alameda Dr. Murici, ruas José Loureiro, Pedro Ivo, Misericórdia e João Negrão e Avenida Visconde de Guarapuava”*.⁴⁸ Também adotou-se uma medida pioneira no combate à falta de água. Pretendia-se utilizar os hidrômetros para controlar os gastos com o precioso líquido. Na imprensa, um observador atento registrou: *“Admira que essa salutar providência ainda não tenha sido adotada por nós. Já está mais do que verificado que uma das causas da falta de água entre nós é o consumo exagerado devido ao pouco cuidado com as torneiras. Assim sendo o hidrômetro reduzirá logo esse gasto”*.⁴⁹

Ao verificarmos o crescimento urbano de Curitiba, facilmente identificamos seus problemas, comuns a qualquer cidade em expansão. No caso da capital paranaense, os efeitos não foram tão devastadores como nas cidades de grande porte, européias ou brasileiras. As tentativas de profilaxia do meio urbano não impediram que as doenças e as deficiências proliferassem, à medida que a cidade crescia espacial e numericamente. Assim, os mesmos problemas que atingiam Curitiba desde quando tinha suas feições coloniais, repetiram-se em maior grau nos anos posteriores. A diferença, no entanto,

⁴⁸ CHAGAS, Candido Gomes. Curitiba dos velhos tempos. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 8 jun. de 1969.

⁴⁹ A REPUBLICA. Curitiba, 20 fev. 1915. p.1.

ficou a cargo das formas de intervenção no espaço citadino, mais eficazes pelos usos de alternativas saneadoras e embelezadoras. Ainda que as deficiências persistissem, estavam, a partir do final do século XIX, camufladas pelo Passeio Público e pela construção da estrada de ferro. *“Por detrás das fachadas ecléticas que começavam a tomar conta das ruas centrais de Curitiba, como a XV de Novembro, proliferavam cômodos onde se empilhavam os caixeiros e as costureirinhas. Pelos boulevards da cidade perambulavam imigrantes andrajosos”*.⁵⁰

3.3. A INTERVENÇÃO DOS ENGENHEIROS

As transformações urbanas ocorridas em Curitiba após a instalação da Província do Paraná, em 1853, mais que uma alteração na aparência da cidade, representaram uma nova forma de gerenciá-la. Nesse momento, os profissionais especializados, como os engenheiros, ganharam espaço, cabendo a eles dar um caráter técnico à ação do estado. Até então, os serviços como demarcação de terras, licença para construir ou reformar eram executados pelo piloto ou arruador, pessoa próxima às autoridades públicas, que muitas vezes eram movidas por interesses pessoais.⁵¹ A cientificidade atribuída ao engenheiro dava-lhe um caráter de neutralidade diante das questões urbanas. Mais do que melhorias pontuais, a sociedade que se afirmava sobre a economia ervateira desejava grandes obras, que retirassem de Curitiba aquela feição de aldeia, para as quais a atuação de engenheiro era considerada indispensável.

⁵⁰ PEREIRA. op. cit., p. 116.

⁵¹ O cargo de piloto não era remunerado, contudo, tinha o direito de cobrar taxas dos proprietários que solicitavam seus serviços para demarcar terras, determinar o nível das soleiras, alinhamento das casas. (PEREIRA. op. cit., p.101).

Em 1857, o engenheiro francês Pierre Taulois, contratado como Inspetor Geral de Medição de Terras Públicas da Província, fez um levantamento das principais ruas da cidade, concluindo que só se cortavam em ângulo reto a da Assembléia (atual Dr. Murici) e a do Comércio (atual Marechal Deodoro). [ANEXO – Fig. 01]

Taulois sugeriu alguns melhoramentos para que as demais ruas pudessem ser retificadas, determinando a desapropriação gradual de certas casas. Para o engenheiro francês, a Rua do Rosário era a mais imperfeita do quadro urbano, considerando quase impossível prolongá-la além da igreja que levava o mesmo nome. Além de alterações na referida rua, Taulois propôs mudanças de alinhamento para diversas outras, entre elas a Rua 1º de Março (atual Monsenhor Celso), a da Graciosa que, à época não tinha casa alguma, bastando manter o seu alinhamento. Sobre a Rua 15 de Novembro, então chamada Rua das Flores, julgava difícil endireitá-la devido ao seu terreno *dobrado* e *ondulado*. Para o engenheiro, o ideal seria apenas prolongá-la. Como forma de embelezamento, sugeriu arborizar e fazer passeios laterais à larga avenida (futura Avenida Luís Xavier), existente entre a Rua 15 e o Largo General Osório.⁵² O trabalho efetuado por Taulois pôs em evidência alguns defeitos da urbanização de Curitiba. Entre eles a precariedade dos espaços livres. Além do Largo da Matriz, existiam apenas o Largo da Fonte (atual Praça Zacarias) e o Largo Lobo do Moura (atual Praça Santos Andrade).

Com a atuação dos engenheiros, grandes obras puderam ser realizadas, na cidade, como a construção da estrada de ferro Curitiba - Paranaguá, concluída em 1885, na qual participaram profissionais da área. A intensificação imigratória, após 1870,

⁵² ALMANACH do Paraná ara 1904. Curitiba : Livr. Economica, Setimo anno. p.45-47.

resultou na vinda para Curitiba de diversos engenheiros e arquitetos. Trabalhando para o poder público ou para particulares, os que mais se destacaram foram os alemães e italianos.

A ferrovia trouxe para a capital hotéis, fábricas e casas de câmbio e movimentou o comércio e a economia, gerando um clima de prosperidade e progresso que impressionava os visitantes que aqui chegavam. Além disso, a construção da Estação da Estrada de Ferro, no início da Rua da Liberdade (atual Rua Barão do Rio Branco), transformou-a na mais importante via da cidade, passagem obrigatória para quem entrava ou saía de Curitiba.

A valorização da região, fez com que, nessa época, o engenheiro Guaita elaborasse um projeto de desenvolvimento urbano, a partir da Rua da Liberdade. O plano previa a expansão da cidade, por meio da abertura de ruas, naquela região, em direção à atual Praça Rui Barbosa. Segundo o projeto, devia-se prolongar a rua conhecida por Viaduto ou Schmidlin,⁵³ e também abrir outra entre o Largo da Estação e a Rua da Misericórdia (atual André de Barros). Para isso, seria necessária a desapropriação de algumas casas. O plano ia mais além, contudo não chegou a ser implantado.⁵⁴

As obras da estrada de ferro também serviram para urbanizar a atual Praça Eufrásio Correia, à época, um vasto matagal. Nestor Vitor, ao comentar a Curitiba desse período, relembra.

⁵³ Um dos possíveis lugares para a construção da estação da estrada de ferro era o “campo do Schmidlin”, local onde hoje está a rodoferroviária.

⁵⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada em 26 fev. 1885.

Quando fui para Curitiba, em 1885, nossa capital já tinha proporções avantajadas e entre os exemplares da sua construção, aí já quase que completamente à feição germânica, encontravam-se prédios importantes... naquele tempo em que lá cheguei, ela começava já a estender seus limites para além dos primitivos marcos, que foram os riachos Ivo e Belém. A cidade já estava desenvolvendo para o ocidente até o rio Bacacheri e para o oriente até o rio Barigüi... Quase toda parte nova, porém, da metrópole atual, o Passeio Público, o largo do Ventura, as ruas da Liberdade e João Negrão, a praça Osório... constituíam um grande tremedal, que poucos se arriscavam a atravessar então.⁵⁵

Os engenheiros construtores também construíram várias residências e instituições. Christian Strobel erigiu a primeira igreja evangélica luterana de Curitiba, entre 1872 e 1874, ano em que Gottlieb Wieland projetou o Mercado Novo. Nesse período, aliados a Francisco Warnecke, foram responsáveis pela obra da Santa Casa, situada no Largo da Misericórdia, (atual Praça Rui Barbosa).⁵⁶ Wieland também trouxe para Curitiba o mestre-de-obras Henrique Henning, que ficaria conhecido pelas obras do Teatro São Teodoro, construído na Rua Dr. Murici e especialmente pela construção da nova matriz, na Praça D. Pedro II (atual Praça Tiradentes), concluída em 1893. Os alemães também modificaram a paisagem de Curitiba, instituindo seu estilo, considerado por alguns sóbrio mas moderno.

Dos italianos, destacamos Guaita, que trabalhou na construção da catedral, projetou as construções dos palácios do Governo e do Congresso e residências particulares. Ao lado dele, também sobressaiu-se Lazzarini, junto às obras da Catedral,

⁵⁵ VÍTOR. op. cit., p.73-74.

⁵⁶ SUTIL. op. cit., p. 29-30.

sendo também responsável pelo projeto final do Passeio Público. Estas obras, desenvolvidas até o final do século XIX, consolidaram a imagem dos imigrantes como técnicos-construtores.

Apesar dos indícios de modernização, Curitiba continuava a apresentar uma situação urbana precária, pecando nos mais variados setores dos serviços públicos, fosse abastecimento, pavimentação, transportes. A Câmara Municipal, visando agilizar melhorias, em abril de 1887 firmou contrato com a empresa Clapp & Companhia para o estabelecimento de linhas de bondes a tração animal. A inauguração desse serviço ocorreu em 8 de novembro daquele ano.⁵⁷ Inicialmente abertos, construídos em armação de madeira e com estribos nos dois lados para facilitar o acesso, os bondes dividiam-se em duas classes. No de 2ª classe, denominado de “misto”, podia-se “*viajar à vontade, ou seja, sem sapatos,*”⁵⁸ indicando uma elitização do transporte. Este melhoramento teve grande aceitação. Aos domingos chegavam a faltar bondes, tão grande era a concorrência dos passageiros.

Os serviços da Empresa Sanitária, inaugurada oficialmente em 30 de abril de 1887, mostravam-se ineficientes. Populares, através da imprensa, denunciavam a negligência da empresa na desobstrução das fossas, o que prejudicava os proprietários de prédios e a saúde dos moradores.⁵⁹ A Empresa Sanitária, por sua vez, criticava a população que, segundo ela, não cumpria o regulamento prescrito pela Câmara para a instalação de fossas. Ao que tudo indica, houve um atrito entre a administração pública

⁵⁷ O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 5 abr. 1887. p.3.

⁵⁸ ROTEIRO da cidade: do bonde de mula ao ônibus expresso. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, Assessoria de Imprensa. 1975. p. 8.

⁵⁹ O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 22 jun. de 1887. p.2.

e os responsáveis pela empresa, causando a paralisação dos serviços desta. Em meados do ano seguinte, Carlos Westermann foi substituído na direção da empresa, por Boaventura Clapp e um novo acordo foi firmado, no qual a Câmara comprometia-se a indenizar a empresa até que todas as latrinas estivessem construídas segundo um novo sistema, dentro do perímetro urbano.⁶⁰

Dois anos mais tarde (1889), a Comissão de Obras aprovou a proposta de Custódio Justino Chagas para o calçamento de Curitiba, a ser efetuada no prazo de quatro anos. O projeto previa a pavimentação da Rua da Imperatriz (um dos nomes recebidos pela atual Rua 15 de Novembro) entre os largos Zacarias e Lobo de Moura; a do Imperador (um dos nomes da Rua Marechal Deodoro); as quatro ruas que circundavam a Praça D. Pedro II; a Rua São Francisco, entre a Riachuelo e o Largo do Rosário; o trecho que Chagas chamou de “*a primeira face do largo Dezenove de Dezembro*”; a Praça do Mercado; a Rua da Graciosa; o Largo da Ordem, enfim, praticamente todas as principais ruas e travessas da cidade.⁶¹ Apesar da ampla proposta, observamos através da documentação da Câmara que, em 1890, foram abertas licitações para o término do calçamento da Praça Tiradentes, antiga D. Pedro II.

Nessa época, Curitiba já apresentava um traçado bem mais elaborado, diferente do levantado por Taulois, em 1857. Na nova configuração urbana, prevalecia o traçado geométrico, entremeado por diversos largos e praças que compunham a área urbana.

[ANEXO – Fig. 02]

⁶⁰ Ibid., 11 abr. 1888, p.1.

⁶¹ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. ATA da sessão realizada em 8 out. 1889.

Os editais de concorrência para o calçamento das ruas centrais da cidade, bem como para o abastecimento, apareciam freqüentemente publicados nos jornais. No entanto, tudo indica que, os serviços contratados eram ineficientes, pois mesmo ao adentrar o nosso século, as propostas continuavam. Em setembro de 1905, o engenheiro-chefe das obras municipais, Dr. Arthur Franco, anunciava que já tinha prontos os croquis para os melhoramentos a serem feitos na Praça Carlos Gomes. Entre eles, estava a canalização do rio Ivo, além de outros que visavam dar “*melhores condições de elegância e higiene*” à praça.⁶² Um ano depois, pelo contrato feito entre a Empresa de Águas e Esgotos e o Governo do Estado, estavam em execução as obras do reservatório do Alto São Francisco. Considerada de proporções colossais, o reservatório estava previsto para conter 9 milhões de litros de água.⁶³ A obra foi concluída em 1908. A fim de diminuir os problemas urbanos, de acordo com a lei 234 de 13 de Outubro de 1908, a prefeitura mandou publicar edital chamando concorrentes para o serviço de terraplenagem da Praça Santos Andrade. A proposta aceita foi a do Sr. André Petrelli, que iniciou seus trabalhos naquele mesmo ano. Em 1910, o contrato de calçamento e recalçamento de Curitiba, feito com a empresa à qual pertenciam os senhores Colle e Weiss, foi inaugurado oficialmente, estando presentes ao ato as principais autoridades políticas municipais e estaduais, além da imprensa.⁶⁴ Até maio do mesmo ano, havia sido calçado o trecho da Rua Barão do Serro Azul, entre as ruas Treze de Maio e São Francisco, também recalçadas, além da Liberdade e Sete de Setembro.

⁶² A REPUBLICA. Curitiba, 14 set. 1905. p. 2.

⁶³ Atualmente Curitiba possui 16 reservatórios, sendo que são consumidos 561.600.000 litros de água por dia para uma população de 1.700.000 habitantes. (Dados fornecidos pela SANEPAR).

⁶⁴ A REPUBLICA. Curitiba, 6 jun. 1910. p. 2.

O aumento do perímetro urbano e a necessidade de maior rapidez na locomoção fizeram com que, em 1911, fosse estudado e aprovado o transporte dos bondes movidos a tração elétrica. A companhia contratada foi a The South Brazilian Railways Company Limited. De acordo com o relatório do Diretor de Obras Públicas, Guilherme Baeta de Faria, os bondes partiriam da Praça Tiradentes para a estação da Estrada de Ferro, o Quartel da Polícia, Matadouro, Iguazu e Portão. Aqueles que se dirigissem para o Batel seriam tomados na Rua 15 de Novembro.⁶⁵ Outra melhoria realizada nesse período foi o início do calçamento da Praça Carlos Gomes e do trecho da Marechal Floriano, entre a Marechal Deodoro e a referida praça. A empresa do Sr. E. Fontaine, responsável pelo trabalho de colocação dos paralelepípedos, utilizaria equipamentos dos mais modernos, como um compressor a vapor de nove toneladas.⁶⁶

Dos técnicos que mais se sobressaíram na realização de obras públicas, destacamos o prefeito-engenheiro Cândido de Abreu. Com a Comissão de Melhoramentos instituída por ele, os técnicos construtores puderam exercer amplamente suas funções de detentores do saber científico, alterando expressivamente o quadro urbano de Curitiba. As obras visavam atingir o espaço citadino em toda sua amplitude, desde as mais simples macadamizações de ruas, até aquelas que procuravam expressar o ideal de civilidade proposto pelos europeus, como a construção do Paço Municipal, concluído em 1916, além da remodelação dos largos e praças da capital paranaense.

⁶⁵ RELATÓRIO do Diretor de Obras Públicas, Guilherme Baeta de Faria, em 14 jan. 1911. In: **Annaes da Camara Municipal de Curityba** – Sessões de 15 de Outubro de 1910 a 14 de julho de 1911. Curityba: Typ. D' A Republica, [1912 ?]. p.42.

⁶⁶ A REPUBLICA. Curitiba. 17 nov. 1911. p. 2.

CAPÍTULO IV

PASSEIO PÚBLICO: MONUMENTO À NATUREZA EM CURITIBA

Em 1857, o governo da Província do Paraná demonstrou-se interessado em criar um Jardim Botânico em Curitiba, à semelhança do que já ocorrera em outras províncias do Brasil. Uma lei, aprovada em 3 de março daquele ano, determinava a sua criação.

Art. 1º. Será criado na capital da Província um Jardim Botânico em que se cultivem todas as plantas usadas para ornato, e pela economia, artes e comércio. Art. 2º. Neste estabelecimento se tratará especialmente da plantação e cultivo do nopal e amoreira, e da criação da cochonila e bicho da seda, para cujo fim se farão as necessárias acomodações e aquisição de instrumentos e aparelhos. Art. 3º. A este Jardim se adicionará um gabinete para exposição de máquinas e instrumentos agrícolas.¹

A mesma lei regulava a disposição das plantas, o método a ser adotado nos processos industriais e as obrigações que caberiam aos empregados, revelando certa finalidade econômica na concepção do horto.² Este projeto, porém, jamais foi implementado. Somente no final do século XIX, com a valorização da natureza dentro do meio urbano, o assunto voltou à baila.

¹ PARANÁ. **Leis, Decretos e Regulamentos do Governo da Província do Paraná 1855-1857**. Curitiba : Typ. da Penitenciária. 1912. p. 15

² Ibid. p. 16.

Quando Alfredo D'Escragnolle Taunay assumiu a presidência da Província do Paraná, em 1885, a noção de que a vegetação era benéfica encontrava-se difundida nas principais capitais brasileiras. O salubrismo setecentista (ou oitocentista) pregava a necessidade de se promover uma toaleta topográfica, ou seja, higienizar os terrenos próximos às habitações, através da drenagem e pavimentação. Esta ação estaria intimamente ligada a uma toaleta social, que se baseava na limpeza das ruas e nas áreas de isolamento, como hospitais, asilos e prisões.³ Desejoso de implantar na capital paranaense os mesmos preceitos de salubridade e progresso, Taunay ressaltou a necessidade de construir um Passeio ou Jardim Público. O logradouro proposto para Curitiba estava impregnado dos ideais urbanísticos da época, cuja essência era promover o embelezamento da cidade, através do seu saneamento. Diferentemente do Jardim Botânico proposto em 1857, cujo objetivo era econômico, o Passeio Público surgiu como instrumento de glorificação do poder do homem sobre a natureza.

Após sua inauguração, as manifestações ufanistas serviram para sacralizar o logradouro como símbolo de prosperidade. A imprensa da época, assim aludia ao Passeio Público: *“uma obra que honra a cidade”*,⁴ a *“obra mais importante desta capital”*.⁵ Para Taunay, o Passeio havia substituído *“um foco de infecção, um centro de*

³ CORBIN, Alain. **Saberes e odores** : o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p.119.

⁴ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 14 ago. 1886. p. 1.

⁵ GAZETA PARANAENSE. Curitiba, 22 dez. 1886. p.3.

*miasmas pestilenciais por logradouro, o mais apropriado possível à saúde geral, pela condensação de vegetação, e escoamento rápido, bem dirigido e regular das águas”.*⁶

4. 1. A INAUGURAÇÃO

O local onde foi construído o Passeio Público, região norte da cidade, era um grande banhado formado pelo rio Belém. As freqüentes inundações do rio, criavam charcos imundos que atemorizavam a população em virtude do mau cheiro e das águas paradas. Ao seu redor, os barões do mate foram se estabelecendo, procurando escapar das leis municipais que regulavam os padrões arquitetônicos para as edificações, dentro da área legalmente entendida como meio urbano.⁷ Dessa forma, a obra mostrou-se interessante para a elite ervateira, pois valorizava os seus terrenos.

Para a direção dos trabalhos, como aterramento, nivelamento do terreno, que tiveram início em fevereiro de 1886, foi instalada uma comissão composta pelos ervateiros Francisco Fasce Fontana (nomeado diretor do Passeio logo após sua inauguração) e Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Em 22 de março do mesmo ano, com as obras já em andamento, a municipalidade desapropriou a chácara pertencente a Paulina Hauer, no local onde seria construído o logradouro. Devido à falta de recursos, a província colaboraria com metade do valor da indenização, estabelecida

⁶ EXPOSIÇÃO com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo D' Escagnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exm.º Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho – 1º Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886. p. 80-84.

⁷ Visto no capítulo III.

em Rs. 2:220\$000.⁸ Segundo o escritor Valério Hoerner Jr., a obra foi, praticamente executada pelos empresários Fontana e Barão do Serro Azul, pois a verba da Câmara Municipal, apesar de aprovada, custou a sair.⁹ Para efetuar o Passeio Público, trabalhavam em média 50 operários por dia, supervisionados pelo engenheiro da Câmara, João Lazzarini. Como Taunay estava prestes a entregar seu cargo, o logradouro foi inaugurado precocemente, após três meses do início das obras. Alguns jornais punham em dúvida a qualidade das obras realizadas até aquele momento, e indagavam sobre a durabilidade do que havia sido executado às pressas.¹⁰

Apesar das críticas, o Passeio Público foi oficialmente entregue à população, na tarde do dia 2 de maio de 1886. Na concorrida cerimônia de inauguração, discursaram Taunay e Augusto Stellfeld, este vice-presidente da Câmara Municipal, bem como outras pessoas influentes da sociedade. Para a festa inaugural, foi construído “*um elegante pavilhão artisticamente revestido de folhagem, e no mastro entrelaçadas as bandeiras brasileira, alemã, oriental e italiana. A banda de música do 3º regimento executou diversas músicas e foi posto à disposição do público, um bote e uma canoa para passeios pelos canais do rio Belém*”.¹¹ O acontecimento foi registrado pela imprensa curitibana sob diferentes formas. A Gazeta Paranaense, órgão do governo, enfatizou o espaço físico e os eventos realizados no Passeio Público.

⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada no dia 22 mar. 1886.

⁹ HOERNER Jr., Valério. Ruas e histórias de Curitiba – Empresários unem-se e surge o Passeio Público. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 25 fev. 1990.

¹⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba. 4 maio 1886. p. 1.

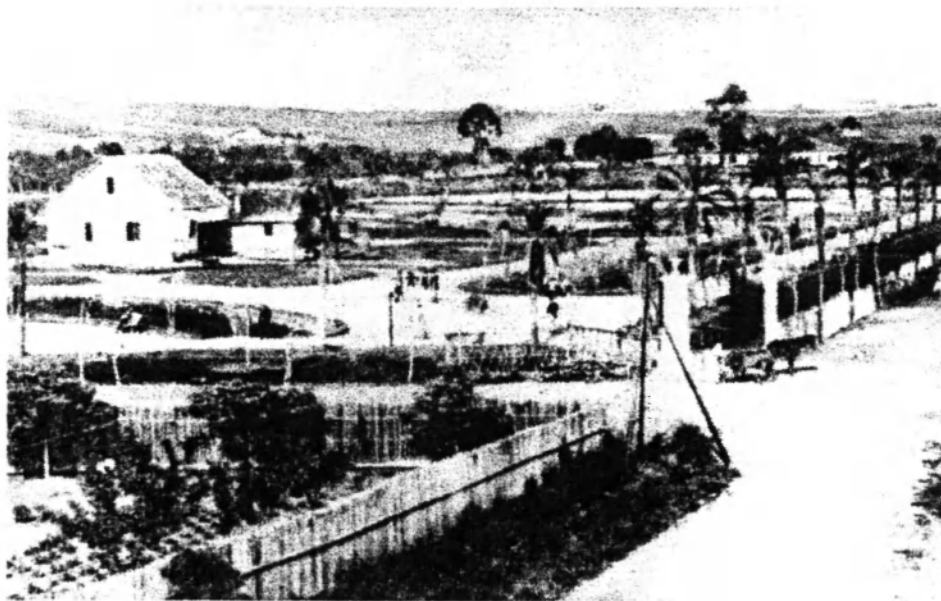
¹¹ *Ibid.*. 4 maio 1886. p. 1.

A área ocupada atualmente pelo Passeio Público é de m. q. 48:000... dos quais apenas uma oitava parte era de terreno firme, sendo todo o restante um banhado impraticável e insalubre. O serviço de dessecação deste banhado pode-se hoje considerar pronto, faltando apenas a consolidação de alguns taludes, o que vai se fazer pouco a pouco, com o custeio da conservação. As divisas deste terreno são a Ne. o Boulevard 2 de Julho, a Leste os terrenos de D. Laura, e o tanque Bittencourt; a Sul a rua do Serrito e a Oeste a Rua Fontana. [...] ¹²

O Dezenove de Dezembro, mesmo elogiando a iniciativa da construção do logradouro, mostrava-se apreensivo diante dos gastos realizados e que ainda seriam exigidos para sua conservação. Segundo o jornal, a obra não poderia ter sido priorizada num momento em que a Província passava por dificuldades e a capital reclamava a solução de problemas mais urgentes.¹³ Apesar das reclamações da imprensa, a instalação do Passeio Público estimulou outras melhorias urbanas na região. A Rua do Serrito (atual Carlos Cavalcanti) foi prolongada, em mais de quatrocentos metros. Abriu-se a Rua Fontana (atual Presidente Faria), bem como procedeu-se ao nivelamento do Boulevard 2 de Julho. A terra retirada do *boulevard* foi aproveitada para aterrar as ruas do Passeio. Ao deixar a presidência, Taunay delegou a Fontana o cargo de diretor do logradouro, cabendo o cargo, em sua ausência, ao Barão do Serro Azul ou a Lazzarini.

¹² GAZETA PARANAENSE. Curitiba, 2 maio 1886. p. 1.

¹³ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 4 maio 1886. p. 1.



Passeio Público em 1886. Destacam-se a casa pertencente a Paulina Hauer (depois tornou-se casa do administrador) e o grande portão da Rua Serrito.
 Coleção: Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

4.2. OBRAS E ORNAMENTOS

Passada a inauguração, as obras tiveram continuidade, com o apoio da população. Frequentemente, faziam-se doações para a ornamentação do local. Em junho de 1886, a comissão das obras de construção da Catedral ofereceu à direção do logradouro um pé de butiá.¹⁴ Provavelmente, esta oferta deveu-se ao fato de estarem sendo plantadas três alamedas de palmeiras butiás, consideradas de tamanho extraordinário. Além disso, no centro do jardim, foram colocadas quatro palmeiras com mais de dez metros cada, ladeando uma ponte construída sobre o rio Belém. Além destas, diversas árvores, de variadas espécies, estavam sendo plantadas no Passeio. Na desembocadura do rio, a leste, onde ficava o Tanque Bittencourt, estava em andamento

¹⁴ Ibid., 21 jun. 1886. p. 2.

a construção de uma ponte-cais, com cerca de 20 metros.¹⁵ Para o lado da Rua do Serrito, foi instalado um grande portão a fim de facilitar o acesso dos visitantes.

Todos esses melhoramentos possibilitaram que, em 8 de agosto de 1886, fosse feita mais uma inauguração parcial. Nesse evento, foram apresentadas as novas melhorias, tratando de pontes e avenidas e um largo do lado norte, denominado Largo Dr. Pedrosa. Novamente a população afluiu ao local, que a acolheu decorado com bandeiras e arcos. Além de Fontana e o Barão do Serro Azul, discursaram autoridades e diversas pessoas conhecidas da sociedade curitibana.¹⁶

A organização e a forma atraente do logradouro, com uma mescla de odores favorecia ao deleite e à contemplação do local. Um certo Sr. Wilson assim o descreveu em um de seus muitos passeios pelo logradouro.

Logo à entrada do Passeio atravessei uma ponte e dirigi-me ao lado esquerdo por uma bela avenida, paralela à rua Fontana, da qual está separada por um canal reto e por uma magnífica ala de arrogantes butiaeiros, cuja vista provoca-nos a reminiscência viva das incedíveis ruas de palmeiras reais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; mais adiante, em uma nova espiral do canal, tomei uma rua a minha direita, deixando à esquerda uma pitoresca ilha circular elevando-se sobre o centro de um lago artificial; transpus mais uma tosca e engenhosa ponte e abordei a uma ponte-mirante, cujos degraus com facilidade galguei e sentei-me em um dos bancos que estão colocados em suas partes laterais. [...] ¹⁷

¹⁵ Ibid., 24 jul. 1886. p. 2.

¹⁶ Ibid., 9 ago. 1886. p. 1.

¹⁷ Ibid., 28 ago. 1886. p. 2.

Em 1886, foi instalado um carrossel que, mediante um regulamento minucioso e o pagamento de uma taxa, deveria fornecer divertimento à população. Uma das grandes novidades introduzidas no Passeio Público foi a iluminação a luz elétrica, em 19 de dezembro de 1886. Segundo a Gazeta Paranaense, caso a experiência desse certo, toda a cidade seria iluminada *com essa luz*.¹⁸ Mesmo assim, a iluminação era insuficiente, já que em janeiro do ano seguinte o Sr. Bento Munhós da Rocha ofereceu quatro lampiões para serem instalados no logradouro.¹⁹

Em 15 de janeiro de 1887, em relatório ao Presidente da Província, Fontana prestou contas do que havia sido feito desde meados do ano anterior até o final de 1886. Destacou a supressão de alguns canais da parte leste do Passeio Público, dando uma forma mais regular e definida àqueles existentes. O relatório se referia, ainda, ao término da construção de aterros, à colocação de 42 bancos e de 3 caramanchões, ambos de madeira rústica. Foram plantadas grandes palmeiras circundando o Passeio e diversas outras espécies de árvores, em seu interior. Contudo, na primeira quinzena de 1887, as obras estavam paralisadas e a maior parte dos operários, foi despedida, devido à falta de verbas. Quanto a isso, Fontana criticou a Assembléia Legislativa, que votou uma verba para a conservação do logradouro, sem antes ter votado a verba necessária para a construção final da obra.²⁰ Problemas financeiros à parte, as doações de particulares

¹⁸ GAZETA PARANAENSE. Curitiba, 19 dez. 1886. p. 1.

¹⁹ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 14 jan. 1887. p. 3.

²⁰ RELATORIO apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1887. p.68-70.

prosseguiam normalmente. Alguns negociantes aproveitavam para divulgar suas casas comerciais, doando bancos de ferro pintados com anúncios de suas respectivas lojas.²¹

Lazzarini, um tanto alheio às dificuldades financeiras por que passavam as obras do Passeio, apresentou a Fontana um projeto para a construção de um carrossel aquático, a ser instalado no centro do lago principal do jardim público. O projeto era extremamente original, uma *inovação yankee*, segundo suas palavras. Na embarcação, que comportaria até sessenta e quatro pessoas, os passageiros poderiam dedicar-se às mais variadas atividades de lazer. As damas levariam suas costuras e seus bordados; as que gostassem de música cantariam ou tocariam instrumentos musicais, e as que quisessem poderiam pintar. Os cavalheiros escolheriam entre remar, jogar xadrez, fumar e beber cerveja.²² No entanto, tudo não passou de um sonho. Devido à falta de verbas, o projeto não foi adiante.

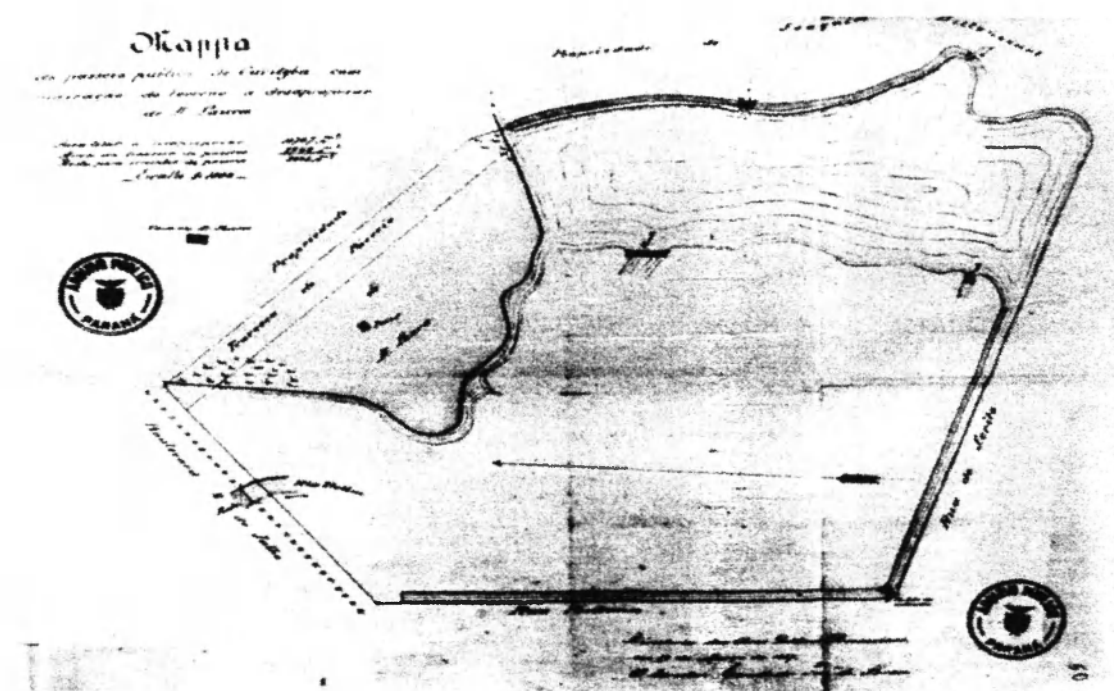
A 23 de fevereiro de 1887, Francisco Fontana enviou à Câmara Municipal carta solicitando a desapropriação do terreno pertencente a Laura Borges, localizado a Leste do Passeio Público, a fim de promover o alargamento do logradouro e dar-lhe uma forma mais regular.²³ Também desejava dotá-lo de uma parte de terreno alto, haja vista estar situado numa baixada, e isolá-lo de outras residências particulares, ficando cercado por ruas públicas. Diante das argumentações de Fontana, em 4 de maio daquele ano Joaquim Sobrinho assinou ofício autorizando a desapropriação do terreno solicitado.²⁴

²¹ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 17 jan. 1887. p. 3.

²² Ibid., 29 jan. 1887, p. 3.

²³ Local onde atualmente funciona o Colégio Estadual do Paraná. Ao tratar-se da desapropriação, descobriu-se que o terreno pertencia a Benedicta do Sagrado Coração de Maria.

²⁴ OFÍCIO do Presidente da Província, autorizando a desapropriação do terreno de Laura Borges. Curitiba, 4 maio 1887.



Mapa do Passeio Público de Curitiba, com indicação do terreno a ser desapropriado, onde atualmente se localiza o Colégio Estadual do Paraná.
Acervo: Arquivo Público do Paraná

Ainda em maio de 1887, Fontana solicitou a construção de portões de entrada nos dois lados da ponte do rio Belém sobre o Boulevard 2 de Julho. Segundo ele, durante a noite essas entradas eram fechadas com alguns paus que, além de causar má impressão, não impediam o acesso de animais ao logradouro.²⁵ Nessa época, realizaram-se importantes obras no Tanque Bittencourt, transformado em lago. Ao final do mesmo ano, ao prestar contas das obras realizadas no local, Fontana destacou os trabalhos de engenharia, como a construção de um açude e a colocação de estacas na frente do logradouro, que dava para a Rua do Serrito, e o aterramento desta rua. Também foram construídas uma calçada e uma cerca de madeira, e toda a margem da rua recebeu

²⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 5 maio 1887, p. 2.

arborização. Foi canalizada uma vertente de água potável que estava abandonada na Rua do Serrito, próxima à Riachuelo, onde foi colocado um chafariz do lado de fora do Passeio Público. Fontana também teceu elogios à atuação do engenheiro Lazzarini, pelos serviços prestados ao Passeio Público, por meio da elaboração de plantas e desenhos.

Na frente do jardim público, que corresponde ao Boulevard 2 de Julho, a cerca de madeira foi substituída por uma balaustrada, fazendo as vezes de gradil. Instalaram-se bancos de madeira no interior e colocaram-se oito lampiões recebidos em doação. Além dessas obras já concluídas, outras encontravam-se em execução. Fontana também havia aberto concorrência para a construção de um quiosque, que serviria como botequim. Segundo o diretor do Passeio, este era um serviço, urgentemente reclamado devido à grande afluência aos domingos e dias santificados.²⁶

Aproveitando que *“a principal beleza do Passeio dependia de sua arborização.”*, Fontana preocupou-se em reunir uma grande coleção de plantas indígenas da província: *“O Passeio possui hoje mais de 150 variedades de tais árvores entre as quais se destaca por sua arrogante beleza a Fenix Occidentalis, de cuja espécie fiz transportar mais de setenta exemplares dos bosques desta comarca, exemplares que passam todos de um século de idade, e que, apesar disso, pegaram perfeitamente e estão frutificando”*.²⁷ Também faziam parte da coleção muitas variedades de *Eugenias* de *Hosmanthus*, de *Ilex*, de *Araucárias*, de *Salex*, de *Mirthus*. O logradouro também foi ornamentado com diversas espécies botânicas vindas do

²⁶ PALÁCIO DE PRESIDÊNCIA . Curitiba, 29 dez. 1887. p. 90-91.

²⁷ *Ibid*, p. 91.

exterior, tanto da Austrália como da Europa. A fim de conservar melhor as mudas de plantas exóticas, foi construído um viveiro.

No ordenamento do espaço, a preocupação com a vegetação estava sempre presente. Em seus relatórios, Fontana ocupou-se em descrever detalhadamente as espécies existentes no Passeio. Existiam mais de vinte variedades de acácias que, segundo ele, deveriam ser as preferidas para o Passeio Público, por cobrirem-se de flores tanto no inverno quanto na primavera. Fontana também sugeriu a plantação de coníferas, com suas formas elegantes e folhas permanentes.²⁸

Nesse período, os reiterados pedidos de verbas feitos à administração pública surtiram efeito. Para o ano de 1888, foi liberada a quantia de Rs. 10:000\$000, a ser gasta para a manutenção e melhoramentos do logradouro. Uma quantia considerada alta. E em vista dela, foram estabelecidas as prioridades para aquele ano. Primeiramente, julgou-se necessária a aquisição de parte do terreno pertencente a Benedicta do Sagrado Coração de Maria, situado a leste do Passeio. Argumentava Fontana que de nada adiantava sanear a área do Passeio se esta se mantivesse cercada por pântanos pestilenciais. Em Curitiba, como nas demais cidades afligidas pelas epidemias, procurava-se prevenir as doenças através da higienização do espaço. Mais que limpar, era preciso drenar a terra, assegurar “*o escoamento, a evacuação da imundície*”.²⁹ Era imperativo, pois, eliminar a estagnação das águas forçando-as a movimentar-se.

Outra prioridade daquele ano foi a construção de um chalé em estilo chinês, no centro do parque, onde ficava a casa do guarda. Fontana pretendia erigir, ainda, um

²⁸ Ibid, p. 92.

²⁹ CORBIN, op. cit., p. 122.

monumento representando a Província do Paraná, no Passeio Público. Finalmente, fazia-se necessária a instalação de um coreto coberto, para as apresentações de bandas musicais.

Afora todas essas obras, o diretor do Passeio preocupou-se com a boa conservação do espaço, para o que estimava a necessidade de uma verba de pelo menos “*cinco contos anuais*”. Para a conservação deveriam trabalhar, em caráter permanente no parque, dois jardineiros, quatro trabalhadores diversos, além de uma carrocinha de um cavalo.³⁰

Apesar das previsões otimistas de Fontana para o ano de 1888, a verba estipulada não chegou às suas mãos. O Tesouro Provincial, alegando dificuldades financeiras, reduziu a verba, de cinco, para quatro contos de réis, dificultando os trabalhos no Passeio.³¹ Tanto que, em agosto, todos os funcionários do jardim público fizeram um abaixo-assinado, comunicando o abandono de suas funções, visto estarem com os salários atrasados havia sete meses. Diante disso, Fontana resolveu fechar o logradouro, com receio da ação dos animais.³² Sua atitude acabou gerando uma revolta. A população, indignada, invadiu o local.

A partir daí, o Passeio Público atravessou períodos de decadência. Somente em 29 de maio de 1889, há notícias de novos melhoramentos, quando o vapor 13 de Maio foi inaugurado.³³ No ano seguinte, a administração municipal destinou Rs. 222\$800

³⁰ PALÁCIO DA PRESIDÊNCIA. Curitiba, 29 dez. 1887. p. 93.

³¹ MACEDO, Rafael Greca de; NASCIMENTO, Maí. O Passeio Público. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v. 6, n. 42, ago. 1986. p. 12.

³² DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 7 ago. 1888. p. 2-3.

³³ *Ibid.*, 29 maio 1889. p. 3.

para os serviços no Passeio Público, uma quantia bem inferior àquela oferecida dois anos antes.³⁴ Em 9 de abril de 1890, Fontana foi substituído por Francisco de Paula Moura Brito. Um dia depois, diplomaticamente, Fontana entregou seu cargo de diretor do Passeio Público, declarando que, *“por ocupações que lhe absorvem todo o tempo, não pode aceitar a incumbência de tomar a direção do Passeio Publico”*.³⁵

Após sua saída, abriu-se concorrência para a construção de um chalé, para o estabelecimento de um botequim e outras diversões.³⁶ O chalé foi inaugurado em 21 de dezembro de 1890. Em outubro do mesmo ano, foi firmado contrato com Henrique Braescher que deveria construir um chalé para diversão dos frequentadores, além de instalar diferentes jogos, cujo uso seria pago. Durante a vigência do contrato, Braescher e sua família poderiam residir na casa existente dentro do Passeio, cuidando de sua conservação.³⁷ Nesse período, as obras no local tornaram-se morosas. Em maio de 1892, foram apresentadas propostas para a limpeza e conservação do logradouro, sendo aceita a de Henrique Braescher, que permaneceu mais dois anos no logradouro, até seu contrato ser rescindido, em 1894.

Nos anos seguintes, as obras prosseguiram sem grandes destaques e com caráter de manutenção, como a construção de um escoadouro para as águas, em 1895, para evitar que as enchentes alagassem os arredores.³⁸ O trabalho foi concluído em fevereiro

³⁴ A REPUBLICA. Curitiba, 30 mar. 1890. p. 3.

³⁵ Ibid., 10 abr. 1890. p. 2.

³⁶ Ibid., 15 abr. 1890. p. 4.

³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada no dia 8 out. 1890.

³⁸ Ibid., 28 out. 1895.

do ano seguinte. Nesse mesmo período, registraram-se apenas pequenos reparos, como a pintura das pontes e portões.

Em 1896, há indícios de uma tentativa de reerguer o Passeio Público, através da definição das atribuições do cargo de diretor, já que nessa fase, o logradouro nem sequer tinha um diretor responsável.

A Câmara Municipal da Capital, tendo em vista que, numa cidade, como esta, que está se constituindo a olhos vistos em um grande centro populoso, é preciso que haja logradouros públicos, onde os seus habitantes ou visitantes possam desfrutar que tais lugares, em todas as partes do globo, oferecem; e considerando que o nosso Passeio Público, magnificamente colocado, não tem o necessário zelo por falta de fiscalização imediata. Resolve Art. 1º Fica o Sr. Prefeito autorizado a convidar um cidadão distinto para exercer gratuitamente o lugar de Diretor do Passeio Público da capital; Art. 2º O Diretor do Passeio terá as atribuições, que foram estabelecidas em regulamento especial, proposto pelo mesmo e aprovado pelo Prefeito. Art. 3º A verba de 1.800\$000 anuais, de que trata o parágrafo 5 do Art. 4º do Orçamento municipal, será aplicada pelo Diretor do Passeio, que documentará a despesa feita. Art. 4º O Diretor do Passeio poderá estabelecer de forma que julgar mais conveniente diversões publicas, tais como regatas, jogos atléticos, corridas de bicicletas, de pombos-correios, etc., podendo para isso estabelecer a cobrança das entradas, devendo o resultado de tudo ser aplicado ao embelezamento do Passeio. Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.³⁹

Provavelmente a Prefeitura desistiu de administrar diretamente o parque. Tanto que, eram freqüentes as convocações, através da imprensa, de interessados em explorar o passeio em troca de sua manutenção e arborização. A partir de abril de 1897, o logradouro foi arrendado por Antônio Matheus Dias Fernandes, que se comprometeu a

³⁹ Ibid., 28 abr. 1896.

aumentar sua coleção de plantas raras e efetuar melhoramentos, tendo o direito de explorar diversos entretenimentos. A entrada ao parque continuaria franca, sendo cobrada uma taxa de Rs. 1\$000 por pessoa, pelo uso de cada equipamento de recreação. Fernandes também se comprometia a premiar uma pessoa, diariamente, com ingressos gratuitos para os divertimentos, a serem escolhidos pela pessoa premiada. Uma vez por semana, conceder-se-ia às escolas públicas o direito de frequentar o logradouro gratuitamente, “*sem direito ao prêmio, a fim de exercitar as crianças nos exercícios da musculatura*”.⁴⁰ Além disso, o proponente comprometia-se a apresentar bandas de música todos os domingos e quintas-feiras, e sempre que achasse necessário.

No início do século XX, houve um retorno às questões de salubridade. Em 1902, os vereadores da Câmara alardearam a necessidade de uma melhora radical em sistema de irrigação do Passeio Público, a fim de evitar a estagnação das águas, que voltava a ameaçar a população. Segundo o engenheiro municipal, era importante executar esse serviço durante o inverno, *quando as fermentações da vasa* eram menos perigosas, para que na primavera o único ponto de recreio da capital estivesse em bom estado de conservação.⁴¹

Nos anos posteriores, as dificuldades persistiram. Em 1904, a Câmara Municipal procurou justificar o fato de não ter ainda escoado as águas do jardim, em função do engenho Bittencourt, localizado ao lado do logradouro. A solução para não deixar imundos e insalubres os rios era desapropriar aquele engenho, sem o que não se poderia

⁴⁰ Ibid., 5 abr. 1897.

⁴¹ ACTA DA SESSÃO de 22 de Março de 1902. In: **Annaes da Camara Municipal** – Sessões de 23 de Setembro de 1901 a 7 de Julho de 1902. Curitiba: Typ. da Republica, 1903. p. 104.

manter o logradouro *em condições dignas desta capital*.⁴² Enquanto não se tomava nenhuma providência a respeito, a imprensa registrou diversos protestos, alguns um tanto irônicos, de populares, que utilizavam-se de pseudônimos bem sugestivos para criticar a situação. Num artigo assinado por Ivo de Belém, lia-se: “*Não podia ser maior a decadência a que chegara o outrora belo Passeio, de nossa terra; e quem o visse dois meses atrás, diria que por ali passara, destruindo-o, um vento de maus ímpetos. Um horror!...*”⁴³ No mesmo artigo, o autor reverenciava a atitude do Prefeito Luiz Xavier, por encarregar o Sr. Paulo Assumpção, da conservação do logradouro. Para o ano seguinte, a municipalidade destinou Rs. 1:900\$000, a serem gastos com a conservação do Passeio.⁴⁴

Em 30 de setembro de 1905, a Câmara Municipal decretou uma nova lei, referente ao cargo de diretor do Passeio Público. Desta feita, deixava claro que o cargo não seria remunerado enquanto o orçamento do município não o permitisse. Além de supervisionar o Passeio, caberia ao diretor o zelo por todos os jardins municipais.⁴⁵ A direção de Assumpção foi profícua, pois ao final da gestão de Luiz Xavier, em 1906, finalmente o Passeio Público saiu de seu marasmo. Foram concluídas obras e reparos,

⁴² ACTA DA SESSÃO ordinária em 22 de Setembro de 1904. In: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba – 1904-1908**. Sessões de 21 de Setembro de 1904 a 11 de Julho de 1905. Curitiba, Typ. d' A República. p. 6-7.

⁴³ A REPUBLICA. Curitiba, 24 ago. de 1905. p. 1.

⁴⁴ HISTÓRIA ADMINISTRATIVA – Prefeitura Municipal de Curitiba. Leis, Decretos & atos – 1900 a 1920. Curitiba : Instituto Municipal de Administração Pública, 1993, v. 1. p. 50.

⁴⁵ ACTA da SESSÃO em 30 de Setembro de 1905. In: **Anais da Câmara Municipal de Curitiba – Sessões de 22 de Setembro de 1905 à 11 de Julho de 1906**. Curitiba, Typ. d' A REPÚBLICA, 1906. p. 8.

atraindo freqüentadores que puderam voltar a apreciar as *retraites* animadas de outrora, realizadas no local.⁴⁶

Os projetos de remodelação iam mais adiante. Assumpção e Xavier pretendiam, além de fornecer um ponto de recreio aos habitantes, transformar o parque em “*um jardim de utilidade, pela organização especial de coleções para estudo, formando-se ali um arboretum de todas as plantas ornamentais do Paraná*”.⁴⁷ O prefeito era contra o restabelecimento do botequim, por considerar uma forma de atrair pessoas viciadas e ociosas. Desejava, futuramente, converter o antigo chalé em museu botânico. Segundo ele, não haveria dificuldade em coletar novas espécies de plantas, do Brasil e exterior, como se fizera no início da história do Passeio Público, pois a permuta entre estabelecimentos era prática comum. Em 26 de junho de 1906, o vereador Romário Martins propôs à Câmara a mudança da denominação do Passeio Público para Jardim Botânico de Curitiba. Muitos anos tinham se passado, desde 1857, quando houve a primeira intervenção municipal nesse sentido. Esse projeto de lei estipulava a separação adequada das várias espécies que seriam trazidas e submetidas a um estudo, resultando em uma publicação.⁴⁸ Em 2 de julho, o projeto foi aprovado e, logo em seguida, foram doadas para o *Jardim Botânico* várias mudas de árvores, como as que o Sr. Edgard

⁴⁶ As *retraites*, segundo Mário Albuquerque, eram um antigo costume espanhol que disseminou-se pela América latina, lugar “*em que as bonitas curitibanas aproveitavam para ostentar seus melhores vestidos e atrair os jovens ao redor da praça.*” (ALBUQUERQUE, 1989, p. 163).

⁴⁷ A REPUBLICA. Curitiba, 15 maio 1906. p. 2.

⁴⁸ ACTA DA SESSÃO em 26 de Junho de 1906. In: *Annaes da Camara Municipal de Curitiba – Sessões de 22 de Setembro de 1905 a 11 de Julho de 1906*. Curitiba, Typ. d' A Republica, 1906. p. 82-83.

Stellfeld obteve da prefeitura de São Paulo.⁴⁹ Em agosto, foi inaugurado um orquidário, para aclimatar a vegetação exótica.

O projeto de alteração de nome, contudo, não foi bem aceito pela população. Em 1910, com o logradouro novamente sendo chamado de Passeio Público, reapareceram as referências a sua situação de abandono. Apesar das reformas efetuadas pela municipalidade, a população, que havia muito deixara de frequentar o local, não parecia disposta a voltar a visitá-lo.⁵⁰

No ano seguinte, executaram-se pequenos serviços, mas de grande relevância para o embelezamento do espaço. O tanque e os canais foram limpos, os canteiros reformados, as ruas e avenidas ensaibradas. Foram construídas novas pontes e outras cinco reconstruídas. O botequim foi reformado e pintado, assim como 91 bancos foram consertados ou instalados.⁵¹ No final de 1912, o logradouro era elogiado pelos jornalistas, que destacavam a limpeza do local, os novos canteiros e o zelo do jardineiro Antonio Comeno, na sua conservação. Aos reparos ainda por fazer, somaram-se a reconstrução do muro no Boulevard João Gualberto (antes Boulevard 2 de Julho) e a colocação de gradil nas ruas Garibaldi (antiga Rua Fontana) e Conselheiro Barradas

⁴⁹ A REPUBLICA. Curitiba, 21 set. 1906. p. 2.

⁵⁰ A REPUBLICA. Curitiba, 5 nov. 1910. p. 1.

⁵¹ ACTA DA SESSÃO de 14 de Jan. de 1911. In: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba** – Sessões de 15 de Outubro de 1910 a 14 de Julho de 1911. Curitiba, Typ. D' A REPÚBLICA, [1912?]. p. 40.

(antiga Rua Serrito e atual Carlos Cavalcanti).⁵² A partir de 1913, quando Cândido de Abreu assumiu a prefeitura, os gastos com áreas arborizadas, incluindo o Passeio Público, subiram vertiginosamente. Para essas áreas, passou a ser destinada a verba de Rs. 18:000\$000, do total de Rs. 742:384\$700 a serem gastos com os serviços do município.⁵³

A partir de abril de 1915, o logradouro foi interditado ao público e iniciada sua remodelação mais significativa. A atuação da Comissão de Melhoramentos, instituída por Cândido de Abreu, foi substancial para a realização dos trabalhos. Até julho de 1916, diversas obras estavam concluídas, como a construção de uma cerca de cimento armado, imitando madeira roliça. Também fora instalada uma gruta artificial e adquiriu-se um terreno na parte norte do Passeio para a construção de uma cascata. Nesse período, a administração pública, finalmente, conseguiu a desapropriação da chácara Bittencourt, para o que foi paga uma vultosa quantia aos proprietários.⁵⁴ No interior do logradouro processaram-se diversas alterações, que modificaram a feição original do logradouro, que retratava fielmente o gosto da época no desenho de parques e jardins, com pontes rústicas, gôndolas deslizando pelos canais, tanques e canais sinuosos.⁵⁵

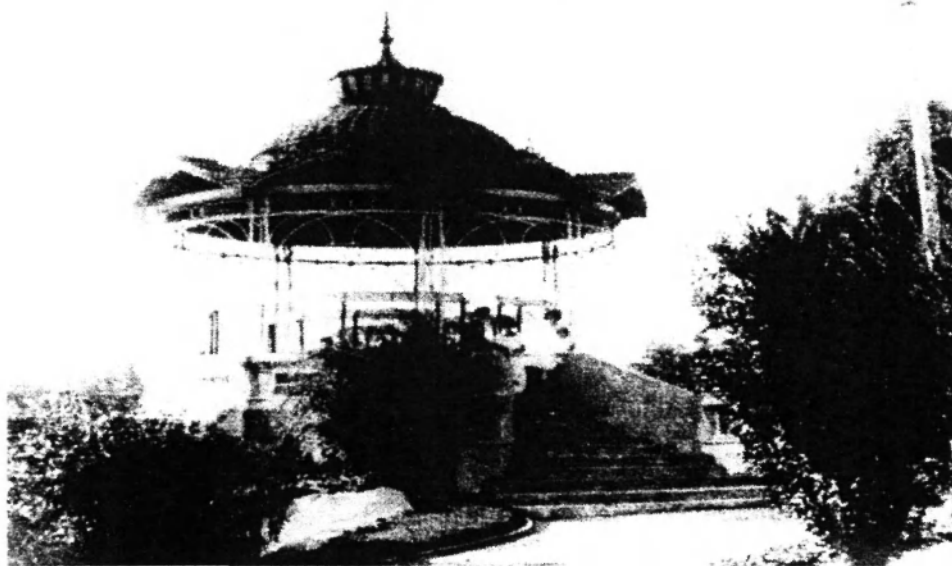
Foi nesse período que o Passeio Público assumiu, de forma acabada, as feições de um jardim paisagista inglês.

⁵² A REPUBLICA. Curitiba, 25 nov. 1912. p. 1.

⁵³ HISTÓRIA ADMINISTRATIVA... , 1993. p. 144.

⁵⁴ SILVA, Aparecida Vaz da; RIGOTTO, Maria Helena Costa; SILVA, Silvia Maria Rodrigues da. **Do Jardim Botânico ao Passeio Público – As aventuras de um logradouro público.** Curitiba, 1989. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná. p. 105.

⁵⁵ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público : jardins no Brasil – 179-1911.** São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. p. 123.



O coreto mourisco, adquirido pelo prefeito Cândido de Abreu para o Passeio Público.
Acervo: Casa da Memória



Passeio Público em 1906
Acervo: Casa da Memória

As obras previam ainda uma pista para automóveis. Haveria entradas para pedestres e para os veículos, separadamente, através da instalação de artísticos portões de entrada, réplica do portão do Cemitério de cães em Paris, localizados nas esquinas das ruas Garibaldi com Conselheiro Barradas e com a Avenida João Gualberto.⁵⁶ O projeto foi elaborado pelos arquitetos franceses Rouch Bouvard e Troy, que ainda sugeriram a substituição dos canais existentes por um lago, a criação de uma pista de patinação e de ciclismo e um campo de futebol. Também recomendaram a mudança do nome para Parque Municipal.⁵⁷ O projeto serviu para consolidar o Passeio Público, como área destinada ao lazer da população, ainda que, em certos momentos, houvesse a tentativa de selecionar seus freqüentadores. Em 1916, a Comissão de Melhoramentos passou a ser alvo de críticas, devido aos gastos considerados excessivos. A partir daí, as obras do Passeio novamente entraram numa fase de letargia.

Quando se traça a trajetória deste logradouro público, evidencia-se sua representatividade, como elemento de consolidação de uma nova estética urbana. A natureza domesticada simbolizava a beleza e a prosperidade de Curitiba. Contudo, a falta de estrutura e de recursos financeiros, para zelar pela manutenção do Passeio Público, espetacular para a época, foram responsáveis pelo seu abandono. As remodelações ocorridas durante a administração de Cândido de Abreu foram as intervenções mais significativas executadas naquele espaço, desde sua inauguração. A obra, que seria um marco da evolução citadina da capital paranaense, acabou por tornar-

⁵⁶ ANNAES da Camara Municipal de Curitiba – Sessões de 15 de Outubro de 1915 a 29 de julho de 1916. Curitiba : Typ. d' A Republica. p. 107.

⁵⁷ BOSCHILIA, Roseli; BARZ, Elton Luís. **Passeio Público**. Material utilizado na exposição de fotografias realizado por ocasião do centenário do Passeio Público. Curitiba, jul. 1986. p. 4. (datil.)

se símbolo do descaso do poder público, resultando em grandes períodos de abandono do local, por parte da população curitibana.

4. 3. AO PASSEIO!!

A construção do Passeio Público, em 1886, veio ao encontro dos anseios da sociedade, de tornar Curitiba uma capital bela e próspera. Através do saneamento do rio Belém, o *verde* transformou-se em monumento a ser admirado e usufruído. Sendo assim, procurou-se dotar o espaço de beleza e diversão, dois elementos essenciais para atrair visitantes ao logradouro. Houve um cuidado especial com a arborização, a principal fonte de beleza do Jardim, por meio da reunião de espécies raras e exóticas. Outra forma de garantir a presença de freqüentadores, foi a instituição de diversos equipamentos de recreação, como o carrossel adquirido pela direção do Passeio, em 1886.⁵⁸

A utilização do carrossel deveria ser feita mediante a observância de um rigoroso regulamento. Ele funcionaria todos os dias santificados, das 10 às 5 horas da tarde no inverno, e das 10 às 7 horas, no verão. A idade máxima para seus freqüentadores seria de quinze anos, que deveriam estar decentemente trajados. Dez minutos no carrossel custavam cem réis por volta.⁵⁹ A cobrança de ingressos e a exigência de vestuário apropriado indicavam a seleção dos usuários, em determinadas diversões do parque.

⁵⁸ RELATORIO apresentado pelo Presidente da Província do Paraná Joaquim D' Almeida Faria Sobrinho. 30 de Outubro de 1886. p. 69.

⁵⁹ Ibid, p. 71.

A 19 de dezembro de 1886, foi instalada no Passeio Público a primeira lâmpada elétrica de Curitiba. O acontecimento, inédito, levou um grande público ao logradouro.

Ontem à noite constituiu-se o nosso Passeio Público em um agradabilíssimo centro de reunião. O povo acudiu em massa atraído pela novidade da iluminação elétrica que ali ia se fazer. Nas ruas, nas avenidas e em todos os largos do Passeio, os passeantes acotovelavam-se, tal era a enchente. O foco iluminante colocado numa altura regular, no centro do passeio, derramava uma luz fixa e brilhante num grande raio que não podemos precisar, o que faremos oportunamente, para quando reservamos uma notícia minuciosa a respeito.⁶⁰

Um dos eventos mais marcantes e apreciados pela população, ocorridos no logradouro, eram as apresentações de bandas musicais do exército. A população, para lá acorria, nos domingos e dias santificados, a fim de apreciar peças de um seletto e variado repertório. A beleza da vegetação, os meios de recreação pagos, juntamente com os concertos musicais, serviam para compor um ambiente condizente com a situação de prosperidade econômica que ocorria no final do século XIX, graças à exploração da erva-mate.

O Passeio Público servia de espaço, não apenas para a exaltação da natureza, mas também da Pátria. Em 7 setembro de 1887, Francisco Fontana organizou uma festa noturna para comemorar os sessenta e cinco anos de Independência do Brasil. Desde a tarde, o logradouro achava-se embandeirado, com uma banda animando o ambiente. Os dois portões de entrada recém-construídos foram enfeitados com arcos duplos de folhagem. As pontes também foram adornadas com motivos naturais. Aquela que

⁶⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 dez. 1886. p. 2.

recebera o nome Presidente Taunay, localizada no centro do logradouro, converteu-se em oratório. Nas entradas do parque foram colocados dizeres, “Independência ou Morte – 7 de Setembro de 1822”, “A Província do Paraná em 1887”, “Homenagem aos obreiros do Progresso do Paraná”. Uma das ilhas do grande lago do passeio, cuja forma lembrava a de um navio encouraçado, também foi enfeitada. No local onde seria a popa do navio, balançava a Bandeira Nacional e, na bandeira colocada no mastro da proa, lia-se a inscrição *Riachuelo*.

Às 6 horas da tarde, o 3º Regimento de Artilharia a cavalo, com suas baterias e bandas, enfileirou-se no *boulevard* em frente ao Passeio Público e deu as salvas de estilo. Uma hora depois, o logradouro foi iluminado a *giorno*. De acordo com a imprensa, eram mais de mil lanternas de cores variadas, clareando as ruas, as avenidas, o grande lago e as ilhas, resultando numa visão surpreendente. “*O efeito naquela hora era mágico, o visitante cria-se por um momento transportado aos canais da Rainha do Adriático em uma noite de carnaval*”.⁶¹ A seguir, foi executado o Hino Nacional por uma das bandas, dando início aos discursos proferidos pelo Presidente da Província, Joaquim Sobrinho e demais autoridades. Fontana, como Diretor do Passeio Público, também discursou, falando a respeito dos motivos que o levaram a promover tal festa. A seguir, o Presidente da Província dirigiu-se a uma das ilhas, enfeitada em forma de navio, quando então foram soltos fogos de artifício. A festa prolongou-se até as 9 horas da noite, com a presença de aproximadamente três mil pessoas.⁶²

⁶¹ *Ibid.* 10 set. 1887. p. 2-3.

⁶² *Ibid.* 10 set. 1887. p. 3.

Entretanto, de acordo com algumas pessoas que se manifestaram pela imprensa, diversos atos de vandalismo ocorrerem no local da festa: “*Centenares de lanternas foram destroçadas intencionalmente rasgadas e atiradas fora, e outras centenas foram levadas cinicamente. Antes de principiar-se a iluminação, já tinham sido tiradas as velas a uma grande quantidade das mesmas. Infimidade de plantas, de grande estima, que tanto trabalho exigiram para consegui-las, foram despedaçadas brutalmente*”.⁶³ O texto segue, reclamando a intervenção policial, para que atitudes desse tipo não se repetissem. Gestos como esse demonstram que o gosto pela natureza não havia atingido toda a população.

Em 25 de janeiro de 1888, o Dezenove de Dezembro divulgou que estava prevista a realização de regatas no Passeio Público, considerado o *rendez-vous* da melhor sociedade. Contudo, nesse período, é possível perceber que a falta de verbas, persistia. A quantia de cinco contos de réis, aguardada pelo diretor do Passeio, não lhe foi repassada, gerando uma crise que culminaria dois anos mais tarde, com a saída de Fontana do cargo. A dificuldade financeira refletiu-se na forma de utilização do espaço. Nem as bandas compareciam mais ao logradouro. Um jornalista, com pseudônimo Zé das Dornas satirizou a situação:

Na forma de costume, fui domingo ao Passeio Público. Como estava aquilo belo! As múrmuras águas eram cristalinas, a folhagem verde e balouçada suavemente pela brisa que a beijava amorosamente, os pássaros pipilavam alegres na ramagem do arvoredos, entoando hinos de agradecimento ao digno ex-comandante das armas, que acedera amável e bom ao pedido do

⁶³ Ibid. 10 set. 1887, p. 2.

signatário destas linhas. Sim. lá havia música. música feita pela banda do 8º regimento. que trazia a todos prezos pelas harmonias das *Ondas do Danúbio*, valsa cheia de massadas e nove horas. Mas também não faço mais pedidos desse gênero.... Além de perseguido por inúmeras cartas e cartões de agradecimento em casa, na rua, em toda parte, quando penetrei no Passeio quase fiquei doudo: - Obrigado, *Zé das Dornas*.- Afinal temos música. Um dava-me um abraço, outro um aperto de mão.⁶⁴

O pedido de *Zé das Dornas* não foi em vão. Em junho de 1890, a imprensa anunciava que haveria música no Passeio Público, tocada pelo 8º Regimento de Cavalaria e pelo 17º de Infantaria.⁶⁵ Logo após, no entanto, as apresentações musicais praticamente acabaram, representando o início de um período de decadência do Passeio.

Mesmo com a inauguração do chalé em dezembro desse ano e o contrato firmado entre a Câmara e Henrique Braescher, não houve melhoras no logradouro. Em 1894, Braescher rescindiu seu contrato, aumentando o abandono do parque que deixou de ser fiscalizado e conservado. A tal ponto, que, cenas constrangedoras passaram a ser vistas dentro do Passeio Público, e em pleno domingo. Segundo a imprensa, diversos praças do exército, aproveitando-se das águas existentes, tomavam banho completamente nus. Alguns meninos chegaram a correr pelo logradouro, igualmente desnudos. Para completar a cena, vários bancos achavam-se riscados com palavras indecorosas. Nessas condições, a imprensa alertava sobre o risco de se levar famílias ao Passeio.⁶⁶

⁶⁴ A REPUBLICA. Curitiba, 13 abr. 1890. p. 3.

⁶⁵ Ibid., 22 jun. 1890. p. 2.

⁶⁶ Ibid., 27 nov. 1894. p. 2.

A Câmara Municipal procurou reagir, criando normas para o uso do Passeio Público. As posturas municipais de 1895, num artigo relacionado à higiene e salubridade, proibia o ato de se lavarem “*roupas, carros e cavalos nas águas*” do Jardim Público.⁶⁷ O fato de se ter estabelecido tal regulamentação sugere que os moradores tinham este hábito, ao mesmo tempo que chama a atenção para o abandono em que o logradouro se achava. Contudo, em setembro do mesmo ano, eram anunciadas *grandes regatas* no Passeio Público. O evento levou os habitantes ao logradouro. As damas da sociedade, com suas *toilettes* multicoloridas, davam mais vida à festa. Bandeiras balançavam emoldurando o parque. Contudo, o simples comentário de um jornalista, ao mencionar que “*um movimento desusado ocorria no aprazível logradouro*”, denunciava que, aquela situação não era a habitual.⁶⁸ Ao contrário, a julgar pelas atitudes de certos indivíduos, o logradouro não devia ser muito freqüentado. Tanto que A República queixava-se da falta de decoro de alguns homens sem brio que, em plena manhã de domingo, estavam a banhar-se em trajes de Adão, nos canais do Passeio Público. De acordo com o jornal, o fato foi presenciado por diversas famílias que lá estavam dando seu passeio, constringendo a todos.⁶⁹

Contradizendo a animação causada pelas regatas, as bandas do exército deixaram um sentimento saudosista nos curitibanos. “*Há muito tempo que este divertimento público acha-se em abandono. Já não vai a banda marcial aí executar suas peças, ao som das quais passeavam bandos juvenis e alegres moças, parecendo*

⁶⁷ POSTURAS da Camara Municipal de Curitiba – Estado do Paraná – Decretada pela Camara Municipal em Sessão de 22 de Novembro de 1895. p. 13.

⁶⁸ A REPUBLICA. Curitiba, 24 set. 1895. p. 1.

⁶⁹ Ibid., 29 out. 1895. p. 2.

acompanhar a harmonia deleitosa da deusa Euterpe. A sociedade curitybana não deve deixar em esquecimento um tão agradável recreio”.⁷⁰

No Natal de 1895, talvez numa tentativa de reacender o ânimo popular, a música retornou ao Passeio. Os jornais divulgavam o acontecimento, destacando a presença de grande número de pessoas que lá estiveram, bem como a presença de duas bandas militares. Contudo, ao final da notícia, como que com receio de que aquele fosse apenas um evento isolado, concluíam: “*Estamos certos de que as bandas militares continuarão sempre a comparecer naquele aprazível logradouro, que não tem rival no sul da República*”.⁷¹

A partir de 1896, as bandas apresentaram-se com mais regularidade no logradouro, geralmente duas vezes por semana. Normalmente as notas referentes ao acontecimento procuravam ressaltar a presença de grande número de frequentadores, como que tentando reerguer o Passeio Público. No ano seguinte, este foi escolhido para sediar um *meeting* em solidariedade ao movimento da Revolução Cubana. De acordo com a imprensa, compareceram mais de três mil pessoas. Foram proferidos discursos pela elite intelectual da época, como Sebastião Paraná, Euclides Plaisant, Julio Pernetta e Romário Martins. O objetivo da reunião era demonstrar sentimentos de apoio à independência de Cuba e organizar um subcomitê formado por diferentes classes sociais, a fim de angariar fundos a serem enviados aos cubanos revoltosos. As comissões foram compostas por jornalistas, professores, advogados, senhoras da sociedade. Ainda pretendia-se requerer às autoridades estaduais, que intercedesse junto

⁷⁰ Ibid.. 17 dez. 1895. p. 2.

⁷¹ Ibid.. 24 dez. 1895. p. 1.

ao governo central, para o reconhecimento de estado de beligerância de Cuba. Para isso, foi organizado um desfile até o Palácio do Governo e entregue o pedido, oficialmente, ao Governador do Estado, que, por sua vez, comprometeu-se a repassá-lo ao Vice-Presidente da República.⁷²

As festas de caridade encontravam-se entre as mais significativas do Passeio. Organizadas por diferentes instituições, tais eventos atraíam grande concorrência de público. A 7 de setembro de 1898, o Clube dos Puritanos projetou um festival, em benefício do Asilo de Órfãos da capital. Apesar do mau tempo, o logradouro estava repleto de visitantes, inclusive com o comparecimento da elite curitibana. As barracas de leilão foram todas arrematadas.⁷³ Para os próximos dias, o clube previa novo festival de prendas.

Entretanto, a falta de um fiscal ou vigia não impedia que diversas flores, arbustos e plantas raras fossem pisoteados pelos passeantes. Reclamações de populares, registradas nos jornais, exigiam que a prefeitura tomasse alguma atitude, antes que o instinto destruidor de tais vândalos, transformasse o Passeio “em propriedade particular, onde cada um faz o que quer”.⁷⁴

Apesar dos maus tratos, o pitoresco jardim continuava a ser utilizado pela elite, ainda que esporadicamente. Em 10 de março de 1900, divulgava-se pela imprensa uma “*batalha de confetes*” em pleno Passeio Público, a ser realizada por “*gentis senhoritas e*

⁷² Ibid.. 5 jan. 1897. p. 1.

⁷³ Ibid.. 10 set. 1898. p. 1.

⁷⁴ Ibid.. 2 nov. 1899. p. 1.

elegantes rapazes, que não saldaram de todo velhas contas durante os três dias de carnaval”.⁷⁵

Nesse mesmo ano, os jovens se fizeram presentes novamente no logradouro, ao ser realizado um *meeting*, promovido pelos estudantes, a fim de solenizar a data de 15 de Novembro. Três anos depois, outra importante manifestação patriótica ocorria no Passeio Público: a reunião popular para organizar a “Legião Osório”. A instituição, de fins patrióticos, tinha como dirigentes o Tenente do Exército Adalberto Menezes, o Major Octavio Machado e o Tenente Roberto Glasser. Na ocasião do evento, alistaram-se cento e trinta e dois rapazes “*da nossa melhor sociedade*”.⁷⁶

Considerado o principal logradouro de Curitiba, o Passeio continuou a atrair os apreciadores das bandas do exército. Em alguns casos, estas serviam para abrilhantar festividades. “*Concorridíssimo esteve o Passeio Público no domingo. Desde a uma hora da tarde começou a afluir grande massa popular para ali, a fim de assistir as regatas e Kermesse promovidas em benefício da Sociedade Protetora dos Operários. A banda do regimento de Segurança tocou das duas às seis da tarde, hora em que o povo debandou*”.⁷⁷

As remodelações introduzidas no jardim público em 1906, gerenciadas pelo diretor do parque, Paulo de Assumpção, serviram para incentivar a frequência ao logradouro. A 26 de julho daquele ano, a banda do Regimento de Segurança executou seu repertório das cinco às sete horas da noite. Não obstante a estação fria, segundo os

⁷⁵ *Ibid.*, 10 mar. 1900. p. 1.

⁷⁶ *Ibid.*, 9 fev. 1903. p. 2.

⁷⁷ *Ibid.*, 9 set. 1902. p. 2.

jornais, muitas pessoas desfilavam pelas alamedas restauradas e embelezadas.⁷⁸ Apesar das obras realizadas e das notícias trazidas pelos jornais, o então Prefeito Luiz Xavier queixava-se da falta de frequentadores: o “*Passeio Público acha-se em magníficas condições. Têm sido reconstruídas todas as suas pontes, preparadas e embelezadas as suas ruas, renovada a sua arborização, reformados e cultivados os seus canteiros e conservados limpos os seus diversos regatos*”.⁷⁹ Porém, esta ausência não se justificava pela existência de outros pontos de diversão, e sim, “*pela falta absoluta de meios de atração, pois, nem sequer, tem se podido conseguir que uma banda de música vá uma ou outra vez ali tocar*”.⁸⁰ A reclamação teve sua repercussão, pois em 14 de maio houve a reinauguração das famosas *retraites*, no local.

Infelizmente, não foram apenas acontecimentos agradáveis que marcaram a história do Passeio Público. Ainda em 1906, há relatos do desaparecimento de crianças nas imediações do logradouro, ou mesmo que foram encontradas afogadas no lago. A ausência de vigilância, nestes casos, tinha conseqüências fatais.

Não obstante, a maior parte das ocorrências eram ocasiões festivas. As tradicionais quermesses, de caráter beneficente, sempre despertavam o interesse do público e, em 1906, não foi diferente.

⁷⁸ Ibid., 23 jul. 1906. p. 2.

⁷⁹ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA CAPITAL em 22 de março de 1906. In: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba** - Sessões de 22 de Setembro de 1905 à 11 de julho de 1906. Curitiba : Typ. D`A Republica, 1906. p. 59.

⁸⁰ Ibid. p. 59-60.

Realiza-se amanhã, no Passeio Público, a grande quermesse organizada pela digna diretoria do grupo Phenix Paranaense, em benefício da Instituição Protetora da Infância. É extraordinária a animação que se nota para essa louvável festa de caridade; o número de prendas enviadas é enorme, constituindo mais uma bela demonstração dos sentimentos caridosos da culta sociedade curitibana.⁸¹

Para animar a festa, seria realizado corridas para as crianças e leilão de prendas. Como complemento, bandas dispostas em várias partes do Passeio executariam peças escolhidas. Estas quermesses se repetiriam ao longo dos anos, mas com inovações nos divertimentos. Numa festa ocorrida em 1911, para auxiliar a Sociedade Protetora da Infância, venderam-se cartões postais, cigarros e rifas de prendas. Também apresentaram-se diversas cantoras, em um pequeno palco improvisado. As bandas do exército marcaram presença nos vários “*parques do Passeio*”.⁸²

Por ocasião da vinda do presidente eleito da República, Dr. Affonso Pena, a Curitiba, em 1906, ali foi programada uma “*festa veneziana*”, entre outras homenagens prestadas ao líder da nação. Esperava-se que a originalidade do evento, mais a possibilidade de ver-se o presidente de perto, fizesse o povo invadir o local, o que de fato acabou ocorrendo.

⁸¹ A REPUBLICA. Curitiba, 14 jul. 1906. p. 2.

⁸² Ibid., 3 jul. 1911. p 2.

Revestir-se-á de grande brilhantismo a festa veneziana que no Jardim Botânico vai ser realizada pelo grupo Phenix Paranaense. Apresentar-se-ão diversas embarcações belamente enfeitadas e iluminadas: entre elas, está destinada a alcançar grande sucesso uma iluminada à luz elétrica, representando uma gôndola veneziana com artística armação. Será conferido um prêmio à embarcação que, à noite, se apresentar com melhor e mais estética iluminação.⁸³

Um dos acontecimentos mais pitorescos ocorridos no Passeio Público deu-se em 21 de abril de 1909, quando deveria alçar vôo, o Balão Granada, pilotado pela corajosa aeronauta Maria Aída.⁸⁴ Esta era a terceira tentativa da persistente piloto. O fracasso da tentativa anterior, ocorrida em 11 de abril do mesmo mês, causou polêmica na imprensa, pois foram cobrados ingressos para assistir ao acontecimento, estando o Passeio, segundo o Diário da Tarde, com mais de duas mil pessoas.⁸⁵ Contudo, finalmente o Granada subiu para os ares, em homenagem ao dia de Tiradentes. Mal se elevara, o dirigível tomou o rumo oeste, em direção à praça que ostentava o nome do homenageado, onde deveria descer. O povo encaminhou-se rapidamente à praça, à espera de Maria Aída. Quando iniciou-se a vertiginosa descida do balão, em direção à flecha do lanternim central da Catedral, a aeronauta viu-se obrigada a jogar-se contra o telhado da igreja, descendo pela clarabóia mais próxima, com a ajuda de seus auxiliares. Apesar do acidente, Maria Aída foi saudada triunfalmente pelo grande público presente.⁸⁶

⁸³ *Ibid.*, 30 jul. 1906. p. 2.

⁸⁴ Ver COSTA, Vidal A. de Azevedo. **Visões ascendentes** : fragmentos do olhar curitibano do mais leve que o ar. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998. p. 89-96.

⁸⁵ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba. 12 abr. 1909. p. 2.

⁸⁶ A REPUBLICA. Curitiba, 22 abr. 1909. p. 2.



O Balão de Granada, no Passeio Público, antes de uma de suas tentativas de vôo, no dia 11 de Abril de 1909.
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

Em meados do ano de 1910, o logradouro passou por remodelações dirigidas pelo engenheiro Baeta de Faria. Este fato, aliado à propaganda realizada pela imprensa, conseguiu atrair novamente a população. Apesar disso, alguns sugeriam que o local seria melhor aproveitado “*se abrangesse maior área e apresentasse nas suas praças e avenidas figuras ornamentais hoje tão em uso nos jardins*”.⁸⁷ Também propunham a

⁸⁷ Ibid., 26 dez. 1910, p. 1.

construção de um repuxo ou fonte ornamental, além de um coreto e um monumento em homenagem à emancipação política do Paraná.

A 2 de outubro do mesmo ano, ocorreu uma das mais interessantes festas promovidas no Passeio Público, a Festa da Primavera. Organizada pelos estudantes, a festa constituiu-se em uma passeata por ruas e praças de Curitiba, indo até o Passeio Público. Ali chegando, foram proferidos discursos em agradecimento aos participantes, inclusive escolas e o povo em geral. Um dos organizadores desses eventos foi Dario Vellozo. Membro da intelectualidade da época, professor e profundo conhecedor da Grécia Antiga, Vellozo tinha grande influência junto aos estudantes, com cuja ajuda a Festa da Primavera tornou-se um acontecimento para a sociedade, participando jovens do Ginásio Paranaense e da Escola Normal.⁸⁸

No ano de 1911, realizaram-se interessantes eventos culturais no Passeio, usando a Grécia como pano de fundo. Para 20 de agosto daquele ano, estava sendo anunciada a coroação de Emiliano Pernetá como *Príncipe dos Poetas Paranaenses*. Era um acontecimento muito aguardado no meio intelectual e elegante da sociedade curitibana.

Promete o maior brilho a homenagem que os intelectuais paranaenses prestarão a Emiliano Pernetá, o consagrado poeta da Ilusão, festejando o sucesso da publicação de seus livros de versos reunia-se ontem a comissão encarregada da organização do festival que assentou o seguinte programa. À 1 hora se deverão achar reunidos no Passeio os promotores do festival e convidados; em seguida partirá daí uma comissão composta dos Srs. Celestino Junior, Romario

⁸⁸ As Festas da Primavera eram organizadas por Dario Vellozo e seus discípulos, que visavam celebrar a estação das flores, promovendo um retorno à Grécia Antiga. Para isso, costumavam caracterizarem-se com a indumentária da época e recitar poemas em louvor à civilização de outrora. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba : Chain : Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 161-164).

Martins e Generoso Borges que em landau, conduzirão o poeta para a saudação oferecendo a festa o brilhante orador Dario Vellozo; em seguida será ouvida uma sinfonia e depois as graciosas senhoritas Jacy do Espírito Santo, Leonor Lao Marques e Helena Seiler que dirão as poesias Corre mais que uma vela, Embarque para ithera e Graças te rendo. Será ouvida nova sinfonia e finalmente falará o poeta.⁸⁹



Jornalistas e literatos paranaenses que organizaram a festividade em homenagem a Emiliano Pernetá, em 20 de Agosto de 1911, no Passeio Público.
Acervo: Casa da Memória

A população compareceu ao logradouro junto à ponte que dava acesso à Ilha da Ilusão. Nela, foi erigido um templo, em estilo jônico, com as colunas presas aos festões de cedro e loureiro. Completando o cenário, colocaram-se estátuas representativas da mitologia grega.⁹⁰

⁸⁹ A REPUBLICA. Curitiba, 19 ago. 1911. p. 1.

⁹⁰ DICIONÁRIO Histórico-Biográfico ... p. 162.

Em setembro, as Festas da Primavera continuaram marcando o espaço do Passeio. Tendo caráter popular, e organizadas pelas agremiações do Centro Estudantil Paranaense e do Grêmio das Normalistas, eram convidadas todas as escolas públicas da capital. Após uma passeata que partiria da Praça Osório, as escolas desfilariam com os alunos levando guirlandas e arcos de flores, haveria um baile infantil no Passeio Público, além de recitais.⁹¹ Dario Vellozo faria um discurso e cantar-se ia o Hino da Primavera. Ao final seriam distribuídos doces às crianças.

Afora estes esporádicos eventos e apesar de bem conservado e dos melhoramentos realizados, no Passeio Público a frequência a ele era moderada. Alguns procuravam justificar isso.

Ainda bem que o povo compreende as boas intenções que sempre inspiram o jornalista ao tratar dum fato como esse, e lastimável, do abandono do mais belo logradouro curitibano. Agora perfeitamente conservado, limpo e dotado de melhoramentos que lhe transformaram o aspecto um tanto antiquado, o Passeio Público é hoje um jardim moderno e digno de ser apreciado graças ao esforço do Sr. Antônio Comeno que há alguns anos exerce as funções de zelador. Compreende-se entretanto ser a falta duma banda de música ali aos domingos à tarde, a causa principal do afastamento do público. É uma causa facilíma de remover, bastando apenas a boa vontade de Prefeitura Municipal em interceder junto ao governo do Estado ou do comando da Região, para obter em cada domingo a presença duma das bandas de música da polícia e dos corpos federais.⁹²

⁹¹ A REPUBLICA. Curitiba, 27 set. 1911. p. 1.

⁹² Ibid., 25 mar. 1912. p. 1.

Em dezembro de 1912, com o retorno das bandas aumentou a freqüência ao Passeio. A afluência de populares, no entanto, pôs em evidência o despreparo do mesmo para abrigar grande número de visitantes, que se ressentiam da escassez de bancos e de água potável. Em 1913, devido aos trabalhos de remodelação da Praça Osório, o Passeio Público voltou a servir de espaço de lazer para a elite curitibana, que o elegeu “*para ponto predileto de recreio nas tardes de domingo*”.⁹³ A banda, que tocava das quatro às seis da tarde, animava o parque. Contudo, persistia a falta de bancos, pois os cerca de setenta existentes não eram suficientes para comportar os visitantes, o que não impedia a realização das tradicionais festas promovidas pelas associações beneficentes. O Grêmio Bouquet, formado pelas senhoras sócias do Clube Curitibano, previram para 9 de novembro de 1913, um *five-o-clock tea* e uma *garden-party*, a acontecer nos jardins do Passeio.⁹⁴



Festa promovida pelo Grêmio Bouquet, em 9 de Novembro de 1913, no Passeio Público
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

⁹³ Ibid., 27 maio 1913. p. 1.

⁹⁴ Ibid., 3 nov. 1913. p 2.

A utilização do espaço do Passeio Público de Curitiba pela população esteve diretamente ligada ao tipo de eventos realizados no local. As bandas representavam poderosos veículos de atração popular. Porém, suas apresentações, verificadas em todo o período por nós estudado, não tinham regularidade constante. À semelhança do que ocorria nos demais passeios do país, os acontecimentos inéditos eram capazes de garantir grande público. No entanto, à medida que vão sendo criadas outras áreas de recreio urbano, a população passa a dividir-se entre elas. As praças tornam-se opções de lazer. Remodeladas e ajardinadas, afirmaram-se como pontos de encontro para a população, especialmente nas calorosas tardes de verão do início do nosso século.

CAPÍTULO V

AS PRAÇAS NA URBANIZAÇÃO DE CURITIBA

No final do século XIX, a arborização do espaço urbano estava amplamente difundida, em Curitiba. A criação do Passeio Público representou o impulso inicial para a afirmação da nova paisagem urbana, que depois estendeu-se às ruas e praças, as quais passaram a ser decoradas com árvores e plantas ornamentais. Um dos grandes impulsionadores dessas modificações foi Taunay, o fundador do Passeio, em 1886. Para o Presidente da Província, mais que preocupar-se com um traçado uniforme e tradicional, a municipalidade deveria empenhar-se em *“conservar o maior número possível de largos e praças como áreas de saneamento da população e futuros locais ajardinados e arborizados formando “squares” e pontos de recreio”*.¹

5.1 CONSTRUINDO A PRAÇA: O VERDE E A FORMA

A sugestão de Taunay tinha sua razão de ser. Pela descrição do Dr. Victor do Amaral, conhecido morador da época, a Praça D. Pedro II (Praça Tiradentes), a principal da cidade, era um largo onde havia algumas palmeiras e vegetação rasteira, utilizada para a confecção de rústicas vassouras.² Por volta de 1887, segundo o médico, o comandante do regimento militar ordenou a seus subordinados a abertura de caminhos diagonais, que se cruzariam no centro da praça.

¹ BOLETIM do Arquivo do Paraná. Curitiba : DAMI, v. 19, n. 15. p. 8.

² ALBUQUERQUE, Mário M. *Curitiba que o meu tempo guardou*. Curitiba : Rocha, 1989. p. 29.

Inicialmente denominadas largos, as praças eram extensos descampados que serviam como ponto de passagem para os pedestres e cavaleiros, além de constituírem pasto para os animais. Conforme a cidade se desenvolvia, esses espaços foram ganhando importância dentro do meio urbano. A 20 de abril de 1885, dois meses após a inauguração da Estrada de Ferro Curitiba – Paranaguá, a Câmara Municipal autorizou Custódio José Martins a estabelecer no Largo da Estação (atual Eufrásio Correia) um quiosque móvel, com doze metros de frente e dez de fundos. Nele, seriam vendidos biscoitos, pães, doces, cerveja, além de charutos e cigarros.³ Da mesma forma, o comerciante Oliveira Marques desejava instalar seu negócio no mesmo largo, num dos cantos da Rua Sete de Setembro. Para isso, prontificava-se a assentar trilhos de ferro, desde sua loja até a junção com os trilhos da estrada de ferro.⁴ Contudo, o largo necessitava de muitas melhorias. No final desse ano, o jornal *Dezenove de Dezembro* indagava o porquê de não serem requisitados os serviços de presidiários para aterrar os banhados existentes no Largo da Estação.⁵

A imprensa ironizava a atuação da administração pública diante dos problemas das ruas e praças de Curitiba. Em janeiro de 1886, na coluna *Boatos*, o *Dezenove de Dezembro* comentou que, apesar de as autoridades noticiarem melhorias urbanas, “*anda um cento de Diógenes de lanterna em punho à procura do estado e aspecto novo e melhor da cidade, e já as candeias estão se apagando sem nada acharem, exceto a carangueijola da praça de D. Pedro 2º*”.⁶ Dois meses depois, a mesma coluna criticava

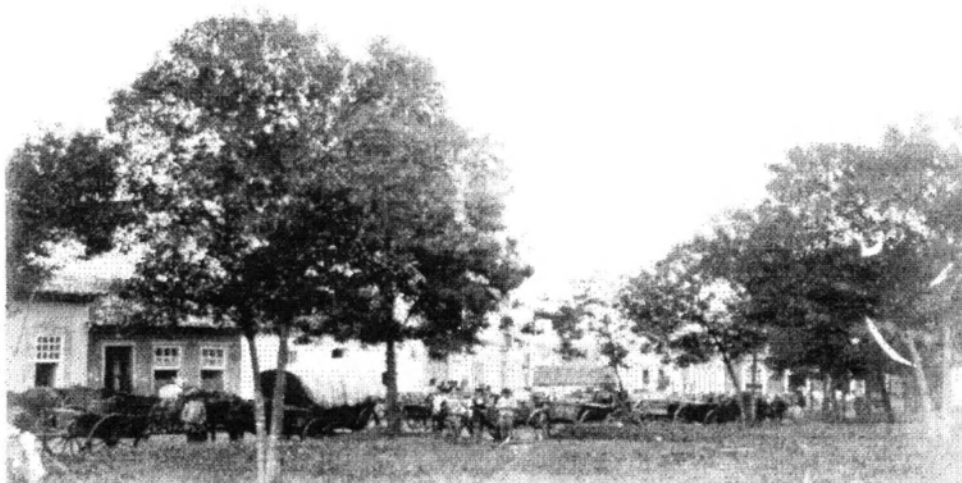
³ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada em 20 abr. 1885.

⁴ *Ibid.*, 30 jul. 1885.

⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 3 nov. 1885. p. 2.

⁶ *Ibid.*, 6 jan. 1886. p. 1-2.

uma tentativa de inauguração da praça, ainda em reformas, que passaria a chamar-se Largo Taunay.⁷ A denominação não vingou. A praça foi entregue à população em 25 de março de 1886, quando Taunay destacou *“a regularização de linhas e ordens, próprias do belo e majestoso templo, que se está construindo em uma das suas faces, do seu nome, e de um largo importante em uma capital civilizada”*.⁸ Com a construção da nova igreja matriz, a que se referiu o administrador, o entorno da praça sofreu modificações. Um pequeno deslocamento do templo, de seu lugar de origem, possibilitou a abertura da rua, conhecida até então, por Rua Fechada (atual José Bonifácio), e a Estrada da Graciosa (atual Barão do Serro Azul) teve que ser realinhada.⁹



Apesar das melhorias promovidas pela administração provincial de Taunay, a Praça Tiradentes, em 1900, continuava apresentando aspecto rústico. Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

⁷ Em 31 de março, a Câmara denominou Praça Dr. Taunay, o antigo Largo do Novo Quartel, localizado na atual Praça Osvaldo Cruz.

⁸ EXPOSIÇÃO com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo D'Escagnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exm.^o Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho – 1^o Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886. p. 80.

⁹ BERBERI, Elizabete; SUTIL, Marcelo Saldanha. Tiradentes : a praça verde da igreja. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba : v. 24, n. 120, jul. 1997. p. 15.

Nesse período, percebe-se uma preocupação do poder público de alinhar a parte sul da cidade. A 20 de janeiro de 1887, a Comissão do Quadro Urbano apresentou à Câmara, parecer a respeito da área compreendida entre os Largos General Osório e Misericórdia (atual Rui Barbosa), a partir da Rua Aquidaban (atual Emiliano Pernetá). De acordo com a comissão, o alinhamento deveria partir “*do canto da casa do Sr. Paulo Xavier a entroncar-se com a Rua dos Pinhais*”.¹⁰ Para que a modificação do traçado da rua fosse viável, seria necessária a desapropriação de algumas casas. Esperava-se, assim, proporcionar uma bela entrada para o Largo da Misericórdia, valorizando a vista do edifício da Santa Casa.¹¹ Ainda nessa época, foi proposta a ampliação do largo mandado abrir entre a Rua Aquidaban e Misericórdia, até a Visconde de Guarapuava.¹² Segundo a Comissão do Quadro Urbano, o largo deveria ocupar a quadra inteira, a fim de embelezar aquele lado da cidade. Além do mais, para o engenheiro João Lazzarini, responsável pela comissão, naquela parte da cidade não havia nenhum largo importante. Os largos Dr. Taunay e Ouvidor Pardiniho eram reduzidos e ficavam em terreno acidentado. O comentário de Lazzarini deve ter surtido algum efeito, pois, poucos dias depois, a Câmara propôs a desapropriação de terrenos no Largo Ouvidor Pardiniho por este estar quase nivelado.¹³ Em 15 de abril de 1887, Manoel José Pereira Junior, comandante do 3º Regimento de Artilharia a Cavaló, solicitou ao presidente da Província, Faria Sobrinho, permissão para aplainar o Largo da Misericórdia.

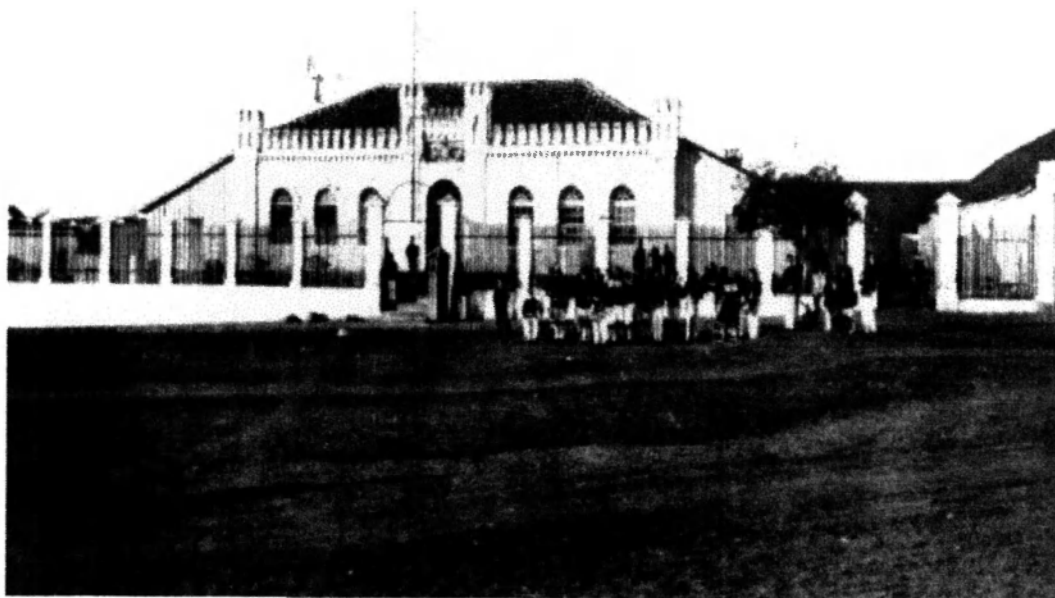
¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da sessão realizada em 20 jan. 1887.

¹¹ A construção do prédio da Santa Casa de Misericórdia foi iniciada em 1868, sendo responsável pelo projeto e supervisão da obra, o engenheiro alemão Gotlieb Wieland. Considerado um marco para a época, a Santa Casa foi inaugurada solenemente pelo Imperador D. Pedro II, em 22 de maio de 1880.

¹² CÂMARA... 5 mar. 1887.

¹³ Ibid, 26 mar. 1887.

Não existindo nas proximidades desta cidade uma só praça para nela se trabalhar em manobras de artilharia, o que dá lugar a fazer-se uma longa marcha para achar-se um campo apropriado para instituir as praças do Regimento naquele exercício e acontecendo que existe em frente, ao quartel deste regimento a praça da Misericórdia com espaço suficiente para estes trabalhos, mas que pelas circunstâncias dos acidentes do terreno é difícil fazer rodar as viaturas d'Artilharia e pelos muitos sulcos que também existem neste terreno...¹⁴



Quartel do 6º Regimento de Artilharia, localizado na Praça da República, atual Rui Barbosa, em 1906.

Autor: Frederico Lange/ Acervo: Museu Paranaense / Casa da Memória

O quartel ocupado pelo 3º Regimento era um antigo depósito de material bélico. Além dele, o Hospital Militar, construído nas últimas décadas do século XIX, a Igreja do Senhor Bom Jesus do Perdão e o convento, edificadas em 1901, compunham também o cenário da futura Praça Rui Barbosa. Havia ainda um olho d'água que,

¹⁴ Ibid, 16 abr. 1887.

canalizado na década de 1870, serviu para abastecer a fonte do antigo Largo do Mercado, atual Praça Zacarias.

Nesse largo, em 1871, foi construído um chafariz, que se tornou um marco para o logradouro. A obra foi proposta e dirigida pelo engenheiro Antônio Rebouças Filho, que utilizou torneiras vindas da Europa. O poste sextavado, para a colocação das torneiras foi encomendado a um profissional do próprio Estado e os trabalhos de cantaria ficaram a cargo do próprio Rebouças.¹⁵ A construção do chafariz melhorou a vida da população, que ia até o local para abastecer-se. Os aguadeiros também iam ali encher suas pipas, para depois vender a água.

Aos poucos, os largos e praças consolidaram-se dentro da malha urbana, e passaram a concentrar em seu contorno os mais nobres edifícios da cidade. Em julho de 1888, foi sugerida a transformação da rua correspondente à atual Sete de Setembro, desde a Praça Eufrásio Correia até pouco além da estação da estrada de ferro, em um *boulevard* que seria denominado Barão de Capanema.¹⁶ No ano seguinte, realizaram-se pequenas obras no Largo Dezenove de Dezembro e nas ruas próximas.

O Largo Dezenove, nessa época, era *“um vasto campo, com tremedais, que se estendia da rua da Assunguy às ruas Riachuelo e Garibaldi. O terreno era desnivelado e até 1885 um grande banhado dominava a maior parte da praça, principalmente no trecho entre as ruas Barão do Serro Azul, Ignácio Lustoza e Assunguy...”*¹⁷

¹⁵ HOERNER JR., Valério. **Ruas e histórias de Curitiba**. Curitiba : Artes & Textos, 1989. p. 60.

¹⁶ Câmara... 17 jul. 1888.

¹⁷ LEÃO, Ermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba : Graphica Paranaense, v. I, 1926. p. 1640.

Na última década oitocentista, visando dar maior simetria à Eufrásio Correia, a Intendência Municipal, de comum acordo com o Governo do Estado, autorizou a venda de parte de seu terreno, em hasta pública, bem como aqueles considerados devolutos, por pertencerem ilegalmente a políticos da época.¹⁸ A Intendência também encarregou-se de limpar a Praça Tiradentes, ação que lhe rendeu elogios por parte da população.

Gostei muito de ver a praça Tiradentes. Quase que não a reconheci. Em vão procurei por aquele matagal que dava-se ao luxo de ali crescer, causando inveja aos pelos do monge. Felizmente que já não existe essa triste herança da ex-câmara municipal, que, atacada de presbitismo, não via aquela vegetação luxuriosa que crescia mesmo na ponta de seu nariz. Ainda bem que ela, a praça, está agora asseada, o que devemos à Intendência e ao Brito. E cremos que doravante será sempre assim: podemos esperar vê-la no belo estado em que agora está. Na verdade era pena e era... feio, ver-se um dos lugares mais freqüentados da cidade quase que em condições de tapada. Podia apreciá-lo quem fosse amigo da caça, porque daquele mato, se não o abatessem tão depressa, garante-lhes que ainda saíam coelhos. Felizmente que em lugar de coelhos saiu a limpeza e viu-se um caranguejo andar para diante. O que já não é pouco, além da reabilitação de uma família inteira – a dos ciclometopes.¹⁹

A 24 de fevereiro de 1890, Vidal José de Siqueira requereu à Intendência a importância de Rs. 38:000, pelas 38 árvores que havia plantado na Praça Tiradentes. Nesse mesmo ano, várias ruas e largos de Curitiba tiveram seus nomes alterados. O Largo Taunay transformou-se em Praça 21 de Abril (atual Oswaldo Cruz), o Largo Dr. Faria, em Praça do Rosário (atual Praça Garibaldi), o Largo Senador Correia em Praça

¹⁸ A REPUBLICA. 10 abr. 1890. p. 2.

¹⁹ Ibid, 23 abr. 1890. p. 3.

15 de Novembro e o Largo do Mercado em Praça Municipal.²⁰ Percebe-se que há uma tendência em alterar-se a denominação desses espaços que, de largos, passaram a chamar-se praças. Apesar de relacionados, ao que parece a *praça* indicava certo grau de urbanização do local, algo mais do simples áreas abertas.

Na maior parte das vezes, as reformas ocorriam isoladamente, quando se faziam necessárias. A 5 de janeiro de 1892, o chafariz da Praça Eufrásio Correia necessitou da colocação de uma torneira de metal, devido ao desperdício de água que se fazia com a bica existente.²¹ Também em virtude da seca nesse período, foi construído um chafariz no Largo General Osório. As melhorias nas praças e largos prosseguiram. A 19 de fevereiro de 1892, Francisco Greca apresentou sua proposta para a calçada circular da Praça Tiradentes. Na mesma época, a fim de higienizar e aformosear a praça e demais largos de Curitiba, a Câmara mandou arborizar os mesmos, segundo prescrito da legislação.²² Aos poucos, as praças deixaram de ser apenas espaços vazios e passaram a integrar o cotidiano da população.²³

Em 1895, devido às péssimas condições em que estavam instaladas as repartições públicas estaduais, o governo achou por bem construir sua sede própria. O terreno escolhido para a construção do Palácio das Secretarias do Estado foi o Largo da Proclamação (atual Praça Carlos Gomes), o qual seria adquirido da municipalidade. O

²⁰ Ibid, 18 jun. 1890. p. 3.

²¹ CÂMARA... 5 jan. 1892.

²² Ibid, 11 abr. 1892.

²³ Algumas das praças, da época, foram posteriormente suprimidas da malha urbana. Foi o que aconteceu com a Praça Senador Correia, anteriormente chamada de Largo do Ventura, onde hoje se localiza o Terminal Guadalupe e a igreja do mesmo nome. Coberta de grama, estendia-se da Rua João Negrão até a atual Conselheiro Laurindo e era um dos limites da cidade. (SABÓIA, op., cit., p. 29).

projeto era gigantesco, devendo o edifício tomar toda a praça, formando quatro ruas.²⁴ Dois anos mais tarde, o local de construção foi transferido para a Praça Thereza Cristina (atual Santos Andrade), entre as ruas 15 de Novembro, Marechal Deodoro, João Negrão e Garibaldi. Contudo, o projeto acabou por não se concretizar.

A preocupação em aformosear as praças não se restringia apenas ao poder público, mas atingia também os próprios curitibanos. Tanto que, no final de 1895, os cidadãos Eduardo Manoel da Silva Coelho e Álvaro da Costa Miranda tiveram a iniciativa de abrir uma subscrição que estendeu-se a toda a população, em benefício do ajardinamento da Praça Tiradentes. Segundo a imprensa, que também se prontificou a receber donativos, após dois dias do início, a campanha já contava com Rs. 422\$000, possibilitando encomenda de grades de ferro para serem instaladas na praça. Estimava-se que os trabalhos ficariam prontos dentro de seis meses.²⁵

Em março de 1899, Antônio Justiniano Paquete e Manoel Joaquim de Vasconcellos, representantes dos moradores e proprietários de terrenos nos arredores da Praça General Osório, solicitaram à Câmara a construção de um mercado naquela praça, comprometendo-se a contribuir com a quantia de quinze contos de réis. A Comissão de Obras Públicas achou a medida desnecessária, devido à existência do Mercado Público na Praça Municipal. Porém, pretendendo não se opor “*ao progresso e as necessidades públicas*”, o oferecimento foi aceito, sendo aberta a concorrência para a referida obra.²⁶

²⁴ RELATORIO apresentado ao exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva – Governador do Estado do Paraná pelo Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho – Secretario de Obras Publicas e Colonisação em 28 de Outubro de 1895. Corityba, Imp. Paranaense, 1896. p. 18.

²⁵ A REPUBLICA. Curitiba, 29 dez. 1895. p. 2.

²⁶ ACTA da Sessão Extraordinaria da Camara Municipal da Capital. In: **Annaes da Camara Municipal de Curityba** – Sessões de 21 de Setembro de 1900 a 22 de Junho de 1901. Curytiba : Typ. D'A Republica, 1902. p. 59-60.

Até 1904, encontramos referências sobre a concorrência para a construção do mercado, mas a obra, contudo, não chegou a sair do papel.

No início do século, entre as obras realizadas na área urbana, verificaram-se consertos nos chafarizes das praças Dezenove de Dezembro e Zacarias, que também recebeu obras de calçamento e a construção de uma ponte sobre o rio Ivo em toda a sua extensão. Também foram construídos bueiros na Praça da República e colocadas sarjetas novas no Largo General Osório. Este era *“um extenso retângulo cortado ao meio pela linha de bondes que vinha da rua Comendador Araújo para a Avenida Luís Xavier. O espaço restante era recoberto de seixos rolados, bem alvos e inteiramente arborizado de álamos, árvores frondosas e bonitas, mais tarde erradicadas totalmente, segundo se dizia, por se haver descoberto que carregavam na base de suas folhas germes prejudiciais à saúde”*.²⁷

O ajardinamento da Praça Tiradentes, requerido pela população havia já a algum tempo, foi finalmente contratado, além do calçamento em volta do jardim. A previsão era de que estaria pronto dentro de quatro meses.²⁸ Era intenção da Câmara instalar naquela praça um monumento em homenagem ao Marechal Floriano, requerida pela Associação Cívica Marechal Floriano Peixoto. Tanto que, em 25 de junho de 1902, foi aprovado o decreto que regulamentou os gastos com o levantamento da estátua.

²⁷ SABÓIA, América da Costa. **Curitiba de minha saudade: 1904-1914**. Curitiba : Lítero-Técnica. p. 19.

²⁸ ACTA da Sessão de 22 de Março de 1902. In: **Annaes da Camara Municipal de Curityba – Sessões de 23 de Setembro de 1901 a 7 de Julho de 1902**. Curytiba : Typ. D`A Republica, 1903. p. 103-104.

Art. 1º Fica determinada a Praça Tiradentes para nela ser erigida a estátua do Marechal Floriano Peixoto. Art. 2º É autorizado o prefeito a despender, pela verba obras publicas em geral, a importância necessária para a colocação da pedra fundamental do monumento, no dia 29 do corrente. Art. 3º As despesas com o pedestal preciso para a colocação da estátua, correrão por conta desta municipalidade, devendo o Prefeito, de acordo com a diretoria da Associação, mandar organizar o orçamento e solicitar da Câmara a respectiva verba. Art. 4º Fica marcado o prazo de cinco anos para execução da presente lei.²⁹

Dois dias depois, foi lançada a pedra fundamental do monumento, com a participação das autoridades e da população. Também foi autorizado, ao prefeito, abrir concorrência para o calçamento da Rua do Rosário, Marechal Floriano, Praça Tiradentes. Um mês depois da aprovação do decreto, já eram visíveis as mudanças na praça. As aroeiras, consideradas impróprias para a arborização, “*em consequência de crescimento tortuoso e atraírem grande quantidade de insetos venenosos*”, começaram a ser substituídas por outras árvores.³⁰ Em agosto de 1902, Carlos Cavalcanti, a pedido da Associação Cívica, esteve no Rio de Janeiro, no atelier do escultor Bernardelle, para encomendar a estátua. Após solicitar as medidas da praça, o escultor sugeriu uma estátua em bronze, em pé, que custaria em torno de setenta a oitenta contos.

A instalação da estátua do marechal acelerou a urbanização da Praça Tiradentes. A 24 de setembro do mesmo ano, o Prefeito Luiz Xavier solicitou à Câmara autorização para completar o embelezamento da praça, com a contratação de uma empresa para a colocação de lâmpadas de arcos voltaicos, no que foi atendido. Além disso, em fins de

²⁹ ACTA da Sessão de 25 de Junho de 1902. In: **Annaes da Camara Municipal de Curityba** – Sessões de 23 de Setembro de 1901 a 7 de Julho de 1902. Curytiba : Typ. D’A Republica, 1903. p. 135-136.

³⁰ A REPUBLICA. Curitiba, 3 jul. 1902. p. 1.

outubro, estava previsto o calçamento de diversas ruas centrais da cidade, a partir da praça.³¹ No final de 1902, a imprensa noticiou os trabalhos realizados. O calçamento já ia adiantado, bem como os serviços de aformoseamento. *“Prosseguem, também, com atividade os trabalhos de embelezamento do centro da praça; presentemente estão sendo colocados meios fios nos passeios transversais e a terminação destes serviços virá coincidir com o do calçamento geral”*.³² Na ata de 22 de dezembro de 1902, Luiz Xavier prestou contas à Câmara, justificando a não conclusão das obras projetadas (que deveriam ter sido inauguradas em 19 daquele mês) devido às chuvas dos meses anteriores. Contudo, as melhorias já começavam a atrair comerciantes. Nessa mesma data, José Greca requereu licença, para construir um chalé na Praça Tiradentes, livre de impostos municipais, desejando explorar o local no espaço de dez anos. Em abril do ano seguinte, foram feitas experiências com a nova iluminação da praça, composta por grande focos voltaicos.

Paralelamente aos serviços de embelezamento do logradouro, continuou o empenho das autoridades e da Associação Cívica, para a construção da estátua. Muitos, inclusive, enviaram doações para adiantar a execução do monumento. A fim de agilizar a obra, foi organizada uma comissão especialmente para arrecadar donativos.

³¹ ACTA da Sessão em 24 de Setembro de 1902. In: Annaes da Camara Municipal de Curityba – Sessões de 23 de Setembro de 1902 a 20 de Julho de 1903. Curytiba : Typ. D' A Republica, 1903. p.8.

³² A REPUBLICA. Curitiba, 11 dez. 1902. p. 1.

O distinto oficial do exército e valente republicano alferes Joaquim Olegario da Silva, atualmente em S. Gabriel, enviou ao sr. Capitão Joaquim Ignácio Baptista Cardozo, presidente da associação “Floriano Peixoto” da qual é sócio, a quantia de dez mil réis para ser aplicada em benefício da ereção da estátua do Marechal. Essa quantia já se acha em poder do respectivo tesoureiro. No último balancete da associação cívica “Floriano Peixoto” que publicamos há dias, acha-se contemplado na receita, a quantia de 187\$000 réis do espetáculo dado em benefício da estátua.³³

Enquanto a Tiradentes era remodelada, outras praças também recebiam melhorias. As mais significativas foram efetuadas na Praça Eufrásio Correia, em virtude da exposição de produtos agrícolas ali realizada, em 19 de dezembro de 1903, marcando o Cinquentenário da Emancipação Política do Paraná. Esse grande evento, que atraiu diversos produtores de todo o Estado, além de jornalistas de várias partes do País, levou a administração pública a fazer uma série de reformas na praça, a fim de adequá-la à ocasião.

Na praça Eufrásio Correia foi necessário mandar fazer diversos melhoramentos para ser adotada a construção dos pavilhões para a exposição que a Sociedade Estadual de Agricultura inaugurou no dia 19 do corrente em comemoração ao cinquentenário da emancipação política do Paraná. Com os serviços já realizados, essa praça torna-se um excelente ponto de reunião, e com outros que se irão fazendo, para completar o seu aformoseamento, ficará esta transformada em magnífico logradouro público.³⁴

³³ Ibid, 26 dez. 1902. p. 2.

³⁴ ACTA da Sessão em 22 de Dezembro de 1903. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba** – Sessões de 22 de setembro de 1903 a 11 de Julho de 1904. Curytiba : Typ. D’A Republica, 1904. p. 43.

A exposição foi um sucesso e permaneceu até meados de 1904, quando foi inaugurado, na Tiradentes, o monumento em honra a Floriano Peixoto. A 6 de abril daquele ano, foi encaminhado à Câmara o requerimento de Silfredo de Moura Pedrosa, que se propunha a estabelecer um chalé para a venda de frutas na Praça Carlos Gomes. Pedrosa também se comprometia a ensaibrar e arborizar a praça, colocar bancos, no estilo da Praça Tiradentes. Em troca, Pedrosa esperava ficar isento de impostos por quinze anos. Diante dos benefícios que seriam realizados pelo requerente, a Câmara achou por bem aceitar a proposta de Pedrosa.³⁵

Nesse período, também foram incrementadas várias alterações na Praça General Osório, como a arborização de toda a avenida compreendida entre a Rua 15 de Novembro e a Estrada do Mato Grosso (atual Comendador Araújo), atravessando toda a praça. Muitas das árvores plantadas foram doadas por particulares, como os Srs. Fido Fontana e Fernando Hürlimann, que ofereceram trinta espécimes, cada um.³⁶ Em 21 de junho de 1904, a imprensa anunciava estarem concluídos os trabalhos de arborização da praça, restando a construção dos passeios, paralelos às “*aléas arborizadas*”. Os melhoramentos executados foram muito bem aceitos, tanto que a administração pública, que havia reservado parte do logradouro para a construção de um novo mercado, solicitação antiga dos moradores da região, decidiu estendê-los a toda área da praça.³⁷

³⁵ ACTA da sessão em 6 de Abril de 1904. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba** – sessões de 22 de Setembro de 1903 a 11 de Julho de 1904. Curytiba : Typ. D`A Republica, 1904. p. 69.

³⁶ A REPUBLICA. Curitiba, 14 jun. 1904. p. 2.

³⁷ ACTA da Sessão em 23 de Junho de 1904. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba** – Sessões de 22 de Setembro de 1903 a 11 de julho de 1904. Curytiba : Typ. D`A Republica, 1904. p. 77.

Ainda em 1904, Luiz Xavier, ao fazer a prestação de contas de seu primeiro mandato, que chegara ao fim, destacou os inúmeros trabalhos realizados nas diversas praças de Curitiba. A Tiradentes, que até então, segundo ele, não tinha nenhum melhoramento à exceção das árvores que nela existiam, foi completamente transformada. Foi feito o calçamento de todo o largo e substituída parte da antiga calçada que contornava o perímetro urbanizado. Este foi, parcialmente, terraplanado bem como revestido de saibro e pedregulho. Construíram-se valetas e bueiros e replantaram-se as árvores. Também foram colocados setenta e cinco bancos.³⁸

Assim como a Tiradentes, a Praça Eufrásio Correia foi remodelada. Para abrigar a grande exposição do cinquentenário, a Câmara providenciou o fechamento da praça com uma cerca pintada. A área macadamizada e revestida com pedregulho, também foi ajardinada e recebeu a instalação de bancos, próprios para o desfrute do local. Segundo a Câmara, a *“feia e intransitável”* Praça da Estação ficou em condições dignas do *“grande certamen”*.³⁹

Em relação à Praça Osório, recentemente remodelada, Luiz Xavier destacou os serviços de calçamento em torno da praça, terraplenagem e revestimento de toda a área com saibro e pedregulho, construção de calçada com lajes rejuntadas através do largo, calçamento entre os trilhos da linha de bondes que cortava a praça. Ainda estava prevista a instalação de lâmpadas de arco voltaico.⁴⁰ Em março de 1905, foi notificada à Câmara a conclusão do embelezamento da Praça Osório.

³⁸ ACTA da sessão ordinária em 22 de Setembro de 1904. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba – 1904/1908**. Sessões de 21 de Setembro de 1904 a 11 de Julho de 1905. Curytiba : Typ. D’A Republica. p. 5-6.

³⁹ Ibid, p. 5.

⁴⁰ Ibid, p. 6.



Praça Osório, em 1905, após a remodelação realizada pelo Prefeito Luiz Xavier
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

Aos poucos, os principais logradouros iam se delineando. Outras praças, à época não tão significativas, como a Zacarias e Santos Andrade, tiveram parte de sua área calçada. Também estavam previstas diversas obras para a Praça Carlos Gomes.

Sabemos por estes poucos dias vão ser encetados os melhoramentos na Praça Carlos Gomes. Para este fim já se estão organizando os respectivos orçamentos e plantas. Sabemos mais que presidirá ao embelezamento desta praça, um estilo inteiramente diverso dos que têm sido adotados nas demais praça ultimamente beneficiadas pela municipalidade. O primeiro serviço será a canalização do rio Ivo que, como se vê, diariamente está desbarrancado, seguindo-se a construção de um bellissimo jardim, com plantação de flores, etc.⁴¹

⁴¹ A REPUBLICA. Curitiba, 4 fev. 1905. p. 2.

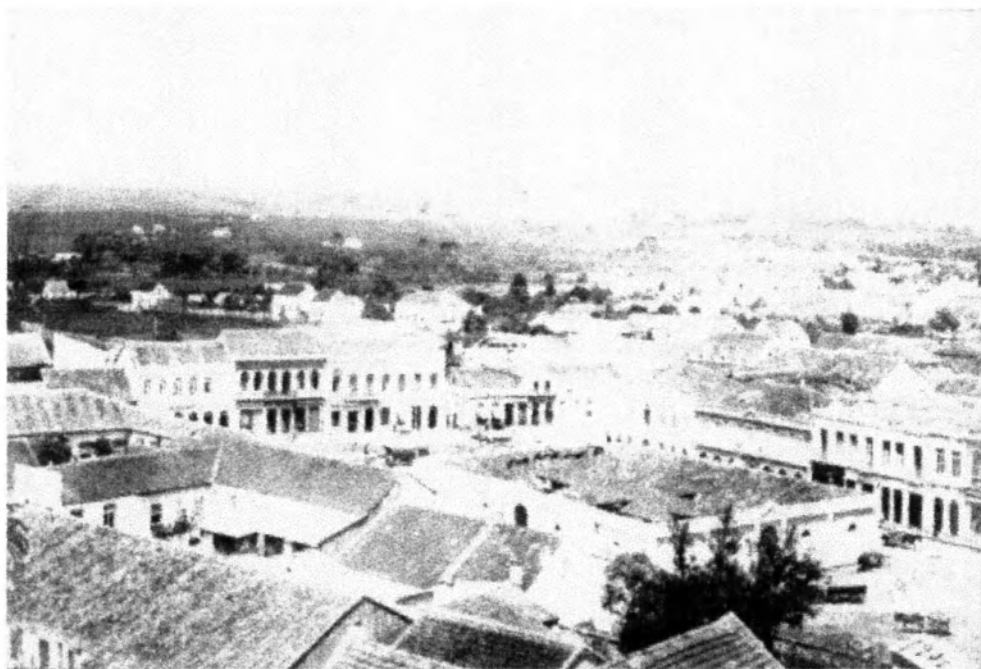
As obras tiveram início, somente em abril de 1906, com a canalização do rio Ivo. Às suas margens seriam plantadas diversas árvores que dariam “*um aspecto pitoresco à referida praça*”. Os moradores da Rua Marechal Deodoro, entre as ruas Dr. Murici e Marechal Floriano, animados com as melhorias a serem realizadas na praça, procuravam conseguir a abertura de uma rua que, acompanhando o rio Ivo, ligasse a Rua Dr. Murici à Praça Carlos Gomes.⁴² Em agosto a imprensa anunciou que o pedido havia sido atendido. As obras para abertura da rua e de embelezamento das margens do rio Ivo começariam em poucos dias. A preocupação com a beleza natural também pode ser observada com a determinação de que fosse mantido o grande carvalho existente na “*embocadura da nova via publica, na parte referente à praça Carlos Gomes...*”⁴³

Nesse mesmo período, teve início a reforma do Mercado Municipal, que se tornara pequeno para abrigar o grande número de comerciantes e consumidores. Além do que, o prédio onde funcionava o mercado, desde 1874, estava em péssimas condições. Era pequeno e nem sequer tinha banheiros. A nova realidade do início do século exigia edificação de um novo Mercado Público. “*A nova construção, que aproveitará em parte o atual Mercado de solida estrutura, obedecerá ao que de melhor existir no gênero, preenchendo todas as condições de higiene e estética, como os de que já estão dotadas muitas das principais cidades brasileiras*”.⁴⁴

⁴² Ibid, 26 abr. 1906. p. 1.

⁴³ Ibid, 25 ago. 1906. p. 2.

⁴⁴ Ibid., 30 abr. 1906. p. 1.



Praça Municipal, atual Generoso Marques. À direita, vê-se o prédio do Mercado, concluído em 1874 e reformado em 1906. Foto do início do século.
Coleção Júlia Wanderlei / Acervo: Casa da Memória

Para a execução da obra, foi lavrado um contrato entre a Prefeitura e o Coronel Brazilino Moura, conhecido comerciante da época. Caberia a Moura dotar a cidade de um estabelecimento moderno, digno do progresso da capital. A nova construção aproveitaria parte do mercado já existente, devendo estar de acordo com as normas de higiene e estética. Com a reforma, terminada no final de 1906, o prédio sofreu uma completa reestruturação. Em seu interior, foram instalados diversos *apartments* para conter o comércio, além de sanitários públicos. A fachada do prédio recebeu novo frontão.⁴⁵

⁴⁵ Ibid. 28 dez. 1906. p. 2.

A remodelação dos logradouros teve continuidade na segunda gestão de Luiz Xavier como prefeito de Curitiba. Em 22 de junho de 1906, ele manifestou à Câmara seu interesse em dar prosseguimento às melhorias das praças Carlos Gomes e Eufrásio Correia. Quando concluídas, seria a vez das Praças da República e Santos Andrade.⁴⁶ No ano seguinte, fizeram-se obras de infra-estrutura na Praça da República, melhorando seu aspecto. A praça foi nivelada e recebeu serviços de terraplenagem. Logo após, foi lançada a pedra fundamental da Igreja do Senhor Bom Jesus, na Praça da República. Talvez, este tenha sido um dos motivos para os melhoramentos executados no logradouro.⁴⁷

Na mesma época, o rio Ivo foi fechado com abóbada de alvenaria, na parte correspondente à Praça Carlos Gomes. Com as reformas, esta praça foi, pouco a pouco, se afirmando como um dos pontos de lazer curitibano. Com o serviço de arborização e de macadamização, a Carlos Gomes transformou-se em um pitoresco logradouro. Foram colocadas quatro lâmpadas de arco voltaico, para iluminar o local em dias de festa, além de beneficiar as ruas próximas à praça.⁴⁸

Em dezembro de 1908, o Diretor de Obras Públicas, Ernesto Guaita, alertou a municipalidade sobre a necessidade de construir-se um Palácio e Teatro Municipais, para suprir a carência de edifícios imponentes, na capital. Segundo o engenheiro, o local ideal seria a Praça Santos Andrade.

⁴⁶ ACTA da Sessão em 22 de Junho de 1906. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba** – Sessões de 22 de Setembro de 1905 a 11 de Julho de 1906. Curytiba : Typ. D`A Republica. p. 79-80.

⁴⁷ A REPUBLICA. Curitiba, 2 jul. 1907.

⁴⁸ Ibid, 24 jul. 1906. p.2.

[...] na esquina fronteira às obras atualmente em construção para, suponho eu, a ereção do Palácio do Governo do Estado. Ficaria o resto da praça Santos Andrade, circunscrito pelos prolongamentos das ruas 15 de Novembro, João Negrão, Senador Laurindo e com uma área suficiente para a construção e um jardim que comunicaria com o atual Passeio Público, por uma avenida arborizada e ajardinada em prolongamento de rua Senador Laurindo.⁴⁹

A proposta de Guaita ia mais além. As duas construções sugeridas por ele deveriam ocupar a parte mais baixa do terreno da praça. Os subterrâneos que viessem a surgir destas modificações poderiam servir como depósito de material do corpo de bombeiros de um lado e, do outro, haveria um lugar reservado para a instalação de um circo eqüestre. Novamente, o projeto ficou só no papel.

Além das obras realizadas, havia a preocupação em manter conservadas as *squares* curitibanas. Em 1908, foi contratado um mesmo zelador para as praças Tiradentes, Eufrásio Correia, Carlos Gomes, General Osório e Dr. João Candido. Cabia a ele manter limpo e conservado o logradouro, reformar e pintar os bancos. Nas praças 19 de Dezembro, República e 15 de Novembro, era feita apenas uma limpeza geral.

A administração do Prefeito Joaquim Pereira de Macedo (1908-1912) representou um dos períodos mais profícuos para o desenvolvimento das praças e largos de Curitiba. Diversas obras foram realizadas nessas áreas, em alguns casos alterando completamente a feição dos logradouros. Por solicitação do Diretor da Escola de Aprendizes e Artífices, o centro da Praça Carlos Gomes foi aplainado “*de modo a permitir que possam ali ser efetuados pequenos exercícios esportivos pelos alunos*

⁴⁹ RELATORIO apresentado pelo Director das Obras Publicas Municipaes, Dr. C. Ernesto Guaita. In: Acta da Sessão de 22 de dezembro de 1908. *Annaes da Camara Municipal de Curytiba*. Curytiba : Typ. D'A Republica. p 51.

daquele estabelecimento e outros que desejarem aproveitar".⁵⁰ A arborização foi alterada, formando uma dupla alameda paralela aos passeios.

A Praça Tiradentes, por ser a mais central, recebeu atenção especial. Segundo Joaquim Macedo, havia muito que esta praça necessitava de reformas, "*pois o que ali se via, era apenas um bosque de árvores destituídas de beleza e impróprias para uma praça central*".⁵¹ A demora em remodelar a Tiradentes foi justificada pela ausência de uma fiscalização adequada contra os malfeitores. Com este objetivo foi criada a Guarda Civil. E, para embelezar a praça, foram contratados os serviços do jardineiro Antonio Alberto. Em 15 de abril de 1912, em mensagem à Câmara, o prefeito comunicou o término das obras de ajardinamento da praça, partindo-se então para o ensaibramento dos passeios. Além disso, estava quase pronto um dos dois chafarizes que serviriam para ornamentar o logradouro e, ainda em projeto, a construção de um coreto para alegrar as tardes de domingo da população, com a apresentação de bandas. Pensando nisso, também foi aumentado o número de bancos, que receberam pintura nova.

⁵⁰ A REPUBLICA. Curitiba, 26 maio 1911. p. 2.

⁵¹ ACTA DA SESSÃO em 15 de Janeiro de 1912. In: **Annaes da Camara Municipal de Curytiba – Sessões de 21 de Outubro de 1911 a 30 de Julho de 1912.** Curytiba : Typ. do Diario Official, 1912. p. 29-30.



O chafariz e o coreto, já concluídos na Praça Tiradentes. Década de 1910.
 Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

Para essa remodelação, muitas árvores tiveram que ser suprimidas, para dar lugar aos novos canteiros, o que acabou gerando uma grande polêmica na cidade. Certos representantes da imprensa, inconformados com o “desmatamento” da Tiradentes, organizaram um abaixo-assinado em protesto: *“Exmo. Sr. Prefeito municipal da capital. Os abaixo-assinados, representantes da imprensa da capital, foram surpreendidos hoje coma noticia e depois com a verificação de que estão sendo barbaramente sacrificadas arvores plantadas para decoração da Praça Tiradentes, goso e higiene pública”*.⁵² A indignação dos jornalistas seguia adiante, ressaltando o tempo que o arvoredado levou para crescer e sua utilidade como refrigerio para a população, nos dias quentes. Joaquim Macedo, por sua vez, argumentou que agiu em nome da estética e do ordenamento urbano, tendo transformado a praça num dos *“logradouros mais apraziveis da capital”*.⁵³ A boa imagem do logradouro, aliada a sua localização central,

⁵² A REPUBLICA. Curitiba. 4 nov. 1911. p. 1.

⁵³ MENSAGEM de 21 de Setembro de 1912. In: *Administração Municipal de Curitiba no quadriennio 1908–1912* – Prefeito Joaquim Pereira de Macedo. Curitiba : Livraria Economica. 1912. p. 10.

fez com que a Praça Tiradentes se tornasse o ponto único para a passagem de todas as linhas de bondes elétricos que estavam para ser implantados em Curitiba.⁵⁴

Para a Praça Osório também reservaram-se melhorias. A 25 de julho de 1912 foi dado início aos trabalhos de ligação da Avenida Vicente Machado com a Avenida Luiz Xavier e Rua 15 de Novembro. Para isso, foram retiradas algumas árvores.

Os álamos ali plantados há 6 anos estão tombando ao impulso vigoroso dos trabalhadores que descampam o jardim, abrindo espaço para o eixo da Avenida Vicente Machado que em prolongamento à rua 15 de Novembro e Avenida Luís Xavier se estenderá numa reta de 4 Kilômetros, desde o alto do Poplade aos confins da cidade. Sabemos que em lugar dos álamos sacrificados, serão plantados plátanos, muito mais ornamentais e sem os inconvenientes reconhecidos naquela essência florestal. A avenida a construir cortará transversalmente a Praça Osório e depois de concluída apresentará uma das mais belas perspectivas que ao nosso visitante seja dado gozar.⁵⁵

Um ano depois (1913) estava pronta a planta do novo jardim da Praça Osório, elaborada por um arquiteto de nome Michel, e enviada ao prefeito de Curitiba, o engenheiro Cândido de Abreu. De acordo com a imprensa, a planta tinha um belo efeito estético e conservava a perspectiva das ruas. Pela planta, a Rua 15 se prolongaria até a Avenida Vicente Machado, de forma retilínea.⁵⁶

⁵⁴ MENSAGEM de 15 de julho de 1912. p. 269-270. In: **Administração Municipal de Curitiba no quatriennio 1908-1912** – Prefeito Joaquim Pereira de Macedo. Curitiba : Livraria Economica, 1912. p. 269-270.

⁵⁵ A REPUBLICA. Curitiba, 25 jul. 1912. p. 1.

⁵⁶ Ibid, 4 mar. 1913. p. 2.

As modificações desenvolvidas nos logradouros públicos surpreendiam visitantes, como Nestor Vitor, que havia muito não vinham à capital do Paraná e ainda tinham na memória a Curitiba de antanho.

Também, próximo à rua Quinze de Novembro, transformou-se completamente a praça Tiradentes, antigo largo da Matriz. Ela vai ser o ponto central dos bondes elétricos, e já hoje é dos logradouros mais atraentes ali. Está no seu centro a estátua do Marechal Floriano, único monumento público existente por enquanto em Curitiba. Em breve vai-se erigir um outro ao barão do Rio Branco. Ainda há pouco inauguraram-se os melhoramentos realizados naquele local, lindamente ajardinado, com duas piscinas de cimento, em que há vivos repuxos, e com bonito coreto de ferro para as bandas de música.⁵⁷



Praça Tiradentes em 1915. Em meio à arborização, destacam-se, no canto direito, chafariz e, ao centro a estátua do Marechal Floriano.
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

⁵⁷ VÍTOR, p., cit., p. 124.

A cidade expandiu-se, também, para o lado leste, com a ajuda de obras importantes realizadas naquela região. A 31 de agosto de 1913, foi lançada a pedra fundamental da Universidade do Paraná, na Praça Santos Andrade. Acontecimento inusitado, também para todo o Brasil, a festa revestiu-se de solenidades, contando com a presença da elite e da população em geral. Na praça foi armado um tablado para as autoridades que logo cedo chegavam ao local. Às 10 horas chegou o Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti. Teve início, então, a assinatura da ata, na qual autoridades, docentes e discentes da universidade e jornalistas deixaram seu nome gravado para a posteridade. Após a leitura da ata, esta foi guardada em um cofre, *“juntamente com exemplares dos jornais do dia, do regulamento e programas da universidade, lista dos lentes e alunos e exemplares de todas as moedas metálicas circundantes no país”*.⁵⁸ O cofre foi encerrado em uma cavidade existente na fachada principal, que foi coberta por um bloco de granito.

O projeto original do prédio da universidade era de Guilhermino Baeta de Faria, e destinava-se a um terreno que a universidade possuía na esquina das ruas Carlos de Carvalho e Visconde de Nácar. Com a doação do terreno situado na Praça Santos Andrade, pela Prefeitura, o projeto teve que ser refeito, com o auxílio de outros profissionais.⁵⁹

⁵⁸ A REPUBLICA. Curitiba, 1 set. 1913. p. 1.

⁵⁹ Em 1892, José Francisco da Rocha Pombo havia solicitado à municipalidade, um terreno para edificar o edifício da universidade, mediante isenção de imposto, sendo-lhe concedido, inicialmente o terreno no Largo Ouvidor Pardinho. Contudo, a construção acabou por se efetivar mais tarde. De acordo com a Câmara, em 1892, foi-lhe concedido o terreno situado no Largo Thereza Christina, compreendido pelas ruas 15 de Novembro, João Negrão e Marechal Deodoro. (CÂMARA... 31 dez. 1892).

Uma das alterações mais significativas foi a mudança da escadaria, na entrada principal voltada para a Santos Andrade.⁶⁰



Universidade do Paraná. Na foto, de aproximadamente 1914, aparece o primeiro edifício, com frontão e escadaria originais.
Acervo: Casa da Memória

Para a realização da obra, foram contratados Bortolo Bergonze e Carlos Dietzche. À medida que as salas eram concluídas, o prédio era ocupado. Em junho de 1914, o sobrado da Comendador Araújo, onde funcionou inicialmente a universidade, foi abandonado.⁶¹ Terminada a primeira etapa da construção, em 1916, todo o prédio já estava sendo utilizado. Nesse meio tempo, foi organizado um comitê Pró-Universidade,

⁶⁰ GONÇALVES JUNIOR, Antonio J. Universidade Federal do Paraná : um edifício e sua história. In : **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba., v. 24, n. 122, dez. 1997. p. 8.

⁶¹ A Universidade do Paraná foi oficialmente criada em 19 de dezembro de 1912, e funcionou primeiramente em um casarão alugado, localizado na Rua Comendador Araújo, n. 42. Atualmente, a edificação foi tombada pelo Patrimônio Histórico fazendo parte do Omar Center Shopping. (Ibid., p. 10)

a fim de arrecadar donativos para a conclusão da obra. Em 12 de junho de 1916, o comitê solicitou à diretoria do *Internacional Foot Ball Club* a autorização para realizar uma festa esportiva no seu *ground*, no dia 7 de setembro do mesmo ano, no que foi prontamente atendido.⁶²

Assim como a Universidade, outras edificações de destaque começaram a ser construídas em Curitiba, na década de 1910, alterando a configuração do meio urbano, que passou a contar com prédios de maior porte. Em 1913, o Mercado Municipal, transferido para a Praça 19 de Dezembro, dava lugar ao Paço Municipal, primeira sede da prefeitura. O objetivo era criar diversos pequenos mercados, em várias zonas da cidade. O da Praça 19 de Dezembro achava-se concluído em 14 de abril do ano seguinte.⁶³



Mercado Público da Praça 19 de Dezembro, construído em 1913. Foto de 1914.
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória.

⁶² A REPUBLICA. Curitiba. 12 jun. 1916. p. 1.

⁶³ ANNAES da Camara municipal de Curitiba – Sessões de 15 de Outubro de 1913 a 24 de Julho de 1914. Curitiba : Typ. d' A Republica. 1914. p. 156.

A construção, em forma de chalé, deixou recordações. *“Antigamente nesse mesmo local havia um bem montado mercado que abastecia uma grande parte da cidade. Esse mercado devido ao declive do terreno tinha uma enorme muralha de pedras, com escadas de concreto e corrimão de ferro”*.⁶⁴

Nesse período, as obras do Paço Municipal desenvolviam-se rapidamente. *“Do antigo mercado apenas resta a parte externa para melhor proteção da obra. O interior está sendo removido para os terrenos municipais próximos ao Cemitério, onde construirá as estrebarias e depósito dos carros do lixo, irrigador e automóveis de carga”*.⁶⁵ Juntamente com as obras de construção da futura sede da prefeitura, a Praça Municipal foi palco de manifestações cívicas em homenagem ao Barão do Rio Branco. Desde seu falecimento, em 1912, que os curitibanos vinham acalentando a idéia de erigir um monumento em sua homenagem. O ideal se concretizou apenas dois anos depois, em 19 de dezembro, com grande solenidade.

Paralelamente às obras do Paço Municipal, a prefeitura implementou diversas melhorias espalhadas pela cidade. Contudo, os espaços mais visados foram as praças, que sofreram diversas remodelações. *“No projeto organizado pela Prefeitura para o ajardinamento da praça Carlos Gomes se destaca a construção de um grande lago com uma cascata artificial, onde serão colocados casais de cisnes brancos e pretos”*.⁶⁶

Em julho de 1914, os canteiros da Praça Osório estavam delineados e a base para a instalação de uma fonte ornamental, já concluída. Também estava em construção uma

⁶⁴ BISCAIA, Evaristo. **Coisas da cidade**. Curitiba : Requião, 1951. p. 18.

⁶⁵ ANNEXOS à acta da Sessão em 15 de Outubro de 1914. In: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba** – Sessões de 15 de Outubro de 1914 a 29 de Julho de 1915. Curitiba : Typ. d'A Republica, 1915. p. 11.

⁶⁶ A REPUBLICA. Curitiba, 26 maio 1914. p. 1.

coluna de granito para a colocação de um relógio, além de ter sido encomendado um coreto. Na Praça Eufrásio Correia também estava prevista a instalação de uma fonte central, a ser importada da Europa. Quanto aos trabalhos no Passeio Público, o desenvolvimento das obras esbarrava na represa particular dos Bittencourt e na impossibilidade de macadamização das ruas próximas.⁶⁷ Em outubro do mesmo ano (1914), a Comissão de Melhoramentos instituída por Candido de Abreu prestou contas à Câmara, sobre as reformas realizadas nas praças. O coreto da Osório já chegara da Europa, faltando a fonte ornamental que viria a ser colocada no seu centro, além do mictório. Na Carlos Gomes, ultimavam-se os detalhes do lago artificial.

Para auxiliar na arborização dos logradouros, foi criado o Horto Municipal. Em 31 de dezembro de 1914, havia 23.437 mudas para a ornamentação urbana de Curitiba. Segundo relatórios da época, já tinham sido plantados 982 espécimes em diversas ruas. Nas praças Carlos Gomes e Osório, havia 1.223 árvores.

A Primeira Guerra Mundial prejudicou o andamento das obras. Alguns elementos decorativos encomendados na Europa, como um grupo de estátuas de bronze para a Praça Osório, não podiam ser embarcados para o Brasil, dificultando o término das remodelações dos logradouros públicos, que só puderam ser plenamente concluídos em 1916. Entretanto, em janeiro de 1915, o coreto de ferro e a coluna de granito, a serem instalados na praça, estavam prontos. Também foram terminados os trabalhos da Praça Carlos Gomes. Este logradouro recebeu um jardim do tipo inglês, enfeitado com o lago artificial contendo espécies *escolhidos* da fauna. A Praça 19 de Dezembro teve seu

⁶⁷ ACTA da Sessão de 13 de julho de 1914. In: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba** – Sessões de 15 de Outubro de 1913 a 24 de Julho de 1914. Coritiba : Typ. d' A Republica, 1914. p. 191-192.

passeio externo revestido de lajes de pedra. Na Eufrásio Correia, ainda estavam em andamento os serviços de ajardinamento e pavimentação, concluídos em abril do mesmo ano. A fonte ornamental ainda não havia chegado da Europa.⁶⁸



Praça Eufrásio Correia. 1915, após trabalhos de remodelação. À direita, a estação da estrada de ferro. À esquerda, os hotéis Tassi e Roma.
Coleção Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

A Praça Zacarias, frequentemente esquecida pelos administradores, também foi alvo de reformas. Pretendia-se estabelecer ali um mercado-feira, “*sistema muito usado no mundo inteiro, com guarda-sóis desmontáveis*”.⁶⁹ Também seria instalado um

⁶⁸ ACTA da Sessão de 15 de Janeiro de 1915. In: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba** – Sessões de 15 de outubro de 1914 a 29 de Julho de 1915. Coritiba : Typ. d’A Republica, 1915. p. 73-74.

⁶⁹ ACTA de 15 de Julho de 1915. In: **Annaes da Camara Municipal de Coritiba** – Sessões de 15 de Outubro de 1914 a 29 de Julho de 1915. Coritiba : Typ. d’A Republica, 1915. p. 275.

quiosque para venda de jornais e revistas. As aléias internas seriam cimentadas para permitir a patinação. No centro da praça ficaria a herma do Conselheiro Zacarias, modelado pelo escultor Lacombe e fundido na Fundação Indígena do Rio de Janeiro.

Uma das últimas obras realizadas na gestão de Cândido de Abreu, e uma das mais significativas, foi o Paço Municipal ou da Liberdade, como ficou conhecido, inaugurado em 24 de fevereiro de 1916. O imponente prédio, hoje ocupado pelo Museu Paranaense, foi um marco para a época. Construído em estilo eclético e com detalhes neoclássicos e art-nouveau, o edifício valorizou a área e alterou a disposição dos imóveis situados na praça. Alguns tiveram que ser desapropriados para a abertura de ruas como a atual Prof. João Moreira Garcez.⁷⁰

Todas essas alterações feitas nas praças curitibanas, desde o final do século XIX até meados da década de 1910, não representavam atos isolados, mas faziam parte de um contexto modernizador, que visava embelezar a cidade. De simples áreas abertas, que serviam de pasto aos animais, as praças foram transformadas em espaços ornamentados em cujo interior foram instalados monumentos e objetos decorativos, emoldurados pelo verde. O grau máximo de valorização aconteceu na gestão do prefeito Cândido de Abreu. Até mesmo as praças que menos reformas tinham sofrido, como a Zacarias, foram remodeladas. Mais do que nunca, esses espaços integraram-se às atividades urbanas, atraindo a população das mais variadas formas. O *verde* transmitia ares de modernidade, ordenamento e beleza a esses locais, transformando-os em ambientes convidativos para a realização de importantes eventos, como manifestações patrióticas, religiosas, ou ainda, para um simples passeio ao ar livre nas tardes de verão.

⁷⁰ BOSCHILIA, Roseli. Cores da cidade : Riachuelo e Generoso Marques. In: **Boletim Informativo Casa Romário Martins**. v. 23, n. 110, mar. 1996. p.20.

5.2. NOVOS ESPAÇOS, NOVOS USOS

Com a evolução urbana de Curitiba, nas últimas décadas do século XIX, as praças, até então em maioria grandes campos sem atrativos, tiveram suas configurações e funções alteradas, transformando-se em importantes espaços dentro da trama urbanística da capital. Passaram elas a representar o poder e a grandeza de uma cidade, não apenas por sua beleza, mas também pela maneira com que esses espaços eram utilizados pela administração pública e pelos habitantes.

Durante o período colonial as praças eram o principal centro de afluência da população, desempenhando múltiplas funções. O arquiteto Murillo Marx aponta para a existência da praça ante os adros das igrejas: *“A praça como tal, para reunião de gente e um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas”*.⁷¹

Com o crescimento das cidades, a função da praça sofreu algumas alterações. Elas mantiveram-se como pólo de atrações recreativas (como espetáculos circenses e quermesses) e cívico-políticas (como homenagens a Tiradentes, à Proclamação da República, protestos populares e paradas militares). No entanto, à medida que as praças ganhavam forma e beleza, os circos se retiraram para os terrenos baldios, enquanto outras atividades recreativas assumiam esses espaços. Sobressaíram, então, as apresentações musicais, presenças marcantes nos diversos eventos efetuados nas praças, sacralizadas através do coreto.

A urbanização dessas áreas também fez com que certos usos se sobrepusessem a outros, que acabaram sendo eliminados. O principal deles foi o uso militar que, como

⁷¹ MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo : Melhoramentos, 1980. p. 50.

coloca Murillo Marx, simplesmente desapareceu de nossas praças.⁷² Até o início deste século, porém, as paradas militares constituíam-se em acontecimentos marcantes para uma sociedade recentemente republicana, cujos sentimentos patrióticos afluíam. Além do mais, nesse período, como as cidades careciam de grandes áreas abertas, os largos eram essenciais para manobras militares e desfiles. Alguns desses espaços, inclusive, foram criados com esta finalidade.⁷³

Até 1885, a Praça Tiradentes, que ostentava o nome de Largo D. Pedro II, foi classificada pelo Presidente Taunay como um poteiro de animais, indicando o descaso da municipalidade com a principal praça da cidade. Nesse período, o logradouro era utilizado para exercícios militares do 2º e do 3º Regimentos de Artilharia, comandados pelo tenente-coronel Pereira Júnior. Para facilitar o treinamento, foram abertos caminhos, a partir dos cantos até o centro da praça. Apesar das condições precárias do espaço, as manobras revestiam-se de brilho e galhardia, com a formação de baterias compostas por “12 canhões Krupp com os respectivos condutores e 12 seções de artilheiros, revelando nas diversas evoluções regular instruções”.⁷⁴ Com as sucessivas remodelações da Tiradentes, esta função passou para outras praças, mais distantes, como a atual Santos Andrade, a Praça Osório e, principalmente, a atual Praça Rui Barbosa que, a partir de 5 de junho de 1890, foi denominada Praça da República, consagrando-se naquele período como praça cívica.⁷⁵

⁷² Ibid., p. 53.

⁷³ Ibid., p. 53.

⁷⁴ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 18 jan. 1885. p. 2.

⁷⁵ As praças cívicas eram praças regulares localizadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional. MARX, 1980. p. 53.

A vastidão das praças garantia as mais variadas formas de uso do espaço. Tanto que, ao final do oitocento, era comum nesses lugares a apresentação de companhias circenses. Em Curitiba, cidade que poucas opções de entretenimento oferecia a seus habitantes. Sempre tendo o apoio da imprensa da época, estes eventos constituíam-se em grandes acontecimentos sociais.

Chegou à esta capital a companhia de cavalinhos dirigida pelo nosso conhecido amigo e diretor Luiz Durand, que espera merecer, como já mereceu, a proteção do respeitável publico desta capital. Traz como novidade o artista português Serafim Gomes, denominado o rei da corda bamba, que tantos aplausos tem merecido nas diversas capitais da Europa, como Paris, Hamburgo, Dresde, Milon, etc, etc. O rival de todos os palhaços conhecidos até hoje. BENEDICTO! BENEDICTO! BENEDICTO! Brevemente estréia da companhia. Largo Zacarias.⁷⁶

Em 21 de abril de 1890, a Praça Tiradentes foi alvo de grande comemoração, em homenagem ao “*glorioso proto-mártir*” que deu nome ao logradouro. A praça achava-se “*vistosamente enfeitada, apresentando um aspecto agradabilissimo*” e, logo ao alvorecer, “*ao mesmo tempo que subia ao ar uma girândola de foguetes, tocava a banda do 8º regimento o Hino Nacional.*”⁷⁷ Em seguida, partiu dali uma procissão cívica que percorreu diversas ruas da cidade, acompanhada de grande número de pessoas, enquanto na praça uma banda de música tocou até a noite, quando o logradouro foi todo iluminado a *giorno*.

⁷⁶ Ibid. 2 mar. 1886. p. 3.

⁷⁷ A REPUBLICA. Curitiba, 23 abr. 1890. p. 2.

Para celebrar a Proclamação da República, em 15 de Novembro daquele mesmo ano, novamente foi organizada uma passeata, sendo a Tiradentes um dos pontos de passagem, além das ruas Riachuelo, Rosário e Aquidabam. O trajeto foi ornamentado com bandeiras e arcos confeccionados com folhagens. Mais uma vez, a praça foi festivamente iluminada.⁷⁸

Em 27 de setembro de 1894, teve início uma das maiores solenidades religiosas já realizadas na Praça Tiradentes, quando da instalação da Diocese de Curitiba e da posse do seu primeiro bispo, D. José de Camargo Barros. Nesse dia, as autoridades municipais trabalharam desde cedo para receber D. José, ornamentando as ruas por onde Sua Excelência deveria passar. A Tiradentes também foi decorada. Nas torres da Catedral foram hasteadas as bandeiras nacional e pontificia, e ao lado, os pavilhões francês e espanhol. Voltados para o templo, colocaram-se as bandeiras da Itália e de Portugal. Circundando a Catedral, quarenta bandeiras representando as demais nações complementavam o cenário. De uma torre a outra, em uma grande faixa branca, lia-se: “O povo paranaense saúda o príncipe da Igreja Curitiba.” No interior do templo, 100 pequenos estandartes de seda, multicoloridos, davam um ar festivo à ocasião.

Às 3 horas da tarde do mesmo dia, a queima de uma grande girândola e o repicar de sinos anunciavam a chegada da autoridade eclesiástica e avisavam que a população deveria dirigir-se à estação da estrada de ferro. “*Sairam da Matriz cerca de 80 meninas vestidas de branco, acompanhadas pelo coadjutor da Paróquia e Desembargador*

⁷⁸ Ibid, 18 nov. 1890. p. 2.

*Ermelino de Leão. Na frente uma das meninas conduzia um estandarte de seda, onde se lia: 'Ecce sacerdos magnus' ”.*⁷⁹

Quando D. José desembarcou, foram queimadas grandes quantidades de girândolas, e a banda do 2º corpo de polícia de São Paulo deu uma salva de vinte e um tiros. Em seguida, teve início a caminhada até a Catedral, a qual durou uma hora, dificultada pelo grande número de pessoas que compareceram à estação. Chegando ao templo, o bispo orou por dez minutos, retirando-se logo a seguir para o chalé, junto à catedral, que lhe serviria de residência e de palácio.

A Diocese foi instalada em 30 de setembro do mesmo ano. A cerimônia começou à 1 hora da tarde, com uma procissão que saiu da Igreja do Rosário, em direção à Catedral. A importância do acontecimento traduziu-se pela imponência da procissão.

Sua Ex. Rvma. acolitado pelos Rvmos. Padres Alberto Gonçalves Manoel Geraldo de Souza, João Baptista de Oliveira e José Gonçalves, vinha debaixo de riquíssimo pálio, cujas varas seguravam o Coronel Marinho, Comandante do Distrito, tendo ao lado o seu estado maior, e os membros do Supremo Tribunal de Justiça. O préstito seguiu pelas ruas do Rosário, 15 de Novembro, 1º de Março e Praça Tiradentes, que se achavam, como no dia da chegada de S. Exa. caprichosamente ornamentadas.⁸⁰

O ato solene prosseguiu na porta de entrada da Catedral, com a execução do hino nacional. A grande aglomeração de pessoas, estimada em cerca de 15.000 pessoas,

⁷⁹ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA NA SUA HISTÓRIA. Curitiba : Arquidiocese de Curitiba. p. 17.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 18.

prejudicou a entrada na igreja, e muitos tiveram que ficar de fora. Antes de adentrar ao templo, D. José ajoelhou-se diante do Padre Vigário, beijando um crucifixo. Em seguida, Sua Excelência aspergiu com água benta a todos os presentes, sendo depois incensado pelo Padre Vigário. Após esse ato solene, a cerimônia continuou no interior da igreja, quando foram entoados hinos e rezadas orações à padroeira. Terminados os ritos litúrgicos, D. José tomou assento, dando seu anel a beijar, ao clero e à população em geral. Somente ao final da tarde, pôde o bispo retirar-se.



Posse do 1º Bispo Diocesano. Dom José de Camargo Barros. Praça Tiradentes, em 30 de setembro de 1894.

Coletânea Júlia Wanderley / Acervo: Casa da Memória

Uma das grandes atrações do ano de 1895 foi a chegada do Circo Europeu, de propriedade de Paulo Serino. Estabelecendo-se no Largo Osório, o circo permaneceu por dois meses animando as noites e matinês dos curitibanos. Pelos comentários da imprensa, no entanto, havia muito que esta companhia vinha a Curitiba. “*Sem fazer*

grandes reclames, mas confiando nos seus méritos e nos aplausos que há mais de 20 anos tem recebido dos paranaenses, o festejado artista Paulo Serino fez estreiar sábado ultimo a sua grande companhia, colhendo verdadeiro sucesso".⁸¹ O comércio local também procurava beneficiar-se desses eventos. O proprietário da Confeitaria Universal, Roberto Bube, através do Jornal A República, comunicava a instalação do "Botequim do Bube", junto ao circo, oferecendo doces, bebidas, comidas frias e, a grande novidade, "*os apetitosos schopps, bebida nunca vinda ao Paraná!*"⁸²

Malabaristas, ginastas, amestradores de animais, palhaços, encenações teatrais. Esses acontecimentos constituíam-se em um grande chamariz de público. As funções ocorriam várias vezes por semana. Os artistas, reverenciados, chegavam a ser motivo de divergências entre os frequentadores do circo.

Felizmente tem reinado a melhor ordem no recinto do circo; até hoje não se tendo dado ali o menor distúrbio, o que é motivo para felicitar-se às autoridades civis e militares, bem como aos seus subordinados, pela correção do serviço na manutenção da ordem. Quanto à manifestação dos partidários, é justo que se diga que de maneira alguma podem agradar as pateadas à esta ou àquela artista, propositalmente, porquanto cada uma trabalha no seu gênero, com satisfação para a generalidade dos espectadores. Que os partidários cubram de ovações as suas artistas prediletas, é de todo digno de aplausos porque lhes serve isso de estímulo; mas o que não achamos justo, é que os trabalhos das artistas que são desafetas a um grupo, sejam perturbados por assuadas e outras manifestações de desagrado, de que elas não podem ser merecedoras, por quanto são boas artistas e trabalham diferentemente, cada uma em seu gênero.⁸³

⁸¹ A REPUBLICA. Curitiba, 6 ago. 1895. p. 1.

⁸² Ibid, 4 ago. 1895. p. 3.

⁸³ Ibid, 13 ago. 1895. p. 1.

Em dias distintos, cada “musa circense” era ardorosamente homenageada por seu fã-clube, que durante a sessão lhe dedicava poemas, flores e presentes. Uma forma de retribuição da companhia, pelo tratamento acolhedor que recebiam, era a realização de espetáculos beneficentes, como o que ocorreu em prol da Santa Casa, pouco antes de o grupo retirar-se da capital paranaense, em setembro de 1895.

Em outubro do mesmo ano, a imprensa noticiava um dos entretenimentos mais inusitados em Curitiba, anunciando a apresentação de uma “Companhia Tauromachica”, instalada na Praça Thereza Christina.

A realização de touradas, contudo, não era novidade em terras curitibanas. Os comentários tecidos pelos jornais, quanto à organização do evento e o comparecimento regular do público, denunciavam a presença de eventos como esse em Curitiba, em períodos anteriores.

Realizou-se anteontem a estréia da companhia de que é diretor o toureiro José Vieira. A função começou fora da hora, bastante tarde. A praça estava regularmente cheia, pois é uma das maiores que temos visto neste gênero de circo. É preciso, porém, que todas as tábuas sejam repregadas, pois apesar da comodidade, notamos que as arquibancadas, não estavam muito firmes, sendo o madeiramento um tanto fraco. A primeira parte da função desagradou, pois os touros negavam-se aos trabalhos, e eram naturais de bom gênio. Além disso os artistas estavam muito encaiporados e a direção dos trabalhos não era nada regular. À segunda parte, um como que “brio” se apoderou dos toureiros e touros, havendo de parte a parte excelentes sortes, boas quedas admiráveis e cornadas que arrancaram aplausos.[...] ⁸⁴

⁸⁴ Ibid, 29 out. 1895. p. 1.

Apesar das críticas iniciais, a companhia permaneceu até dezembro, atraindo grande número de espectadores e enriquecendo suas apresentações. A República, de 15 de dezembro de 1895, anunciava um variado programa, composto por bandarilhamento de touros, a interessante prova de força de um homem, conhecido por Hércules, que deveria sustentar um arranque de quatro cavalos “bem nutridos”, e ainda arrastar vinte homens dos “mais forçosos”. Os preços para assistir ao espetáculo variavam entre os lugares reservados, diferenciando-se entre aqueles que ficavam na sombra ou os que ficavam no sol. Ao final das apresentações, geralmente, abria-se espaço para os chamados “profanos”, aventureiros que saltavam para o picadeiro a fim de arriscar-se a domar o touro à unha.

No final do ano, o desmoronamento das arquibancadas construídas para os espectadores prejudicou as apresentações. O desastre valeu uma acirrada pendenga entre Pedro Falce, responsável pela construção da praça, e o engenheiro Carlos Barromei, chefe da 1ª seção da Secretaria de Obras Públicas da Secretaria de Estado, acusado de ter liberado o local, estando ele sem as condições de segurança adequadas.

Nos anos seguintes, novas companhias tauromachicas visitaram Curitiba, sempre estabelecendo-se na Praça Thereza Christina. Em 1897, a companhia de João Vieira retornou à cidade. Desta feita, para incrementar o espetáculo, Vieira anunciava uma corrida de quatro touros trazidos da Fazenda Cambuguy, além de artistas vindos diretamente do Rio de Janeiro.⁸⁵ Também estavam previstas apresentações de pantomimas, como encerramento do programa. A imprensa, procurando evitar novo desastre, alertava para a solidez da praça de touros, solicitando à prefeitura uma vistoria

⁸⁵ Ibid, 1º jan. 1897. p. 4.

do local. Contudo, não há notícias sobre a ocorrência de algum acidente. Em abril do mesmo ano, estreou a empresa J. Romero & Comp.

Os circos eram presença marcante em Curitiba. Em 23 de outubro de 1898, estreou no Largo Osório a Companhia Equestre dos Irmãos Temperani. A concorrência de público foi grande para assistir trapezistas, ginastas, acrobatas e palhaços.⁸⁶ Talvez tenha sido a preferência da população pelos trabalhos circenses o motivo de o construtor André Petrelli desejar “*edificar um circo permanente destinado a espetáculos e funções públicas com jogos de corridas e outros, na Praça Carlos Gomes*”.⁸⁷ A Comissão de Obras Públicas, para onde Petrelli enviou sua solicitação, requereu ao construtor a planta do prédio que seria edificado, a fim de poder dar seu parecer.

Paralelamente às atividades recreativas, as praças abrigavam importantes atividades religiosas. Em Curitiba, as procissões eram freqüentes e sempre atraíam muitos devotos. A da Semana Santa era uma das mais concorridas. Realizada durante a madrugada, a procissão percorria as principais ruas da cidade, acompanhada pela banda de música do exército. O barulho de foguetes e o repicar dos sinos complementavam o ritual religioso⁸⁸. Um dos itinerários, iniciava-se na Praça Tiradentes, passando pela 1º de Março, 15 de Novembro, Riachuelo, São Francisco e Barão do Serro Azul.

A partir da virada do século, as praças, mais ordenadas e embelezadas, passaram a ser utilizadas pelas bandas que, com maior freqüência, animavam as tardes de

⁸⁶ Ibid, 25 out. 1898. p. 2.

⁸⁷ ACTA da Sessão Ordinaria da Camara Municipal do dia 24 de Setembro de 1900. In: **Annaes da Camara Municipal de Curityba** – Sessões de 21 de Setembro de 1900 a 22 de Junho de 1901. Curytiba: Typ. d' A Republica, 1902. p. 5-6.

⁸⁸ A REPUBLICA. Curitiba, 31 mar. 1902. p. 2.

domingo. A matinê musical na Praça Tiradentes tornou-se acontecimento obrigatório para a população, atraindo o *footing* para esses locais.

Nas praças menos centrais, predominavam os exercícios militares, como a 7 de Setembro (atual Carlos Gomes) e o Largo Ouvidor Pardinho. A Praça da República, sem arborização, era o logradouro das festividades militares por excelência. Para a comemoração de 15 de Novembro de 1901, estava prevista uma grande festa cívica, ao estilo do exército:

Para festejar a grande data da proclamação da República, os corpos da guarnição formarão em parada depois d'amanhã às 11 horas do dia, na Praça da República, constituindo uma brigada mista sob o comando do coronel Olympio da Fonseca; depois de passada a revista pelo sr. General comandante do distrito, as forças marcharão em continência, o 6º Regimento dará a 2ª salva do estilo, e em seguida, farão uma passeata militar pelo centro da cidade. As bandas de música tocarão alvorada em frente ao quartel general e palácio do governo, percorrendo depois diversas ruas da capital. À noite todos os quartéis e mais estabelecimentos militares, iluminarão as suas fachadas.⁸⁹

A partir da construção da Capela do Senhor Bom Jesus, em 1901, a Praça da República passou a comportar festividades religiosas. Por ocasião do encerramento das Missões, em 2 de março do ano seguinte, os grupos católicos de Curitiba, provenientes das diversas igrejas da capital, reuniram-se na referida capela, ao lado da qual foi levantado o grande cruzeiro, símbolo das Missões.⁹⁰ Em seguida, o Padre Jordão fez um

⁸⁹ Ibid., 13 nov. 1901, p. 2.

⁹⁰ As Missões, até os dias de hoje, constituem-se em uma série de eventos religiosos (palestras, pregações, missas), organizado pela Igreja Católica, com o objetivo de reavivar a fé dos fiéis.

sermão de despedida, concluindo com a bênção papal, bem como a de todos os objetos levados pelos fiéis.⁹¹

Um dos grandes acontecimentos de 1902, foi o assentamento da pedra fundamental do monumento em memória ao Marechal Floriano, na Praça Tiradentes. O evento, revestido de grande solenidade, ocorreu no domingo de 29 de junho, atraindo grande massa popular que, à 1 hora da tarde, lotava a praça. Também estavam presentes o Regimento de Segurança e o 39º Batalhão de Infantaria, ambos postados na lateral do logradouro. Para completar a representação militar, chegou, a cavalo, o General Roberto Ferreira, comandante do Distrito. Logo em seguida, começou a cerimônia. *“O busto do marechal, em belíssimo andor, conduzido por quatro membros da Associação Cívica, passou pela frente das duas guardas de honra, recebendo as devidas continências, sendo colocado ao centro da Praça sobre uma coluna de madeira”*.⁹² Logo depois, em uma padiola conduzida pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, vice-presidente do Estado, Carvalho Chaves e Arthur Cerqueira, secretários de finanças e o coronel Ribeiro de Macedo, presidente da Câmara, foi transportada a pedra fundamental, base da futura estátua. A pedra, de granito, havia sido extraída das jazidas de Rio Negro.

Após chegar ao ponto determinado, a mesma foi colocada sobre uma mesa. Desta feita, tomou a palavra o Prefeito Luiz Xavier, entregando oficialmente ao capitão Joaquim Ignacio e ao presidente da Associação Cívica Marechal Floriano Peixoto a pedra e o local onde esta seria instalada. Em seguida foi lavrada uma ata pela Associação Cívica, a qual recebeu a assinatura das autoridades e além de senhoras, e

⁹¹ Ibid, 28 fev. 1902. p. 2.

⁹² Ibid, 30 jun. 1902. p. 1.

senhoritas, ali presentes. A ata, jornais da véspera e moedas de prata, cobre e níquel, foram depositados em uma urna, que foi devidamente lacrada e colocada na cripta. Em seguida, Emiliano Pernetta proferiu discurso exaltando a figura do Marechal de Ferro. Para encerrar a comemoração, uma passeata acompanhou o busto do Marechal até o Conservatório de Belas Artes, na Praça Carlos Gomes, quando Xavier leu o decreto que substituiu as denominações das ruas São José, Rosário e Ipiranga, pelo nome de Marechal Floriano Peixoto.

O desejo de atribuir ares de modernidade a Curitiba, condizentes com a situação de prosperidade econômica gerada pela erva-mate, desde fins do século XIX, desencadeou, em 1903, a realização de um dos mais importantes acontecimentos ocorridos em terras paranaenses. Foi realizada, na Praça Eufrásio Correia, uma exposição de produtos naturais, industriais, agrícolas e pastoris paranaenses, que contou com a participação de diversos municípios do Paraná. A exposição foi promovida pela Sociedade de Agricultura, que tinha como presidente o Sr. Octavio do Amaral, como secretário, Romário Martins e, como tesoureiro, Brazilino Moura. O acontecimento já tinha data certa. Seria em 19 de dezembro, em comemoração ao cinquentenário da Emancipação Política do Paraná. Além dessa homenagem, a exposição pretendia promover a preparação oficial da representação dos produtos do País para a Exposição Universal de S. Luiz, nos Estados Unidos e, por último, inventariar as riquezas naturais, industriais e artísticas do nosso meio.⁹³ A exposição exigiu meses de organização. Em agosto, a imprensa noticiava o andamento dos trabalhos, bem como a escolha do local.

⁹³ Ibid, 17 out. 1903. p. 1.

Estão bem encaminhados os trabalhos preparatórios da exposição a abrir-se nesta capital a 19 de dezembro do corrente ano. Em breves dias terá começo a construção do grande pavilhão central da exposição, que, está acertado, se realizará na Praça Euphrasio Correia. Na ultima sessão das comissões na sede da Sociedade de Agricultura, ficou resolvido pôr-se em concurso o desenho da medalha comemorativa do 50º aniversário da instalação da Província do Paraná e a organização de um livro sobre o Estado. Em outra parte desta folha publica o Sr. Secretário da exposição os editais dos concursos.[...] ⁹⁴

A Impressora Paranaense foi encarregada de litografar os desenhos de vários pavilhões, com o respectivo orçamento, para serem distribuídos aos municípios do estado, que deveriam escolher aquele que cada qual construiria.

Em setembro, a Câmara Municipal de Entre Rios manifestava sua adesão ao evento, o mesmo acontecendo com Ponta Grossa, Guarapuava e Paranaguá. Além dos municípios, algumas colônias mostraram-se interessadas. A colônia polonesa iria construir um pavilhão próprio para instalar seus produtos. Também nesse período, tiveram início as obras na Praça Eufrásio Correia, com a construção do pavilhão central e de três municipais. Esperava-se que, dali alguns dias, a praça estivesse toda cercada por *delicado gradil*, encomendado pela Prefeitura da capital. ⁹⁵

A expectativa da conclusão dos trabalhos de ordenamento da Eufrásio Correia chamava a atenção de todos, que observavam os melhoramentos que iam surgindo no logradouro. *“Ora é o plano de ajardinamento que se alarga, em artísticos contornos, ribando aqui, ali descendo em esplanadas; ora um novo pavilhão que se alevanta em*

⁹⁴ Ibid, 10 ago. 1903. p. 1.

⁹⁵ Ibid, 18 set. 1903.

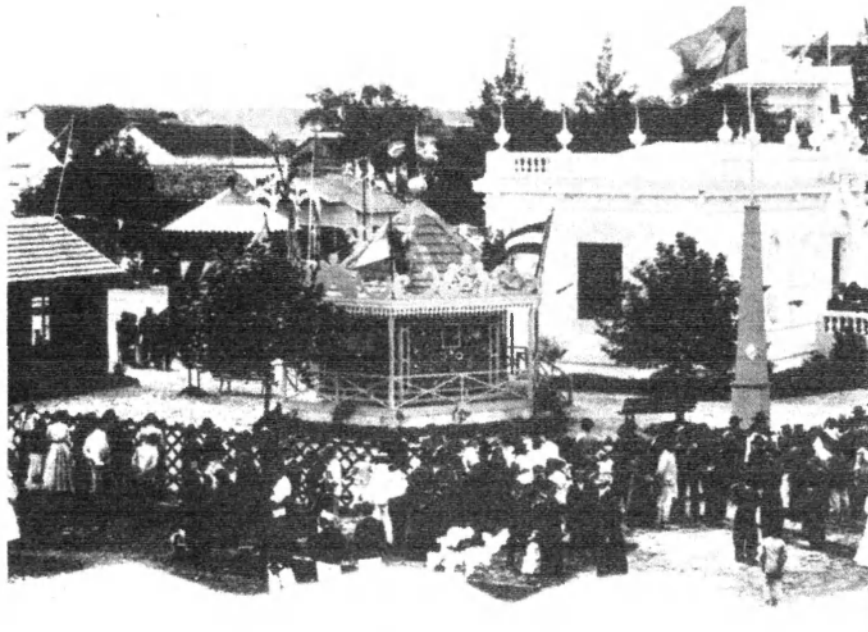
novo colorido, fechando o quadrilátero, elevando as flechas dos lambrequins".⁹⁶ Foram construídos dois pavilhões-restaurantes, além de um quiosque colocado entre eles. Apesar da vastidão da praça, para alguns, o espaço parecia pequeno devido ao número excessivo de pavilhões, impedindo inclusive que flores e grama fossem plantados.

Em 14 de dezembro de 1903, às vésperas da inauguração da exposição, Curitiba recebeu, festivamente, diversos jornalistas vindos de outras partes do Brasil, para noticiar o evento. Para recebê-los na estação, repleta de curiosos, estava formada a banda do 13º de cavalaria.

O programa para a inauguração da exposição já vinha sendo divulgado antecipadamente pela imprensa. Para a abertura, no dia 19 de dezembro, seria realizada uma sessão inaugural, à 1 hora da tarde, no edifício do Congresso, localizado ao lado da exposição. Esse ato solene estaria reservado apenas para as autoridades e jornalistas. Ali, seria executado o Hino do Cinquentenário, seguido de um discurso proferido pelo Dr. Octavio do Amaral. Logo após, ouvir-se-ia o Hino do Paraná, cantado pelas alunas do Conservatório de Belas Artes e moças das Sociedades Teuto-Brasileiras. Então, far-se-ia a entrega das medalhas comemorativas do cinquentenário às autoridades e à imprensa, e o público se dirigiria à Praça Eufrásio Correia, para a abertura do grande evento. Na porta do pavilhão principal, o Governador do Estado e o representante do Governo Federal desatariam o laço simbólico, ao som do Hino Nacional. Só seria permitida a entrada de populares após às 4 horas da tarde.⁹⁷

⁹⁶ Ibid, 9 dez. 1903. p. 1.

⁹⁷ Ibid, 18 dez. 1903. p. 1.



Exposição paranaense de 1903, realizada na Praça Eufrásio Correia. Os diversos Pavilhões espalhados pela praça permaneceram até o ano seguinte, atraindo multidões.

Fotógrafo: Max Kopf / Acervo: Família Groff

A grande afluência da população, não só da capital, mas também do interior e do litoral, complementou a beleza do espetáculo. Até as 8 horas da noite, a Praça Eufrásio permaneceu apinhada de pessoas, curiosas diante de tantas novidades. Nos pavilhões de entrada estavam expostos objetos de decoração, como belas mobílias, louças da fábrica de Colombo, tecidos finíssimos e obras de arte. Distinguiam-se os pavilhões dos municípios, como o de Antonina, Paranaguá, São José dos Pinhais e Castro. Também foram instalados barracões de perfumaria e erva-mate, além da seção pastoril, com magníficos animais das “*raças cavalar, bovina, lanígera e suína*”.⁹⁸ Também foi inaugurado no parque da Exposição um salão de concertos, estreado pela Companhia de Arte e Bioscope Inglês, do Sr. José Fellipi. O comércio local também se fez presente, expondo seus produtos.

⁹⁸ Ibid. 21 dez. 1903. p. 1.

Para facilitar o acesso da população ao local, a Companhia Ferro Carril estabeleceu, a partir de 23 de dezembro de 1903, uma linha de bondes, denominada “Exposição”, que partiria todas as tardes, da Praça General Osório.

A exposição adentrou o ano de 1904, sempre com grande comparecimento de público. No início desse ano, foram nomeadas as comissões para julgar os produtos exibidos no evento: *“Tais produtos foram divididos em grupos segundo o regulamento da Exposição, servindo em cada um deles três julgadores, que apresentaram seu laudo até o dia 14 do corrente, cabendo à diretoria a distribuição dos prêmios segundo a classificação das comissões”*.⁹⁹ O júri conferiu três grandes prêmios às indústrias Mueller & Filhos, Hoffmann & Comp. e Zacarias de Paula & Comp., proprietários das fábricas de fundição e mecânica, tecidos e louça.

Após o término da Exposição, o espaço foi franqueado à população que continuou a freqüentá-lo. Em 11 de abril de 1904, a imprensa noticiava o funcionamento diário de um carrossel, além de fonógrafo e de um cosmorama. Para animar as tardes, uma banda de música tocava das 5 horas em diante e, aos domingos e feriados, da 1 hora da tarde até as 10 horas da noite.

Em maio do mesmo ano (1904), foi inaugurada uma coleção zoológica com cobras e macacos, no pavilhão central da exposição. A curiosa exposição de répteis foi provavelmente trazida da Praça Municipal, pois pouco antes estavam ali em exposição um grande número de cobras de diversos países, de propriedade do Sr. Reni. A inusitada e interessante exibição atraiu grande número de visitantes, recebendo, especialmente,

⁹⁹ Ibid, 8 jan. 1904. p. 1.

grupos de colégios e corporações. Pela grande afluência, a permanência da exposição foi prolongada.¹⁰⁰

Na Praça Eufrásio Correia, para abrilhantar esta exposição de animais, estava prevista a subida do balão “monstro de tamanho”, dirigido pelo aeronauta Mister Lanphon. Os visitantes também poderiam usufruir do carrossel mecânico, ao som da banda do 39º Batalhão de Infantaria, e dos serviços do botequim oferecido pelo parque.¹⁰¹

Paralelamente aos eventos realizados na Praça Eufrásio Correia, os demais logradouros continuaram a servir de espaço para a exibição de touradas, circos e as consagradas bandas na Praça Tiradentes. No entanto, a partir de 1904, esta última foi o logradouro escolhido para as diversas manifestações populares contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, que concedia a Santa Catarina parte do território paranaense. A partir de julho, um farto noticiário sobre os inúmeros protestos ocorridos na Tiradentes permearam as páginas dos jornais. Apesar da insatisfação que o movimento gerou entre os habitantes, a questão serviu para unir as diferentes classes sociais de Curitiba. Dessa forma, houve protestos organizados pelos estudantes, pelos empregados do comércio e por diversos grupos étnicos, como os poloneses e italianos. Associações recreativas organizaram uma passeata cívica, a partir da Praça Tiradentes.¹⁰²

A inauguração da estátua em homenagem ao Marechal Floriano, em 19 de dezembro de 1904, foi outro acontecimento de destaque ocorrido na Tiradentes. Dias

¹⁰⁰ Ibid, 9 maio 1904. p. 2.

¹⁰¹ Ibid, 21 maio 1904. p. 3.

¹⁰² Entre as associações participantes da passeata estavam o Clube Curitibano, a Associação Curitibana dos Empregados do Comércio, a Sociedade Protetora dos Operários e o Clube dos Atiradores Alemães.

antes, a imprensa noticiava o programa. A solenidade teria início às 11 horas da manhã, na Praça Municipal, de onde partiria o préstito formado pela Associação Cívica Marechal Floriano e demais sociedades, colégios e escolas que ali comparecessem. Em seguida, se faria uma passeata, acompanhada pela banda do 13º Regimento, percorrendo as ruas 15 de Novembro, 1º de Março, Marechal Deodoro e Marechal Floriano, até a Tiradentes. Lá chegando, aguardariam as autoridades municipais, estaduais e federais. Ao meio-dia, a estátua seria descortinada pelo Presidente do Estado, sendo dadas as salvas de estilo pelas forças de artilharia e infantaria. Em seguida, as bandas executariam o Hino Nacional. A estátua seria entregue oficialmente pelo Capitão Joaquim Ignácio, presidente da Associação Cívica, à municipalidade, na pessoa do Prefeito Luiz Xavier.¹⁰³

A multidão, composta também, por gente do interior, que veio prestigiar a inauguração da estátua, permaneceu no local até o fim do dia, ao som da *retraite* da banda do 13º Regimento de Cavalaria, que executou um repertório bem variado. À noite, segundo a imprensa, o logradouro apresentava-se como um “parque oriental”, pela “*profusão de luzes esbatidas na álaire folhagem do arvoredos...*”¹⁰⁴ A partir de 1904, a estátua do marechal receberia homenagens anuais, especialmente no dia 29 de junho, data do falecimento de Floriano Peixoto.

¹⁰³ A REPUBLICA. Curitiba, 17 dez. 1904. p. 2.

¹⁰⁴ A Praça Osório, nessa noite, também foi fartamente iluminada a luz elétrica, recebendo igualmente grande número de passeantes. (Ibid., 20 dez. 1904. p. 1).



Homenagem ao Marechal Floriano, na Praça Tiradentes, em 1908.
Coleção Júlia Wanderley / Casa da Memória

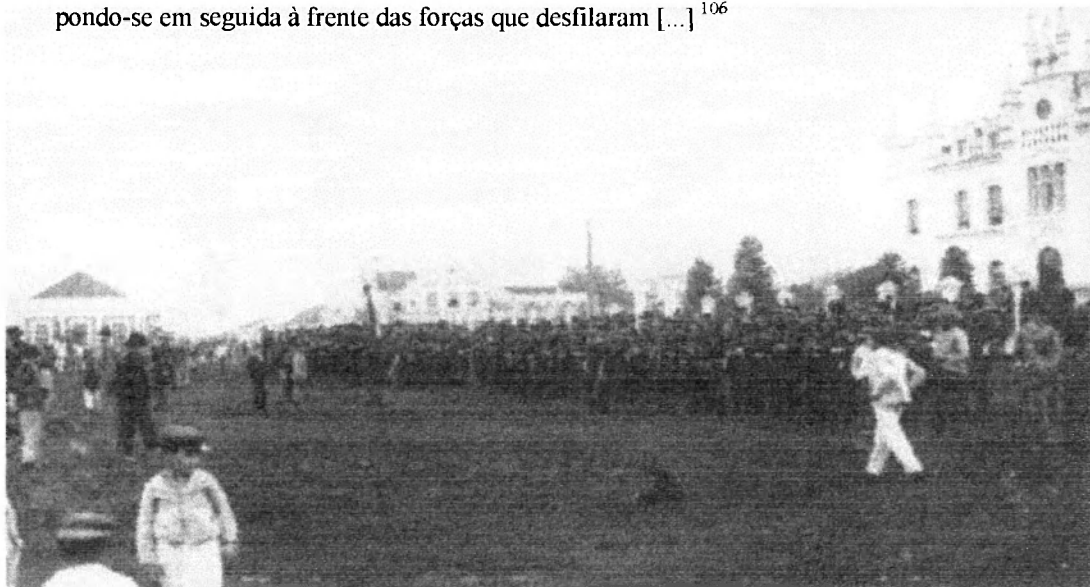
Apesar do ambiente patriótico e festivo que parecia existir entre os habitantes, nessas ocasiões as praças também foram alvos de depredações e desordens. Pouco tempo após a inauguração da estátua do Marechal Floriano, foi aprisionado o ousado soldado do 13º Regimento de cavalaria, Olyntho Gomes da Silva, por ter apedrejado o monumento.¹⁰⁵

As paradas militares eram uma das manifestações mais importantes, numa época em que prevaleciam os sentimentos patrióticos, em defesa da República. Portanto, uma das datas mais reverenciadas era justamente o 15 de Novembro.

¹⁰⁵ A atitude do soldado Olyntho, evidencia que, após dez anos do episódio da Revolução Federalista, ainda pairavam resquícios contrários ao governo do Marechal Floriano, mesmo entre a população curitibana.

Nessas ocasiões, as forças do exército revestiam-se de todo garbo, para os desfiles nas principais ruas da cidade. Antes, porém, havia um ritual a ser seguido:

Às 11 horas saíram as forças dos respectivos quartéis, em demanda da Praça da República, onde fizeram alto, aguardando a chegada do Sr. Major Joaquim Ignácio, designado para organizar a formatura. Feita esta na ocasião em que chegava o Sr. Coronel Sotéro de Menezes, comandante do 39º, assumiu este oficial a chefia das tropas, ordenando logo algumas evoluções. Pouco antes [...] entrou na Praça o exm. Sr. General comandante do distrito, acompanhado de luso estado-maior composto dos srs. coronéis Nicanor Faro Müller de Campos e Barbosa, tenentes Pamplona e Espírito Santo, ajudantes de ordens, e major Joaquim Ignácio. A bateria do 6º regimento, ali postada, deu as salvas do estilo em continência à alta patente do exm. sr. Comandante do distrito, tocando na mesma ocasião as bandas marciais. Ao meio dia repetiram-se as salvas em homenagem à data e após as quais o exm. sr. General Bormann percorreu a cavalo as linhas, pondo-se em seguida à frente das forças que desfilaram [...] ¹⁰⁶



Parada militar em frente à Santa Casa de Misericórdia, em 15 de novembro de 1908.
Coleção Júlia Wanderley / Casa da Memória

¹⁰⁶ A REPUBLICA. Curitiba, 15 nov. 1905, p.2.

A seguir, cada força do exército iniciava o desfile, ordenadamente, munidos com seus respectivos estandartes, bandeiras e música. Após a exibição pelas ruas e praças, regressava-se à Praça da República. Logo depois, cada força voltava aos seus quartéis.

À proporção que as praças foram recebendo melhorias e transformando-se esteticamente, tornaram-se importantes espaços de lazer urbano. O gosto pelo *verde* foi sendo incorporado pela população, que passou a visitar os logradouros com mais freqüência: “*O público curitibano, que está decididamente tomando gosto pelos locais arborizados, onde vai passar as horas vesperais dos domingos, enlevado nas harmonias das melhores bandas musicais, afluirá amanhã à Praça Tiradentes, afim de aí ouvir os acordes d’uma banda, isto se o tempo conservar a nota clarinante de beleza com que se ostenta hoje*”.¹⁰⁷

Em 1906, as remodelações da Praça Osório incentivaram os moradores dos arredores a solicitar ao general comandante do distrito, através de um abaixo-assinado, que as bandas de música da guarnição realizassem, naquele logradouro, tocatas aos domingos, à semelhança do que ocorria na Tiradentes. O pedido foi aceito, pois a partir daí são freqüentes as notas nos jornais, comunicando a execução de concertos musicais, na Osório.¹⁰⁸ Nesse período, a recém-refeita *square* adquiriu um novo *status*, passando a integrar as comemorações cívicas.

¹⁰⁷ Ibid., 21 abr. 1906. p. 1.

¹⁰⁸ Ibid., 10 abr. 1906. p. 2.



Préstimo e homenagem à Tiradentes, em 21 de Abril de 1908, na praça Osório.
Coleção Júlia Wanderley / Casa da Memória

Por ocasião da comemoração da Batalha do Tuiuti, foi organizada uma parada militar, a 24 de maio do mesmo ano, que teve início na Praça da República, onde as tropas do exército fizeram formatura e foram inspecionadas por seus superiores. Em seguida, marcharam em direção à Praça Osório, que ganhou aspecto imponente com o desfile das guarnições por entre suas alamedas.

Paralelamente a esses acontecimentos, as festas religiosas tinham presença constante em determinados logradouros, justificando inclusive a sua origem. Uma igreja, uma praça, como coloca Murillo Marx, regra geral do início de nossas povoações quando era comum as reuniões após a missa.¹⁰⁹ Assim sendo, era natural que, os jardins

¹⁰⁹ MARX. op., cit., p. 54.

da Tiradentes servissem, por muito tempo, para abrigar as procissões dos fiéis da Catedral, como a de *Corpus Christi*, de 15 de junho de 1906:

Às horas do costumes, foram realizadas missas, achando-se o templo repleto de fiéis: às 11 ½ horas da manhã saiu a procissão, na qual tomaram parte os colégios dos Santos Anjos, da Divina Providencia e outras associações e irmandades desta Capital; a procissão, saindo da Catedral, limitou-se a rodear o jardim da praça Tiradentes, recolhendo-se em seguida, tendo extraordinário acompanhamento. Na solenidade realizada à noite, ocupou a tribuna sagrada o revd. Monsenhor Alberto Gonçalves.¹¹⁰

Além desta, as procissões da Semana Santa e a da padroeira eram muito concorridas. *“Andores muito bem ornamentados eram conduzidos por senhoras e senhores da sociedade, pertencentes a várias confrarias. O pátio debaixo do qual ia o senhor Bispo, as inúmeras associações religiosas representadas por seus membros, as filas de anjos vestidas de rosa e azul que seguiam os andores e as duas alas de Filhas de Maria com seus trajes e véus brancos, todos entoando hinos sacros, constituíam um ritual solene e severo”*.¹¹¹

A localização, sem dúvida, era um fator determinante para a forma de utilização do logradouro. A proximidade com a estação da estrada de ferro fez da Praça Eufrásio Correia palco para grandes festas, atraindo grande concorrência de pessoas, à espera de algum visitante ilustre ou das autoridades locais, de regresso à capital. Nessas ocasiões, a presença da banda do exército era constante, abrilhantando as recepções

¹¹⁰ A REPUBLICA. Curitiba, 15 jun. 1906. p. 2.

¹¹¹ SABÓIA, op., cit., p. 67-68.

aos recém-chegados ou àqueles que se despediam. Diversas figuras importantes do cenário político ou de destaque da sociedade foram recebidas pela população curitibana, sempre com grande entusiasmo. Em agosto de 1906, o recém-eleito Presidente da República, Affonso Pena, foi ovacionado ao desembarcar em Curitiba.

No ano seguinte, o ministro francês, Charles Wiener, e seu secretário, o Conde de Toillys, foram recepcionados com grande pompa na capital. A 23 de outubro de 1911, foi a vez de os oficiais dos Caçadores do Tiro Rio Branco serem aguardados na *gare* da estação, vindos do Rio de Janeiro, aonde tinham ido representar a associação no Clube Militar da capital federal, em homenagem ao Barão do Rio Branco.¹¹²

Após proferidos os discursos, pelas autoridades, o batalhão de caçadores seguiu em desfile até sua sede, na Rua Dr. Murici, acompanhado por grande massa popular, desde a estação.¹¹³

No final desse mesmo ano, as *retraites* também passaram a ocorrer na Praça Carlos Gomes. Considerada pelos moradores de então um grande atoleiro, só viável em tempos de seca, o logradouro, depois de sofrer remodelações, passou a figurar como mais um ponto de encontro para a população. Provavelmente, as reformas se devem à instalação de um quartel na praça, que movimentou aquele espaço com exercícios militares, além das melhorias implementadas pela administração pública, que a transformou num local convidativo ao lazer.

¹¹² O Tiro Rio Branco foi uma iniciativa do coronel João Gualberto Gomes de Sá, e funcionou em Curitiba enquanto o serviço militar não era obrigatório. Era formado por rapazes das camadas abastadas da sociedade, além de empregados do comércio e estudantes. Era costume da associação realizar desfiles nas manhãs de domingo e feriados, atraindo a população. (ESTADO DO PARANÁ, 6 maio 1975)

¹¹³ A REPUBLICA. Curitiba, 23 out. 1911. p. 2.

Ainda nesse início de 1907, esses pulmões urbanos eram muito concorridos. Arborizadas e remodeladas, podemos dizer que, nesse período, as *squares* eram ambientes elitizados, afirmando-se como pontos de entretenimento das classes abastadas, sendo incluídas nas pitorescas festas carnavalescas do início do século. “*A vida social curitibana vai ter amanhã o tic elegante d’uma batalha de flores, à tarde, na rua 15, promovida pelo Grupo Phenix Paranaense que a dedica ao gentil Grêmio das Violetas. O “curso” terá começo às 4 horas da tarde com a entrada do Grupo Phenix na nossa capital [...], e chegada do Grêmio das Violetas, vindo este da Praça General Osório e aquele da Praça Tiradentes [...]*”¹¹⁴ O carnaval também estendia-se a outras praças. Nas lembranças de Mário Albuquerque, o chafariz da Praça Zacarias era “*ponto de abastecimento de bisnagas e revólveres de borracha com que os foliões esguichavam água nas vítimas, maldosamente enfarinhadas de trigo!*”¹¹⁵

Os logradouros, no entanto, em alguns momentos, também eram espaços de desordem e constrangimento. A República de 29 de outubro de 1907 denunciava a prisão de Eugenio Martins, por achar-se na praça Tiradentes “*dirigindo pilhérias pesadas aos transeuntes*”.¹¹⁶ Da mesma forma, há relatos de brincadeiras maldosas, nesse logradouro, onde moleques divertiam-se a jogar bombas naqueles que se aventurassem a cruzar a praça.

Entretanto, já desde 1905, entretanto, começaram a surgir os primeiros parques de diversões e a se fazerem presentes no roteiro de divertimentos dos habitantes. Desde

¹¹⁴ Ibid., 16 fev. 1907. p. 2.

¹¹⁵ ALBUQUERQUE, op., cit., p. 24.

¹¹⁶ A REPUBLICA. Curitiba, 29 out. 1907. p. 2.

esse ano, o Coliseu Curitibano vinha dividindo as preferências do público com as praças. Localizado na esquina das ruas Aquidaban com a Voluntários da Pátria, o parque oferecia diversas formas de diversão, como tiro ao alvo, exposição de animais amestrados e carrossel.¹¹⁷ Entretanto, sua maior atração, eram os cinematógrafos que, com o tempo, tornar-se-iam uma ameaça aos entretenimentos bucólicos oferecidos pelos logradouros públicos. O espetáculo da técnica, com a exibição de vistas panorâmicas, enclausurou o homem:

Um dos inventos que mais avassalam o mundo atual é, sem dúvida, o cinematógrafo. Com ele vieram também novos hábitos e novas sensações. Antes dele, costumava-se aos domingos, em Curitiba dar um passeio pela Praça Tiradentes, onde os acordes de uma banda marcial deleitavam o povo que para lá afluía [...] Hoje, porém, a nossa sociedade mais civilizada, mais raffinée, acode aos clamores dos tímpanos impertinentes, devora os mil e um cartazes que por aí espalham, e, num *vai e vem* continuado, corre a *via sacra dos music-halls* [...]¹¹⁸

Segundo a historiadora Elizabete Berberi, enquanto para os intelectuais da época valorizar a natureza era sinal de progresso, para a população em geral o cinematógrafo apresentava-se como uma opção de lazer bem mais atraente e inovadora, justificando-se a partir daí o contínuo abandono dos logradouros públicos, por parte dos curitibanos.¹¹⁹

¹¹⁷ Ver BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão** : o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913). Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba / Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

¹¹⁸ GASPAR, Hilario. Chronica. **Raios X**. 9 set. 1911.

¹¹⁹ BERBERI, Elizabete. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998. p. 92.

Além dos parques de diversões, a existência de diversos parques particulares também contribuiu para uma sensível diminuição na frequência da população aos logradouros públicos. Entre as praças mais abandonadas, encontrava-se a Santos Andrade.¹²⁰ Contudo, diversões existentes desde o final do século XIX tiveram que conviver com as inovações do progresso. Ao lado das touradas, que voltaram à Curitiba, em outubro de 1910 foi instalado o Cinematógrafo Popular.

Nesse período, há queixas do poder público contra a ação de vândalos, nos logradouros. Para o Prefeito Joaquim Pereira de Macedo, era imperativo ampliar-se o corpo de guardas municipais, a fim de coibir certos abusos. Na Praça Tiradentes, nem os grossos bancos de ferro escaparam à ação destruidora, sendo quebrados quatorze deles. Para Macedo, deveria haver uma vigilância permanente em cada praça da cidade.¹²¹ Entretanto, ao que tudo indica, os pedidos do administrador não surtiram efeito, pois, dois anos mais tarde, os peixes ornamentais, colocados nas “piscinas” da Praça Tiradentes, foram envenenados.¹²² Apesar desses problemas, as *retraites* ainda eram realizadas, mesmo que esporadicamente, atraindo o “mundo chic”, mas com frequência regular.

A praça foi se popularizando, alterando sua função social. Além de abrigar manifestações patrióticas, era local para a realização de protestos políticos e sociais. Em 17 de junho de 1910, a Tiradentes serviu de ponto de reunião para a greve dos oficiais

¹²⁰ O PARANÁ. Curitiba, 1 set. 1911.

¹²¹ ACTA DA SESSÃO ordinaria em 15 de Outubro de 1910. In: **Annaes da Camara Municipal de Curitiba** – Sessões de 15 de Outubro de 1910 a 14 de julho de 1911. Curityba : Typ. d'A Republica, [1912?]. p. 4.

¹²² A REPUBLICA. Curitiba, 27 ago. 1912. p. 2.

de alfaiataria, iniciada um dia antes. A 4 de maio de 1913, foi ali realizado um comício contra a carestia do pão. De forma improvisada, os líderes das manifestações subiam num dos bancos do logradouro e proferiam discurso defendendo um boicote ao produto.¹²³

Numa tentativa de reanimar a freqüência aos logradouros públicos, foi realizado, em 31 de dezembro de 1912, um concerto na Praça Tiradentes, sob a batuta do Maestro Romualdo Suriani. Nessa época, também se achava instalado na praça um cinematógrafo ao ar livre que, no início do ano seguinte, transferiu-se para a Praça Carlos Gomes: “*A Empresa Cinematográfica de Anúncios mudou-se da praça Tiradentes para a praça Carlos Gomes. Os filmes serão passados em número de 6, diariamente pela tela cinematográfica, que será exposta naquela Praça, onde a Empresa instalar-se-á definitivamente. A Empresa exhibirá sempre fitas novas*”.¹²⁴

As sucessivas remodelações desenvolvidas por Cândido de Abreu, a partir de 1913, trariam um novo olhar urbano sobre os logradouros públicos. As praças receberiam significativas melhorias e ornamentos, atraindo a população. O coreto da Praça Osório já se achava instalado em 1916, “*no ângulo formado pela Avenida e pela rua Voluntários da Pátria (defronte ao atual edifício Moreira Garcês)*”.¹²⁵ Segundo América Sabóia, que vivenciou na infância esse período de reformas, o coreto seria o elemento mais importante da praça:

¹²³ Ibid., 5 maio 1913. p. 2.

¹²⁴ Ibid., 3 jan. 1913. p. 2.

¹²⁵ SABÓIA, op. cit., p. 19.

Neles por vários anos, a população de Curitiba teve um de seus mais atraentes espetáculos: os concertos da banda do Regimento de Segurança do Estado, sob a regência do notável maestro Romualdo Suriani, que executava música clássica, marchas, hinos ou temas populares. O que quer que se ouvisse era selecionado e executado com perfeição. Numerosa assistência ocorria sempre a essas apresentações. Após os concertos, a banda costumava desfilar pela Rua XV, ao som de um de seus belíssimos dobrados.¹²⁶

A 19 de dezembro de 1914, foi entregue à população a estátua do Barão do Rio Branco, instalada na Praça Municipal. No final do ano seguinte, foi inaugurada a herma do Conselheiro Zacarias, na praça do mesmo nome, então inteiramente remodelada.



Inauguração da herma do Dr. Zacarias, em 19 de dezembro de 1915.

Coleção Júlia Wanderley / Casa da Memória

¹²⁶ Ibid., p. 19-20.

Os melhoramentos efetuados nessas áreas trouxeram as *retraites* de volta: “*É com prazer que registramos hoje a seguinte notícia: A de que a banda musical do regimento de Segurança, voltará a dar os seus concertos habituais. É assim que hoje, já dará o primeiro na recém-inaugurada Praça Zacarias [...]*”¹²⁷ A partir daí, os jornais novamente noticiam a apresentação de bandas musicais em diversas praças, mas sem a frequência de outrora.

A versatilidade e a quantidade de eventos realizados nas praças de Curitiba, ao longo do período de estudo, inviabilizam sua total enumeração, mas são imprescindíveis para o entendimento da importância que os mesmos adquiriram com o passar do tempo. Inicialmente eram áreas que, sem o devido cuidado, demonstravam o descaso da administração pública. Um novo modo de pensar e de urbanizar transformou as praças em elementos essenciais para a grandeza de uma cidade, que passaram a ser tomadas como símbolo de beleza e progresso.

¹²⁷ Ibid., 22 dez. 1915. p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização iniciado na Europa durante o século XVIII traduziu-se num ambiente urbano degradado e poluído, perceptível ao homem que viu seu mundo degradar-se física e moralmente. Em contrapartida, o século XIX foi o século das reformas. A solução encontrada pelos planejadores da cidade provocou uma revolução dos conceitos e valores que regiam o espaço citadino, até então baseados na especulação imobiliária e na total ausência de ordenamento urbano.

No lugar do ambiente sombrio, apinhado de pessoas e objetos e desprovido de qualquer atrativo, surgiram os modelos das cidades ideais, que se propunham a sanear e embelezar a paisagem urbana. A arborização e o ajardinamento constituíram-se na expressão máxima do novo modo de pensar a cidade europeia do século XIX, que encontrou eco em outras partes do mundo que padeciam de dificuldades semelhantes.

No Brasil, os problemas urbanos tiveram origem diversa. No entanto, levaram a que os governantes da época adotassem medidas igualmente urgentes. As autoridades das principais cidades brasileiras inspiravam-se na França, país que se tornou símbolo da civilização moderna. As reformas de Paris, conduzidas por Haussmann, transformaram a capital francesa num paradigma universal a ser atingido por qualquer cidade que se pretendesse civilizada e moderna. Entre as ações urbanísticas, de inspiração haussmanniana, destacou-se a remodelação do Rio de Janeiro, promovida por Francisco Pereira Passos, a partir de 1903. O sucesso obtido na reforma de Pereira Passos suscitou modificações semelhantes em diversos locais do País, que almejavam substituir o aspecto colonial de suas cidades, por uma aparência moderna, contendo ruas amplas e largas, ladeadas por construções de grande porte e, acima de tudo, belas. No

Brasil, o Rio de Janeiro teve o mesmo efeito de exemplaridade que Paris tivera em relação ao mundo.

Na capital paranaense, os novos modismos arquitetônicos passaram a ser adotados a partir das duas últimas décadas do século XIX, impulsionados pela expansão da economia ervateira e pela administração pública, cuja meta era elevar Curitiba à condição de uma verdadeira capital. Segundo as descrições da época, a cidade foi perdendo a feição de aldeia. As antigas “tendas”, expressão usada pelo viajante Thomas Bigg-Wither, quando esteve em Curitiba em 1872, para designar a uniformidade e simplicidade das construções, foram substituídas por sobrados e pelos elegantes palacetes da elite ervateira.

Paralelamente à adoção do ecletismo arquitetônico, o crescimento da cidade agravou antigos problemas que atingiam a população curitibana, exigindo atitudes do governo. Reclamações sobre a precariedade do abastecimento, do saneamento e da pavimentação eram constantes nos documentos oficiais e na imprensa da época. Uma reformulação urbana se fazia necessária, pois mesmo que Curitiba não apresentasse altos níveis de degradação urbana, como nas grandes capitais brasileiras, a possibilidade de que isto viesse a ocorrer despertou nas autoridades a necessidade de implantar medidas profiláticas. Pretendia-se impedir que a capital paranaense enfrentasse as mesmas dificuldades do Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo.

A presença da vegetação no núcleo urbano, algo até então abominado pelas autoridades, passou a ser valorizada. Na segunda metade do século XIX, já era possível verificar, nas determinações da Câmara Municipal, certos cuidados com as áreas verdes. O orçamento público previsto para aquele ano reservava a quantia de dois contos de réis

para a arborização de ruas e praças. Contudo, somente em 1886, com a criação do Passeio Público, a natureza foi sacralizada e tornou-se monumento.

A lei n.122 de 24 de outubro de 1903, que orçava a despesa a ser gasta para o ano seguinte, estabelecia Rs. 1:900\$000 a serem entregues ao administrador do Passeio Público e da Praça Tiradentes. Em 1914, durante a administração do Prefeito Cândido de Abreu, da verba de Rs. 611:254\$600 destinada aos serviços da Câmara Municipal e Prefeitura para o exercício de 1915, Rs. 15:800\$000 foram destinados para a conservação de Jardins, Praças e do Passeio Público. Este é um bom indicativo do progresso da cidade e a valorização desses locais por parte dos administradores.

Desta forma, espaços arborizados e ajardinados foram sendo incluídos na malha urbana. Bulevares, praças, parques espalharam-se pela cidade, dando-lhe uma nova aparência e difundindo novos hábitos entre a população. Esses novos espaços sugeriam novas formas de entretenimento, algumas mais romantizadas, como os desfiles dos mais abastados, pelas aléias ajardinadas do Passeio ou das praças. Outras, mais populares, como os espetáculos circenses ou as touradas. Havia porém atividades recreativas que congregavam a população em geral, como as apresentações de bandas de música e as manifestações cívicas, religiosas e políticas.

De todas as maneiras de utilização desses logradouros, o *footing* foi a mais peculiar. Este ritual era uma forma de lazer, na qual se exercitava uma nova sociabilidade, do bem vestir e das maneiras polidas. Era a vez da Curitiba *flâneur*. A capital vivia a sua Belle Époque. Momento de otimismo, da crença na ciência e no

progresso, e da celebração da própria cidade, que, através da incorporação dos novos princípios urbanísticos, imaginava-se tocada pela mão mágica da modernidade.

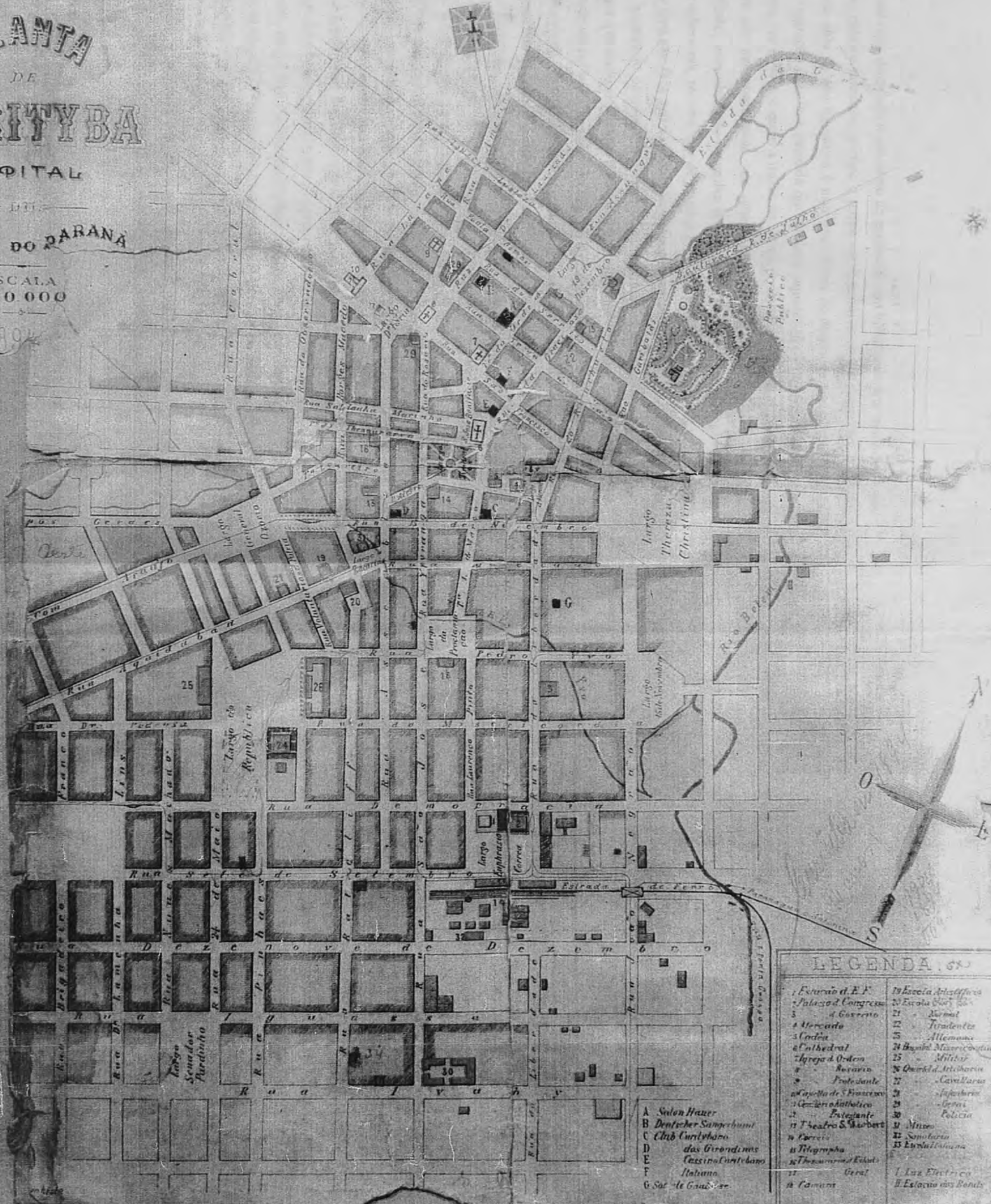
ANEXOS

1894

PLANTA DE CURITIBA CAPITAL

ESTADO DO PARANÁ

ESCALA 1:10.000



LEGENDA

1 Estação d. E.F.	19 Escola Artística
2 Palácio do Congresso	20 Escola de Artes
3 Palácio do Governo	21 Armazém
4 Mercado	22 Jardim Botânico
5 Cadeia	23 Alameda
6 Catedral	24 Banco Mercantil
7 Igreja do Orden	25 Militar
8 - Basílica	26 Quilômetro
9 - Protestante	27 - Cavallaria
10 Capela de S. Francisco	28 - Bombeiros
11 Cemitério Católico	29 - Polícia
12 - Protestante	30 - Polícia
13 Teatro S. Roberto	31 - Museu
14 Correio	32 - Sinalaria
15 Telegrapho	33 - Estação de Bondes
16 Theatro de Estado	
17 - Geral	
18 - Camion	

- A - Salão Hauer
- B - Deutscher Sammelplatz
- C - Club Curitiba
- D - das Girondinos
- E - Casino Curitiba
- F - Italiano
- G - Sal. de Gaudier

Fig. 02 - Planta de Curitiba de 1894. Em meio ao traçado de tabuleiro destacavam-se as praças e largos, além do Passeio Público.

Acervo: Casa da Memória

PLANTA DE CURITIBA
1857

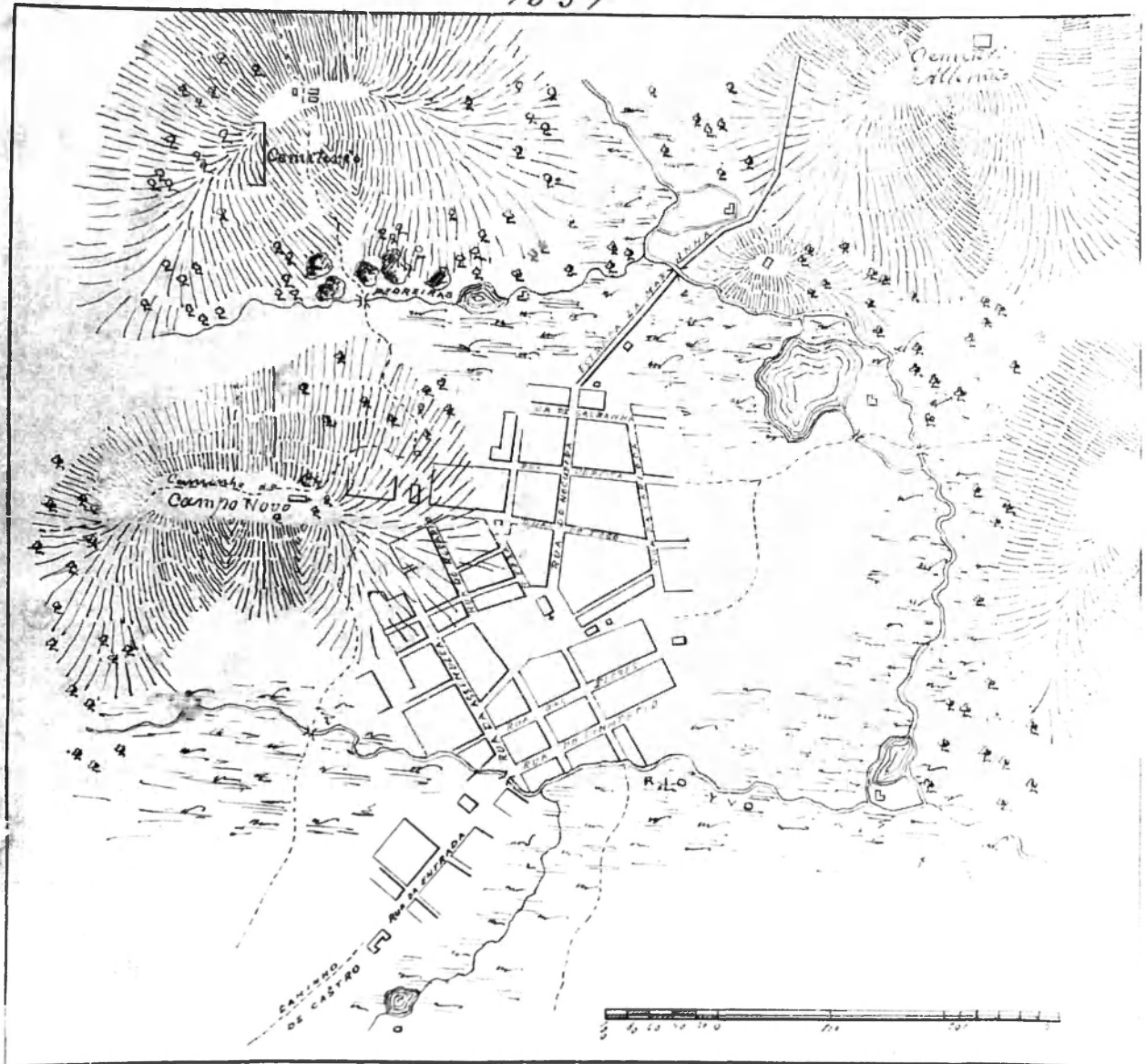


Fig. 01 – Planta de Curitiba de 1857. O pequeno núcleo urbano restringia-se à Praça da Matriz e seus arredores. Mais além, proliferavam os banhados. Ao lado da Estrada da Marinha, vê-se o local de construção do Passeio Público.
Acervo: Casa da Memória

FONTES CONSULTADAS

Mapas e plantas

PLANTA DE CURITIBA DE 1857. 14.5 cm x 15 cm. Reprodução fotográfica. Acervo: Casa da Memória.

PLANTA DE CURITIBA DE 1894. 40cm x 30cm . Reprodução fotográfica. Acervo Casa da Memória.

MAPPA do passeio publico de Curitiba com indicação do terreno à desapropriar-se de D. Laura. 46cm x 65cm. Reprodução fotográfica. Acervo: Arquivo Público do Paraná.

Fontes manuscritas

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Atas das sessões realizadas no período de 1885 a 1899. Acervo Casa da Memória.

Fontes impressas

ANNAES DA CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Atas das sessões realizadas no período de 1900 a 1916. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS, 1895.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA. 1886 a 1889. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE ESTADO. 1890 a 1916. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

RELATÓRIOS DE PREFEITOS. 1900 a 1916. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ. Leis, decretos e regulamentos do Governo da Província do Paraná (1855–1857). Acervo: Arquivo Público do Paraná.

LIVROS de Ofícios do Arquivo Público do Paraná. 1885 a 1887.

Periódicos

ALMANACH do Paraná para 1904. Curitiba : Livraria Econômica, sétimo ano, [1903].

ALMANACH do Paraná para 1906. Curitiba : Livraria Econômica, nono ano, [1905].

BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba : DAMI, v. 11, n. 15, 19, 1986.

Jornal DEZENOVE DE DEZEMBRO. 1885 a 1890

Jornal A REPUBLICA. 1890 A 1916.

Jornal GAZETA PARANAENSE. 1886.

Jornal DIÁRIO DA TARDE. 1900, 1909.

Livros e artigos

ALBUQUERQUE, Mário M. **Curitiba que o meu tempo guardou**. Lítero-Técnica, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte : Itatiaia; 1980.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA NA SUA HISTÓRIA. Curitiba : Arquidiocese de Curitiba, 1958.

BANDEIRA, Euclides. **Cronicas locais**. Curitiba : Tip. da Escola de A. Artífices, 1941.

BENATTI, Antonio Paulo; SUTIL, Marcelo Saldanha. Rui Barbosa : a praça na trilha do tempo. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, v. 23, n. 119, dez. 1996.

BERBERI, Elizabete; SUTIL, Marcelo Saldanha. Tiradentes : a praça verde da igreja. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, v. 24, n. 120, jul. 1997.

BISCAIA, Evaristo. **Coisas da cidade**. Curitiba : Requião, 1951.

BOSCHILIA, Roseli. Cores da cidade : Riachuelo e Generoso Marques. In: **Boletim Informativo Casa Romário Martins**. Curitiba, v. 23, n. 110, mar. 1996.

- BOSCHILIA, Roseli; BARZ, Elton. **Passeio Público**. Material utilizado na exposição de fotografias realizado por ocasião do centenário do Passeio Público. Curitiba, jul. 1986.
- CHAGAS, Candido Gomes. Curitiba dos velhos tempos. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 8 jun. 1969.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. Curitiba : Chain-Banco do Estado do Paraná, 1991.
- GANZ, Ana Maria; GANZ, Angela Maria. A questão do leite em Curitiba : o saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920). In: **IV Colóquio da produção científica dos estudantes de História**. Curitiba : Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1988.
- GONÇALVES JUNIOR, Antonio J. Universidade Federal do Paraná : um edifício e sua história. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n. 122, dez. 1997.
- HISTÓRIA ADMINISTRATIVA – Prefeitura Municipal de Curitiba. Leis, decretos & atos– 1900 a 1920. Curitiba : Instituto Municipal de Administração Pública, v. 1 e 2, 1993.
- HOERNER JR., Valério. **Ruas e histórias de Curitiba**. Artes & Textos, 1989.
- LEÃO, Ermelino de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba : Gráfica Paranaense, v. I, 1926.
- MACEDO, Rafael Greca de; NASCIMENTO, Mai. O Passeio Público. In: **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, v. 6, n. 42, ago. 1986.
- MARTINS, Romario. **Curitiba de outr'ora e de hoje** : edição comemorativa do centenário do Independência do Brasil. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, [1922].
- _____. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba : Coleção farol do Saber, 1995.
- _____. **Curitiba** : capital do Estado do Paraná. Curitiba : Ilustração Paranaense, v. 4, n. 3, 29 mar. 1930.
- _____. **História do Paraná**. Curitiba : Clichepar, Coleção Farol do Saber, 1995.
- MERCER, Luiz Leopoldo. Última aventura no garimpo. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense** – Estante Paranista. Curitiba : Banco do Estado do Paraná, n. 14, 1981.

PARANÁ, Sebastião. **Corografia do Paraná**. Curitiba : Tip. da Livraria Econômica, 1899.

ROTEIRO da cidade: do bonde de mula ao ônibus expresso. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, 1975.

SABÓIA, América da Costa. **Curitiba de minha saudade: 1904–1914**. Lítero-Técnica, 1978.

VÍTOR, Nestor. **A terra do futuro** (Impressões do Paraná). 2. ed. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Zahar, 1987.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O plano Saturnino para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo : Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v. 11, n. 34, 1981.
- AZEVEDO, Vidal A. de. **Visões ascendentes** : fragmentos do olhar curitibano do mais leve que o ar. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer** : a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2. ed. Rio de Janeiro : Rocco, 1995.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo : Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v. 11, n. 34, 1981.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo : Perspectiva, 1994.
- _____. **História da cidade**. São Paulo : Perspectiva, 1983.
- _____. **As origens da urbanística moderna**. São Paulo : Martins Fontes, 1981.
- BERBERI, Elizabete. **Impressões** : a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998.
- BONI, Maria Ignes. **O espetáculo visto do alto** : vigilância e punição em Curitiba. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1985.
- BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão** : o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905–1913).
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo** : utopias e realidades – uma antologia. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. **A regra e o modelo**. São Paulo : Perspectiva, 1985.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores** : o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.
- DUDEQUE, Irã. **Cidades sem véus** : doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba : Champagnat, 1995.

- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto Afrontamento, 1975.
- FERNANDES, Ana; FILGUEIRAS, Marco Aurélio A. de. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna (1859–1920). In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo : Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v. 11, n. 34, 1981.
- FRANÇA, José-Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitetura**. Lisboa : ICALP, 1981.
- HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas : Papyrus, 1990.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. A cidade controlada : Santos (1870–1913). In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação : gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.
- MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente** (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz, v. 16, 1989.
- MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo : Melhoramentos, 1980.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991.
- NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical : sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.
- PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: **Revista Brasileira de História : cultura e cidades**. São Paulo : Marco Zero, v. 8, n. 8,9, 1985.
- PEREIRA, Magnus R. M. **A forma e o poder : duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Curitiba, 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.
- _____. Semeando iras rumo ao progresso (Ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829–1889). Curitiba : Ed. da UFPR, 1996.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890–1913**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle : política e cultura**. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público** : jardins no Brasil / 1799–1911. São Paulo, 1994 (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público** : as tiranias da intimidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Aparecida Vaz da; RIGOTTO, Maria Helena Costa; SILVA, Sílvia Maria Rodrigues da Silva. **Do jardim botânico ao passeio público** – as aventuras de um logradouro público. Curitiba, 1989. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. O setor de obras públicas do urbanismo na cidade de São Paulo. In: **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo : Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, v. 11, n. 34, 1981.
- SITTE, Camillo. **A construção das cidades** : segundo seus princípios artísticos. 4. ed. São Paulo : Ática, 1992.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. **O espelho e a miragem** : ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural** : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500–1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1988.
- TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos : os reformadores e a população das metrópoles e princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação** : gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias** : mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1996.